

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FABÍOLA RUBIM SILVA

**LISTAS DE CABEÇALHOS DE ASSUNTO E TESAUROS: DISCUSSÕES E
INICIATIVAS À LUZ DA JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE**

SÃO CARLOS - SP
2023

FABÍOLA RUBIM SILVA

**LISTAS DE CABEÇALHOS DE ASSUNTO E TESAUROS: DISCUSSÕES E
INICIATIVAS À LUZ DA JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Conhecimento, Tecnologia e Inovação.

Linha de pesquisa: Tecnologia, Informação e Representação.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove

São Carlos-SP
2023

Silva, Fabiola Rubim

Listas de cabeçalhos de assunto e tesouros: discussões e iniciativas à luz da justiça social e equidade / Fabiola Rubim Silva -- 2023.

164f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Paula Regina Dal'Evedove

Banca Examinadora: Luciana de Souza Gracioso, Walter Moreira

Bibliografia

1. Listas de cabeçalhos de assunto. 2. Tesouros. 3. Justiça social. I. Silva, Fabiola Rubim. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fabíola Rubim Silva, realizada em 14/04/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove (UFSCar)

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (UFSCar)

Prof. Dr. Walter Moreira (UNESP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha saudosa avó, Maria Cândida, por ter dedicado sua vida para que eu pudesse ter oportunidades melhores do que as dela, e por ter alicerçado meu caminho com sua força. É graças ao que ela deixou em mim que consegui seguir em frente e chegar a este momento.

Agradeço ao meu companheiro Leon, cujo amor, apoio e dedicação foram partes fundamentais para que eu pudesse concluir esta pesquisa. Foi por ter me amparado e incentivado em todos os momentos em que hesitei que consegui terminar esta jornada.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Dra. Paula Regina Dal'Evedove, pela orientação durante todo o processo, pela confiança depositada em mim e pela liberdade concedida para conduzir a pesquisa.

Aos membros da banca examinadora Professora Dra. Luciana de Souza Gracioso e Professor Dr. Walter Moreira pela leitura atenta e pelas contribuições valiosas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSCar, bem como a seu corpo docente e administrativo, pela oportunidade de realizar esta pesquisa, pela formação acadêmica e suporte que recebi durante o mestrado.

Gostaria de agradecer aos meus amigos Asy, Roberta e Viviane, pela constante torcida e incentivo, mesmo à distância, foi essencial para a conclusão deste trabalho. Serei eternamente grata pela amizade e apoio de vocês.

Agradeço às minhas parceiras de trabalho e vida, Adriana, Carmorinda, Roberta, Larissa, Lívia e Uiara, pela torcida e suporte incondicional durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora pelo apoio e incentivo dado para a realização deste trabalho.

Sonhamos com uma biblioteca de literatura criada por todos e pertencente a ninguém, uma biblioteca que seja imortal e misteriosamente capaz de conferir ordem ao universo, e entretanto sabemos que toda opção por uma ordem, todo reino catalogado da imaginação supõe uma hierarquia tirânica de exclusões. [...] toda ordenação traz consigo uma biblioteca espectral de ausências. (MANGUEL, 2006, p. 95)

RESUMO

A pesquisa objetivou descrever as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de assuntos e tesouros à luz da justiça e equidade social, com base na literatura sobre a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento. Para atingir esse objetivo, foram propostos três objetivos específicos: mapear as discussões científicas sobre listas de assuntos e tesouros na dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento, apresentar essas discussões e destacar iniciativas voltadas para a justiça e equidade social a partir da literatura disponível. A pesquisa, de natureza aplicada, adota abordagem qualitativa, fazendo uso do mapeamento sistemático de literatura como procedimento metodológico para atingir os objetivos estabelecidos. O estudo identifica discussões sobre a representação de diferentes grupos sociais em listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros. São identificadas críticas sobre a estrutura e terminologia utilizada nos sistemas tradicionais, que refletem um privilégio histórico para uma perspectiva masculina, euro-americana, heterossexual, branca e cristã. As recomendações mapeadas destacam a colaboração com as comunidades para promover uma representação mais justa e equitativa e propõem a implementação de mudanças localmente para incorporar termos usados pelas pessoas para se referirem a si mesmas, incluir termos representativos da cultura local e grupos sociais minoritários e usar uma linguagem amigável e democrática. Em relação às iniciativas, a pesquisa identifica 27 iniciativas de elaboração e manutenção de listas de assuntos e tesouros voltados para justiça social e equidade. São identificadas oito iniciativas para gênero, oito para grupos indígenas, cinco para grupos *queer*, cinco para grupos étnicos e raciais e uma para grupos diversos. A pesquisa identifica iniciativas bem-sucedidas de elaboração e manutenção de listas de assuntos e tesouros para promover a justiça social e a equidade, especialmente aquelas voltadas para as comunidades indígenas. No entanto, o acesso limitado a alguns desses sistemas é considerado uma barreira para ampliar o alcance das iniciativas. A pesquisa conclui defendendo que a incorporação de mecanismos institucionalizados para solicitação e acompanhamento da revisão dos termos, visando a transparência e responsabilização das instituições na promoção da inclusão e diversidade nos SOC.

Palavras-chave: Sistemas de organização do conhecimento. Listas de cabeçalhos de assunto. Tesouros. Equidade. Justiça social.

ABSTRACT

The research aimed to describe initiatives for creating and updating subject headings list and thesaurus considering justice and social equity, based on literature on the sociocultural dimension of the Organization of Knowledge. To achieve this objective, three specific objectives were proposed: to map scientific discussions on subject headings list and thesaurus in the sociocultural dimension of the Organization of Knowledge, to present these discussions and highlight initiatives focused on justice and social equity based on the available literature. The research, of an applied nature, adopts a qualitative approach, making use of systematic literature mapping as a methodological procedure to achieve the established objectives. The study identifies discussions on the representation of different social groups in subject headings list and thesaurus. Criticisms are identified regarding the structure and terminology used in traditional systems, which reflect a historical privilege for a masculine, Euro-American, heterosexual, white, and Christian perspective. The mapped recommendations highlight collaboration with communities to promote fair and equitable representation and propose the implementation of local changes to incorporate terms used by people to refer to themselves, include terms representative of local culture and minority social groups, and use friendly and democratic language. Regarding initiatives, the research identifies 27 initiatives for creating and updating subject headings list and thesaurus focused on social justice and equity. Eight initiatives for gender, eight for indigenous groups, five for queer groups, five for race and ethnicity, and one for diverse groups are identified. The research identifies successful initiatives for creating and updating subject headings list and thesaurus to promote social justice and equity, especially those focused on indigenous communities. However, limited access to some of these systems is considered a barrier to expanding the reach of initiatives. The research concludes by defending the incorporation of institutionalized mechanisms for requesting and monitoring the revision of terms, aiming at transparency and accountability of institutions in promoting inclusion and diversity in SOC.

Keywords: Knowledge organization systems. Subject Headings Lists. Thesaurus. Equity. Social Justice.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo describir iniciativas para la creación y actualización de lista de encabezamientos de materia y tesauros a la luz de la justicia y la equidad social, a partir de la literatura sobre la dimensión sociocultural de la Organización del Conocimiento. Para lograr este objetivo, se propusieron tres objetivos específicos: mapear las discusiones científicas sobre lista de encabezamientos de materia y tesauros en la dimensión sociocultural de la Organización del Conocimiento, presentar estas discusiones y destacar iniciativas dirigidas a la justicia y la equidad social a partir de la información disponible. La investigación, de carácter aplicado, adopta un enfoque cualitativo, haciendo uso del mapeo bibliográfico sistemático como procedimiento metodológico para alcanzar los objetivos planteados. El estudio identifica discusiones sobre la representación de diferentes grupos sociales en lista de encabezamientos de materia y tesauros. Se identifican críticas sobre la estructura y terminología utilizada en los sistemas tradicionales, que reflejan un privilegio histórico para una perspectiva masculina, euroamericana, heterosexual, blanca y cristiana. Las recomendaciones mapeadas destacan la colaboración con las comunidades para promover una representación más justa y equitativa y proponen implementar cambios a nivel local para incorporar términos utilizados por las personas para referirse a sí mismos, incluir términos representativos de la cultura local y grupos sociales minoritarios, y utilizar un lenguaje amistoso y democrático. En cuanto a las iniciativas, la encuesta identifica 27 iniciativas para la creación y actualización de lista de encabezamientos de materia y tesauros enfocados en la justicia social y la equidad. Se identifican ocho iniciativas por género, ocho por grupos indígenas, cinco por grupos *queer*, cinco por raza y etnia y una por grupos diversos. La encuesta identifica iniciativas exitosas para crear y actualizar lista de encabezamientos de materia y tesauros para promover la justicia social y la equidad, especialmente aquellas dirigidas a las comunidades indígenas. Sin embargo, el acceso limitado a algunos de estos sistemas se considera una barrera para ampliar el alcance de las iniciativas. La investigación concluye defendiendo la incorporación de mecanismos institucionalizados para solicitar y monitorear la revisión de términos, visando la transparencia y rendición de cuentas de las instituciones en la promoción de la inclusión y la diversidad en el SOC.

Palabras clave: Sistemas de organización del conocimiento. Lista de encabezamientos de materia. Tesoro. Equidad. Justicia social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Protocolo de mapeamento sistemático de literatura.....	25
Gráfico 1 -	Resultado seleção inicial.....	29
Gráfico 2 -	Resultado extração.....	30
Gráfico 3 -	Distribuição por base de dados.....	31
Gráfico 4 -	Distribuição por periódico.....	32
Gráfico 5 -	Distribuição das publicações por ano.....	33
Figura 1 -	Palavras-chave do conjunto de dados	34
Gráfico 6 -	Distribuição por categoria temática.....	35
Quadro 2 -	Iniciativas gênero.....	106
Quadro 3 -	Iniciativas indígenas.....	111
Quadro 4 -	Iniciativas <i>queer</i>	122
Quadro 5 -	Iniciativas grupos étnicos e raciais.....	127
Quadro 6 -	Iniciativas diversas.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	American Library Association
AMA	Association for Manitoba Archives
AIATSIS	Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies
CSH	Canadian Subject Headings
DDWG	Decolonizing Description Working Group
DMWG	DEI Metadata Work Group
FNHL	First Nations House of Learning
FCG	Fundação Carlos Chagas
ISTA	Information Science & Technology Abstracts
IWC	Injured Workers Consultants Community Legal Clinic
IFLA	International Federation of Library Associations
IIAV	International Information Centre and Archive for the Women's Movement
ISKO	International Society for Knowledge Organization
LaPES	Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software
LIANZA	Library and Information Association Aotearoa
LC	Library of Congress
LCSH	Library of Congress Subject Headings
LISTA	Library, Information Science & Technology Abstracts
LEMB	Lista de encabezamientos de materia para bibliotecas
MAIN	Manitoba Archival Information Network
MeSH	Medical Subject Headings
NLC	National Library of Canada
NLM	National Library of Medicine
OC	Organização do Conhecimento
OOTS	Out on the Shelves
SOC	Sistemas de organização do conhecimento
StArt	State of the Art through Systematic Review
TRC	Truth and Reconciliation Commission of Canada
RAMEAU	Unified Encyclopedic and Alphabetical Authority Subject Directory
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México

UFSCAR Universidade Federal de São Carlos
UAL University of Alberta Libraries
UBC University of British Columbia
WoS Web of Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.2	OBJETIVOS.....	19
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	20
1.4	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	21
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3	MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA.....	29
4	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DE LISTAS DE CABEÇALHOS DE ASSUNTO E TESAUROS.....	37
4.1	EQUIDADE, ÉTICA, IGUALDADE, E JUSTIÇA SOCIAL.....	55
4.2	GÊNERO.....	59
4.3	INDÍGENAS.....	66
4.4	<i>QUEER</i>	76
4.5	GRUPOS ÉTNICOS E RACIAIS.....	87
4.6	DIVERSOS.....	99
5	LISTAS DE CABEÇALHOS DE ASSUNTO E TESAUROS À LUZ DA JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE.....	105
5.1	GÊNERO.....	106
5.2	INDÍGENAS.....	111
5.3	<i>QUEER</i>	122
5.4	GRUPOS ÉTNICOS E RACIAIS.....	126
5.5	DIVERSOS.....	129
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	144
	APÊNDICE A – String de busca na base de dados Scopus.....	158
	APÊNDICE B – String de busca na base de dados WoS.....	159
	APÊNDICE C – String de busca na base de dados LISTA.....	161
	APÊNDICE D – String de busca na base de dados ISTA.....	163

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento produzido na sociedade e comunicado através da escrita, da prensa, do computador e da Web acrescentou camadas de complexidade em relação ao acesso e recuperação do conhecimento e da informação. As revoluções causadas por essas tecnologias ao gerarem um incremento progressivo do conhecimento acabaram suscitando o desenvolvimento de meios de conectar pessoas e organizações ao conhecimento acumulado. Um dos campos de estudos que lidam com o desafio de tornar o conhecimento acessível e recuperável é o campo da Organização do Conhecimento (OC)¹, que possui um conjunto de processos e sistemas voltados para organização, tratamento e recuperação da informação com diferentes características e finalidades.

A Organização do Conhecimento é um campo acadêmico e de pesquisa ligado à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. O interesse do campo são os estudos sobre a natureza e qualidade dos processos de organização do conhecimento e dos sistemas de organização do conhecimento (HJØRLAND, 2008, 2016). O conjunto de teorias e práticas da Organização do Conhecimento tem como finalidade a descrição, representação e organização dos recursos informacionais e a representação dos assuntos e conceitos relacionados aos recursos.

Ao se dedicar ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas para organizar, tratar e recuperar documentos a Organização do Conhecimento oferece meios do ser humano testemunhar, preservar e transmitir seu conhecimento e suas ações. Favorece, portanto, que o conhecimento existente seja comunicado e transformado em novos conhecimentos (ESTEBAN NAVARRO; GARCÍA MARCO, 1995, p. 149). Em um cenário em que conhecimento e informações existem, porém estão dispersos e inacessíveis, tornam-se barreiras para o desenvolvimento social e científico.

Segundo Broughton *et al.* (2005, p. 134) no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação a Organização do Conhecimento cumpre algumas funções básicas, quais sejam: a facilitação da recuperação da informação em catálogos e

¹ O entendimento da Organização do Conhecimento enquanto um campo é fundamentado em Dahlberg (1993) e Hjørland (2008). A denominação enquanto campo é descrita por Dahlberg (1993) como resultado do volume de saberes coletados, aprofundados e amadurecidos ao longo de séculos de desenvolvimento de métodos para ordenar o conhecimento e que passou a ser reconhecido como um campo autônomo de conhecimento.

estruturas de navegação para recursos *online*; a função de fornecer informação sobre documentos de forma que os usuários decidam quais atendem sua demanda e fornecimento de informações sobre como obter um determinado documento; e a função de ordenação fornecendo arranjos de prateleiras e outros tipos de ordenação linear.

Ao descrever o campo Hjørland (2016, p. 475) ressalta seu direcionamento para dois aspectos principais: os processos de organização do conhecimento (POC) e sistemas de organização do conhecimento (SOC). Sendo os processos de organização do conhecimento aqueles relativos à catalogação, análise de assunto, indexação e classificação. Por sua vez, os sistemas de organização do conhecimento são as ferramentas que viabilizam a realização desses processos: os sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, ontologias e outros sistemas de metadados. Enquanto os POC são o conjunto de atividades realizadas pelos profissionais da área, os SOC são os instrumentos utilizados para suportar e facilitar esses processos. A existência de uma relação dialética entre os processos e sistemas é destacada por Moreira (2018).

Para Barité (2011, p. 127-128) os sistemas de organização do conhecimento são ferramentas que possuem como finalidade principal a representação temática de documentos, dados e qualquer outro recurso de informação. Podem ter variações de suporte ou estrutura e utilizam símbolos ou expressões linguísticas para viabilizar a busca e a recuperação temática, de forma efetiva, pertinente e relevante.

Em um sentido geral, sistemas de organização do conhecimento (SOC) é uma expressão abrangente que compreende ferramentas diferentes, mas que possuem como semelhança o propósito de descrever e representar recursos de informação como forma de promover o acesso e recuperação de documentos e informações (MAZZOCCHI, 2018). Para esse fim, são atribuídos termos/conceitos ou notações para refletir o conteúdo intelectual ou semântico dos recursos informacionais. E por isso, os SOC são considerados ferramentas semânticas por fornecerem uma seleção de conceitos e muitos também estabelecerem relações semânticas entre si (BROUGHTON et al., 2005, p. 142).

O conceito de representação é central para o entendimento dos processos e sistemas de Organização do Conhecimento. Portanto, é relevante destacar algumas características gerais das representações. Representações são sempre incompletas em alguma medida; realizadas por conveniência e com alguma intenção; existe mais

de uma forma de realizar uma representação; são sínteses do original; e são baseadas nos atributos mais significantes ou nos que mais interessam para aquele interesse particular (FOUCAULT, 1988; BUCKLAND, 1991).

No contexto da Organização do Conhecimento as representações contidas em um SOC determinam o que será evidenciado, como será e o que não será. Como o próprio conceito de representação denota, no ato de representar é exercido um poder de inclusão ou exclusão de conceitos e relações semânticas. Porém isso se torna potencialmente problemático quando as decisões de representação envolvem pessoas, grupos sociais, acontecimentos e questões identitárias. Podem ser produzidas implicações sociais negativas se o poder de exclusão/inclusão exercido no ato de representar limitar a diversidade de perspectivas retratadas, perpetuar narrativas hegemônicas e produzir distorções ou tendenciosidade sobre pessoas e grupos historicamente marginalizados.

Cada uma das ferramentas reunidas sob o termo SOC possui objetivos, características estruturais e finalidades diferentes, mas compartilham a função de apoiar a organização da informação e do conhecimento de forma a facilitar seu gerenciamento e recuperação. Alguns princípios básicos compartilhados por diferentes SOC são destacados por Zeng (2008, p. 162): eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes, estabelecimento de relacionamentos semânticos explícitos entre os termos, como relacionamentos hierárquicos e associativos, e a apresentação de relacionamentos e propriedades de conceitos. De acordo com complexidade da estrutura o SOC terá incorporado alguns ou a totalidade desses princípios.

Os princípios contidos nos sistemas de organização do conhecimento envolvem fornecimento de contexto para eliminação da ambiguidade, escolha de determinado sinônimo como termo preferido em detrimento de outros e fixação de hierarquias e associações entre conceitos. Ou seja, a elaboração de um SOC implica a realização de escolhas conscientes por quem o constrói e como consequência acaba incluindo em sua estrutura uma visão do mundo, assim como na coleção e nos itens que descreve e representa (HODGE, 2000).

Nesse mesmo sentido Hjørland (2008, p. 96) afirma que sistemas de organização do conhecimento são sempre tendenciosos² para alguma posição

² O termo original usado por Hjørland (2008) é *biased*. As expressões em inglês *bias/biases/biased* podem ser traduzidas por tendência, viés, desvio, parcialidade ou preconceito em português.

filosófica, já que não existe uma plataforma neutra a partir da qual o conhecimento possa ser organizado. Destaca a tarefa de mediar diferentes pontos de vista e em acordo com objetivos e valores da organização para a qual o sistema foi desenvolvido. Em posição semelhante, Mazzocchi (2018) ressalta a existência um caráter interpretativo intrínseco subjacente à elaboração de qualquer SOC. O autor descreve os SOC como entidades classificatórias inseridas em configurações culturais, históricas e teóricas particulares, e afirma que sempre existirão diferentes maneiras de estabelecer estruturas semânticas.

As necessidades organizacionais são apenas umas dentre as perspectivas possíveis. A linguagem utilizada nos próprios recursos informacionais e a linguagem da comunidade usuária do serviço são considerados critérios importantes para justificar as escolhas contidas nos SOC. Zeng (2008, p. 169) apresenta essas três perspectivas como garantias importantes para a seleção da linguagem a ser utilizada em um SOC. A linguagem natural usada nos recursos informacionais funciona como garantia literária; a linguagem que o usuário utiliza ao pesquisar os recursos representa a garantia do usuário; e as necessidades e prioridades da organização correspondem a garantia organizacional.

Parece haver um consenso entre Hodge (2000), Hjørland (2008) e Mazzocchi (2018) que em alguma medida as representações contidas nos SOC serão a expressão de uma das várias perspectivas possíveis. O desafio é que não ocorra apenas a expressão da perspectiva dominante e a marginalização das demais nos SOC. É partindo desse pressuposto que Arboit (2017, p. 123) salienta que a busca deve ser pelo exercício da polifonia, em que o profissional de OC se tornaria “um agente participante e colaborador de um processo democrático, que não suplanta e nem ignora nenhuma postura ideológica envolvida, inclusive a sua [e] atua como regente das demais vozes sociais [...]”. Assim, seria realizada uma efetiva mediação das visões de mundo: dos produtores dos documentos, do profissional e da comunidade usuária.

Alguns fatores contribuem para os problemas de representação tendenciosa. A influência da visão de mundo de quem elabora os SOC é frequentemente apontado na literatura especializada da Biblioteconomia e Ciência da Informação (OLSON, 2002, MAI, 2013, MILANI; PINHO, 2021). Broughton (2019, p. 597) elenca

Seguiremos a opção de Milani e Pinho (2021) por utilizar desvio e representação tendenciosa em língua portuguesa.

alguns outros fatores: fornecimento desigual de terminologia ou notação; falha na nomeação de certos grupos ou perspectivas; e a própria língua que tem um forte cunho de favorecimento de uma perspectiva ou cultura.

A pesquisa científica da Organização do Conhecimento tem se dedicado às problemáticas e implicações culturais, políticas e sociais de seus processos e sistemas. A *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) é a principal entidade científica internacional na promoção de pesquisa e desenvolvimento da Organização do Conhecimento. Conferências bienais são realizadas desde 1990 e tornaram-se um importante espaço para a comunicação científica e discussão entre pesquisadores e profissionais do campo. A ISKO também conta com várias seções nacionais/regionais, incluindo o Brasil, que realizam conferências nacionais/regionais.

A pesquisa realizada por Evangelista, Barros e Moraes (2018) analisa como questões sociais foram se construindo ao longo das edições das conferências internacionais da ISKO. Os primeiros trabalhos abordando "multiculturalismo" e "multilinguismo" surgem na 4ª conferência em 1996. Em 2000 e 2002 os termos "cultura" e "multicultural" constam em subtemas do evento. A 10ª edição de 2008 apresenta pela primeira vez questões relacionadas à cultura e identidade no tema principal da conferência: "*Culture and Identity in Knowledge Organization*". A última edição analisada pelos autores mostra que em 2016 há uma significativa expansão de dimensões consideradas e o evento conta com o subtema "*Social and Political Dimension of Knowledge Organization*" compreendendo discussões sobre a educação, prática profissional, ética, cultura e identidade na Organização do Conhecimento.

No contexto da ISKO-Brasil, também são encontradas reflexões nesse sentido. Desde a primeira edição do Congresso Brasileiro em Organização do Conhecimento, promovido no ano de 2012, o terceiro eixo do evento é dedicado à "Dimensão Social, Cultural e Política da Organização e Representação do Conhecimento", sendo essa denominação mantida até a terceira edição em 2015. A partir da edição de 2017, o eixo 3 passou a ser denominado "Dimensão Política e Social da Organização do Conhecimento" e, na edição de 2023, o terceiro eixo é apresentado como "Dimensão Sociocultural da Organização do Conhecimento". O entendimento é que esse eixo agrega pesquisas no sentido de discutir e minimizar

preconceitos e dominações culturais que podem ocorrer no processo de Organização do Conhecimento (VITAL, HERNANDES e SANTOS, 2019).

Nesse contexto, Watson (2021) sugere uma reorientação do trabalho da Organização do Conhecimento na direção dos princípios da justiça social e equidade. Esse posicionamento também é percebido em outros trabalhos³. Furner (2018) reforça esse entendimento ao enfatizar que adotar um compromisso com a justiça social significa trabalhar para uma sociedade onde todos têm acesso equitativo ao conhecimento; onde todos têm o poder de preservar suas histórias e ideias; e onde os direitos de liberdade intelectual, privacidade e propriedade cultural são respeitados. Furner (2018) também destaca que trabalhar para a justiça social requer a reforma de práticas e instituições opressivas e discriminatórias, incluindo os sistemas de organização do conhecimento, como listas de cabeçalhos de assunto e tesouros.

Ao examinar como a justiça social é tratada na Organização do Conhecimento, Corrêa e Tognoli (2022) concluem que ela se relaciona com a inclusão de grupos que foram excluídos ou marginalizados, ampliando sua participação nos processos e sistemas de organização do conhecimento com o objetivo de reduzir vieses e preconceitos.

Com base em uma revisão e análise sistemática de literatura realizada por Watson (2021) em aproximadamente 600 publicações em língua inglesa foram identificadas cinco recomendações para o avanço da OC em direção a justiça social e equidade. A saber: 1) o uso de vocabulários ou classificações múltiplas ou alternativas, quando disponíveis; 2) a prática de “competência cultural” ao considerar identidades ou grupos históricos; 3) o uso de “alcance ético” ao lidar com identidades, itens ou grupos ainda vivos; 4) “alteração”, “subversão”, “extensão” ou substituição da classificação ou catalogação dominante em nível local; 5) consulta com os sujeitos descritos.

Soluções semelhantes à de Watson (2021) já tinham sido fornecidas vinte anos antes por Olson e Schlegl (2001). As autoras consideram que realizar adaptação local em SOC é a chave para um acesso mais equitativo aos diferentes

³ Para Vaughan (2018) o trabalho bibliotecário deve ser um instrumento de justiça social; Mehra, Rioux e Albright (2018) sinalizam uma mudança acentuada nas atitudes, práticas, esforços de gestão e planejamento na Biblioteconomia e Ciência da Informação no século XXI para integrar objetivos e resultados de justiça social na prática e na pesquisa da área; e Tognoli (2021) relata como um desafio ético os SOC tornarem-se promotores da justiça social nas instituições.

grupos de usuários. Olson e Schlegl (2001) também recomendaram uso de padrões alternativos e ressaltaram o papel da criatividade e subversão para encontrar formas de melhorar os desvios negativos na representação temática. Tanto Watson (2021) quanto Olson e Schlegl (2001) dão especial destaque para a noção de local em suas recomendações.

As recomendações de Watson (2021) e Olson e Schlegl (2001) sugerem um direcionamento para sistemas de organização do conhecimento alternativos comprometidos com a representação da cultura e valores locais. Iniciativas locais de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto em bibliotecas individuais e consórcios/sistemas de bibliotecas têm sido relatados na *University of Alberta* (Canadá), *Iowa State University* (Estados Unidos) e o Māori Subject Headings Project desenvolvido entre a Biblioteca Nacional da Nova Zelândia, a Associação de Bibliotecas da Nova Zelândia e a associação nacional do povo Māori (FARNEL et al., 2018; CAMPBELL et al., 2022; LILLEY, 2015).

A contextualização ora apresentada aponta que está no escopo da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento a busca por mitigar preconceitos incorporados em seus processos e sistemas. Dentre as formas possíveis de alcançar esse propósito, encontra-se a elaboração e manutenção de SOC que não contemplem termos obsoletos, imprecisos ou ofensivos em relação a pessoas, grupos sociais ou identidades. A existência de iniciativas atentas a essas questões pode sinalizar uma busca de pesquisadores e profissionais da OC por assegurar SOC comprometidos com a justiça social e equidade. É para a identificação e análise dessas iniciativas que a presente pesquisa está voltada.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir da tipologia e caracterização dos sistemas de organização do conhecimento apresentados por Barité (2011), esta pesquisa delimita-se em torno das listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Ambos os sistemas são voltados para o controle terminológico, realizados por meio de relacionamentos de equivalência, hierárquicos e associativos para indexação de documentos, busca e recuperação da informação em sistemas de informação. Nas listas de cabeçalhos de assunto, são realizados controle de sinonímia, polissemia e estabelecimento de algumas relações de hierarquia e associação. Já nos tesouros, o controle vocabular

é realizado com o estabelecimento de relações sinonímicas, hierárquicas e associativas entre conceitos de forma consistente (BARITÉ, 2011).

A delimitação em torno de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros é justificada pela visibilidade e aspecto público da linguagem que ficará exposta e acessível em catálogos de bibliotecas e sistemas de recuperação da informação, o que afeta diretamente a experiência dos usuários. Entende-se que a visibilidade dessas ferramentas públicas de organização do conhecimento torna ainda mais relevante a análise crítica e reflexiva de sua elaboração e utilização. Assim, a delimitação da pesquisa em torno desses elementos é importante para trazer à tona questões de representação, inclusão e diversidade nos sistemas de organização do conhecimento.

Diante do exposto, a pesquisa se dedicará as seguintes questões: Quais estudos no âmbito da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento oferecem contribuições para a elaboração de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros equitativos e socialmente justos? Quais são as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros alicerçados nos preceitos da justiça social e equidade?

As descobertas dessa pesquisa visam à compreensão e contextualização das discussões sobre a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Assim como a identificação e descrição das iniciativas de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros que promovam a justiça social e equidade. Os resultados da pesquisa têm o potencial de subsidiar e fomentar iniciativas com o mesmo propósito. Desta forma, considera-se relevante o aprofundamento no tema como forma de contribuir com as discussões e ações a respeito da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento, especialmente no cenário nacional.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é descrever as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros à luz da justiça social e equidade, tendo como subsídio a literatura sobre a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento. Os objetivos específicos pretendidos são:

- 1) Mapear discussões científicas no âmbito da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento sobre listas de cabeçalhos de assunto e tesouros;
- 2) Apresentar as discussões estabelecidas na dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento sobre listas de cabeçalhos de assunto e tesouros;
- 3) Evidenciar as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros direcionados à justiça social e equidade a partir da literatura científica disponível.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A delimitação desta pesquisa é justificada no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação por tratar da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento e apresentar as discussões e iniciativas mapeadas na literatura do campo. A relevância do tema para o campo está relacionada ao potencial esclarecimento que a pesquisa pode fornecer sobre a forma como o campo reflete sobre as consequências, limitações e desvios de suas teorias e práticas.

A presente pesquisa sobre discussões e iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros à luz da justiça social e equidade também tem uma base sólida na agenda 2030 das Nações Unidas e nas orientações da *International Federation of Library Associations (IFLA)*. De acordo com a IFLA (2016), as bibliotecas desempenham um papel importante na redução das desigualdades quando fornecem acesso equitativo à informação para todos, incluindo os grupos historicamente marginalizados. Considera-se que uma representação socialmente justa e equitativa dos grupos marginalizados nos SOC é crucial para garantir que a informação seja recuperada de forma eficiente e com a linguagem própria da comunidade atendida.

A pesquisa proposta tem o potencial de oferecer uma compreensão mais ampla das discussões e iniciativas em andamento sobre a justiça social e a equidade em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Isso pode contribuir para que pesquisadores e profissionais da informação trabalhem juntos para desenvolver sistemas e práticas mais inclusivas e equitativas que reflitam as necessidades de suas comunidades. A pesquisa também pode contribuir significativamente para a elaboração de sistemas mais justos e equitativos, que sejam representativos de toda

a diversidade das comunidades que as bibliotecas e outras instituições do patrimônio cultural servem.

A relevância da temática para o contexto brasileiro também é significativa, pois, apesar de existirem pesquisas sobre o tema no Brasil, como apontado por Arboit (2017), ainda há uma escassez de métodos, técnicas e ferramentas que promovam a organização do conhecimento de forma plural e comprometida com a justiça social e equidade. Nesse sentido, a presente pesquisa busca oferecer um panorama sobre as discussões e iniciativas para estimular a elaboração e manutenção de sistemas de organização do conhecimento mais inclusivos e representativos da diversidade da sociedade brasileira.

Do ponto de vista social, a relevância da pesquisa se justifica pela defesa da nomeação e representação justa e equitativa de pessoas e grupos historicamente marginalizados em sistemas de organização do conhecimento. A presença de termos desatualizados, imprecisos e ofensivos em SOC causam um duplo impacto nos usuários dos sistemas de recuperação da informação. A recuperação da informação é afetada na medida em que a comunidade usuária da unidade de informação encontra resultados parciais no processo de busca em virtude da natureza dos termos utilizados. Por outro lado, são transmitidos e fixados estereótipos, opressões e preconceitos nos termos que compõem o SOC e que são usados para descrever e recuperar os recursos de informação nos catálogos de acesso público *online* das unidades de informação.

No âmbito pessoal, o tema surgiu a partir da atuação profissional como bibliotecária da Universidade Federal de Juiz de Fora. O trabalho diário com cabeçalhos de assunto, tesouros e sistemas de classificação evidenciou que alguns dos termos preferidos desses instrumentos utilizam expressões desatualizadas ou socialmente inadequadas. Além disso, as discussões que ocorrem na sociedade sobre o enfrentamento às formas de preconceito também serviram de motivação para a escolha do tema. A influência desse debate, somado à prática profissional, suscitou os questionamentos que pautam a presente pesquisa.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, além dessa seção introdutória, a pesquisa é composta por outras seis seções.

A seção 2 apresenta os procedimentos metodológicos que subsidiarão o desenvolvimento da pesquisa.

Na seção 3 são apresentados os resultados do mapeamento sistemático de literatura com a caracterização geral do *corpus* identificado. Deste modo, cumpre-se o primeiro objetivo específico.

A seção 4 descreve as discussões teóricas relacionada a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros a partir do mapeamento sistemático de literatura realizado. Assim, será possível compreender e contextualizar teoricamente o tema da pesquisa - correspondendo ao segundo objetivo específico delimitado.

A seção 5 conta com a descrição das iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros comprometidos com a justiça social e equidade e a exposição detalhada dessas iniciativas, instituições e comunidades atendidas. A identificação terá como base os dados coletados no mapeamento sistemático de literatura e condiz com o terceiro objetivo específico.

Por fim, a seção 6 corresponde as considerações finais da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possui natureza aplicada com abordagem qualitativa e através dos procedimentos de coleta de dados de caráter bibliográfico e documental procura atingir os objetivos definidos anteriormente. A natureza aplicada da pesquisa fundamenta-se na necessidade de levantamento de informações para solução de problemas práticos do campo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Por abordagem qualitativa entende-se aquela que envolve “a descrição de certo fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores” (CASARIN; CASARIN, 2012, p. 33). Segundo Gerhardt e Silveira (2009) o método qualitativo também é caracterizado por um maior enfoque na interpretação do objeto e dar maior importância ao contexto do objeto pesquisado.

Enquanto pesquisa bibliográfica e documental utilizará como procedimento para coleta dos dados da pesquisa o mapeamento sistemático de literatura, ou revisão de escopo. As ferramentas de apoio utilizadas serão o *software* StArt e o Excel.

Com a utilização do mapeamento sistemático de literatura enquanto procedimento metodológico pretende-se obter os dados necessários para a contextualização, identificação e descrição das iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros atentos em mitigar estereótipos, preconceitos e opressões da forma mais transparente e reprodutível possível. Proença Júnior e Silva (2016) destacam que o objetivo do mapeamento sistemático de literatura é oferecer como resultado o estado da literatura de um determinado assunto e apontam como principal vantagem a carga de responsabilidade e compromisso ético na obtenção da literatura. No escopo desta pesquisa a literatura fornecida pelo mapeamento subsidiará não apenas o levantamento da fundamentação teórica, mas também a identificação das iniciativas que serão analisadas. Então, a partir da literatura mapeada serão identificadas e descritas as iniciativas de instituições comprometidas em criar e atualizar suas listas de cabeçalhos de assunto e tesouros visando mitigar estereótipos, preconceitos e opressões.

O mapeamento sistemático de literatura tem como característica a amplitude de cobertura da literatura sobre um determinado tema (RUMRILL; FITZGERALD; MERCHANT, 2010), e não a profundidade da cobertura, e por isso parte de uma

questão de pesquisa genérica (PARÉ *et al.*, 2015). Desta forma, permitem a identificação de temas e padrões amplos em uma área de pesquisa com um alto volume de trabalhos publicados e fornecem bases importantes para esclarecer as abordagens mais comuns que os pesquisadores usam dentro de um determinado domínio de conteúdo (RUMRILL; FITZGERALD; MERCHANT, 2010).

Desta forma, o mapeamento sistemático de literatura permite identificar a ampla gama de publicações relevantes ao assunto de pesquisa e compreender o tamanho e a natureza do corpo de conhecimento sobre o assunto em questão, sem julgar a qualidade ou a metodologia da literatura encontrada. Por outro lado, a revisão sistemática de literatura tem como objetivo responder a uma pergunta de pesquisa específica, utilizando métodos rigorosos e precisos para identificar, selecionar e avaliar a literatura existente. (ARKSEY; O'MALLEY, 2005; PARÉ *et al.*, 2015). Na revisão sistemática há uma avaliação sistemática da qualidade dos estudos selecionados. Considerando os objetivos estabelecidos desta pesquisa, as características do mapeamento foram determinantes para sua escolha enquanto procedimento de pesquisa.

A escolha pelo mapeamento sistemático de literatura, ou revisão de escopo, é justificada pela visão geral que fornece de conceitos, evidências e estudos disponíveis aliada aos seus procedimentos que buscam a eliminação de vieses. Munn *et al.* (2018) elenca algumas das razões para se realizar um mapeamento sistemático, como:

- identificar os tipos de evidências disponíveis em um determinado campo;
- esclarecer os principais conceitos/definições na literatura;
- examinar como a pesquisa é conduzida em um determinado tópico ou campo;
- identificar as principais características ou fatores relacionados a um conceito;
- como um precursor de uma revisão sistemática;
- identificar e analisar lacunas de conhecimento.

A realização de um mapeamento sistemático de literatura pressupõe etapas e procedimentos de condução que assegurem sua transparência e reprodutibilidade. Para tanto ocorre a elaboração prévia de um protocolo que documenta como

ocorrerá a busca, a seleção através dos critérios de inclusão e exclusão de documentos e outras informações importantes. O protocolo elaborado é baseado em Colquhoun *et al.* (2014) que propõem uma estrutura de cinco etapas que consiste em: I) identificar a questão de pesquisa; II) buscar estudos relevantes; III) selecionar estudos; IV) mapear os dados; V) reunir, resumir e relatar os resultados. Os dados gerais da literatura mapeada serão apresentados na seção 3 e a síntese das discussões encontradas serão apresentados na seção 4 como referencial teórico desta pesquisa.

O processo de realização do mapeamento sistemático de literatura pode ser trabalhoso devido ao gerenciamento das etapas e ao volume do *corpus* de literatura. Por isso a realização do mapeamento sistemático de literatura terá como ferramenta de apoio para gerenciamento das etapas o software StArt (*State of the Art through Systematic Review*) desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LAPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O suporte oferecido pela ferramenta busca tornar as tarefas executadas nas revisões sistemáticas ou mapeamentos sistemáticos de literatura mais ágeis, precisas e replicáveis (MONTEBELO *et al.*, 2007).

O mapeamento sistemático de literatura será baseado no protocolo de pesquisa demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 - Protocolo de mapeamento sistemático de literatura

Título:	Mapeamento de literatura sobre a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros e suas iniciativas
Pesquisadores:	Fabiola Rubim Silva, sob orientação da Prof. Paula Dal'Evedove
I - Identificação da questão de pesquisa	
Objetivo:	Identificar discussões e iniciativas de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros direcionados à justiça social a partir das discussões estabelecidas na dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento.
Perguntas norteadoras (PN):	Quais discussões têm sido realizadas sobre a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros de forma a alcançar instrumentos socialmente justos? Quais são as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros?
População:	Publicações científicas que abordem a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros e publicações que apontem iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros.
Conceito:	Dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros.
Contexto:	Ciência da Informação e Organização do Conhecimento.

Resultados:	Extração, compilação e apresentação dos dados das publicações científicas recuperadas para identificação de discussões e iniciativas práticas.
Aplicação:	Os resultados do mapeamento fornecerão subsídios para o desenvolvimento de pesquisa.
II – Identificação de estudos relevantes	
Estratégia de busca:	<p>“subject access” OR “subject analysis” OR “subject headings” OR “subject catalog” OR “indexing language” OR “documentary language” OR “knowledge organization” OR “information organization” OR “knowledge representation” OR “subject representation” OR “knowledge organization systems” OR thesaur* OR “vocabulary control” OR “controlled vocabulary” OR “analise de assunto” OR “cabeçalho* de assunto” OR “catalogação de assunto” OR “language* de indexação” OR “language* documentaria*” OR “organização do conhecimento” OR “organização da informação” OR “representação da informação” OR “representação do conhecimento” OR “representação de assunto” OR “representação tematica” OR “sistemas de organização do conhecimento” OR tesouro OR “tratamento temático da informação” OR “vocabulario* controlado*” OR “acceso tematico” OR “analysis de temas” OR “encabezamientos de materia” OR “catalogacion por materias” OR “catalogo por materias” OR “lenguaje* de indizacion” OR “lenguaje documentario” OR “organizacion del conocimiento” OR “organizacion bibliografica” OR “organizacion de la informacion” OR “representacion de la informacion” OR “representacion del conocimiento” OR “representacion tematica” OR “sistemas de organizacion del conocimiento” OR “control de vocabulario” OR “descriptores tematicos” OR “lenguaje controlado” OR “terminos tematicos”) AND (identit* OR homosexuali* OR “social dimension” OR “cultural dimension” OR ethic* OR “cultural diversity” OR “social justice” OR children OR bias* OR prejudice OR GLBT OR queer OR bisexual OR transgen* OR “trans people” OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR “cultural competency” OR “cultural warrant” OR poverty OR poor OR “native people” OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR “dimensão social” OR “dimensão politica e social” OR “dimensão cultural” OR sociocultural* OR etic* OR “diversidad* cultural” OR “justiça social” OR criança OR desvio OR discrimina* OR preconceito OR marginaliza* OR exclus* OR LGBT OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR racial OR acessibili* OR deficiencia OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR “garantia cultural” OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR “povos originarios” OR aborig* OR “dimension social” OR “dimension cultural” OR “dimension politica y social” OR “justicia social” OR niño OR sesgo OR perjuicio OR margina* OR GLTT OR LGTB OR “personas trans” OR lesbiana OR raza OR accesibilidad OR discapacidad OR mujer* OR pueblos originarios)</p>
Fontes:	LISTA, ISTA, Scopus, Web of Science
Tipos de documentos:	Artigos de periódicos, publicações de eventos científicos, teses, dissertações e livros.
Idioma:	Documentos em português, espanhol e inglês.

Período da coleta:	31 de março de 2022 a 04 de abril de 2022
III – Seleção de estudos	
Critério de busca:	Palavras-chave e sinônimos presentes nos campos título, palavra-chave (ou assunto) e resumo das bases de dados selecionadas. Publicações da área de Ciência da Informação.
Métodos de seleção:	Leitura do título e do resumo dos documentos; aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão; leitura do documento completo.
Critério de inclusão:	<ul style="list-style-type: none"> • Abordar algum aspecto da dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros; • Abordar iniciativa de elaboração e manutenção de lista de cabeçalhos de assunto ou tesouro.
Critério de exclusão:	<ul style="list-style-type: none"> • Documento não acessível ou não localizado integralmente; • Editoriais, notícias, resenhas e outros tipos de documentos; • Idioma diferente de português, espanhol e inglês; • Não abordar algum aspecto da dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros; • Abordar de forma específica sistema de organização do conhecimento distinto de lista de cabeçalhos de assunto ou tesouro.
IV – Mapeamento dos dados	
Campos de formulário de extração de dados	tipo de documento; ano de publicação; autor(es); palavras-chave; categoria temática.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Deste modo foi realizada uma busca exploratória para identificar possíveis palavras-chave. Os trabalhos de Vital, Hernandez e Santos (2019) e Watson (2021) e Díaz-Jatuf (2021) contribuíram para levantamento das palavras-chave em português, inglês e espanhol, respectivamente. Foi utilizado o *Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología* de Barité *et al.* (2015) para estabelecer a equivalência dos termos entre os três idiomas.

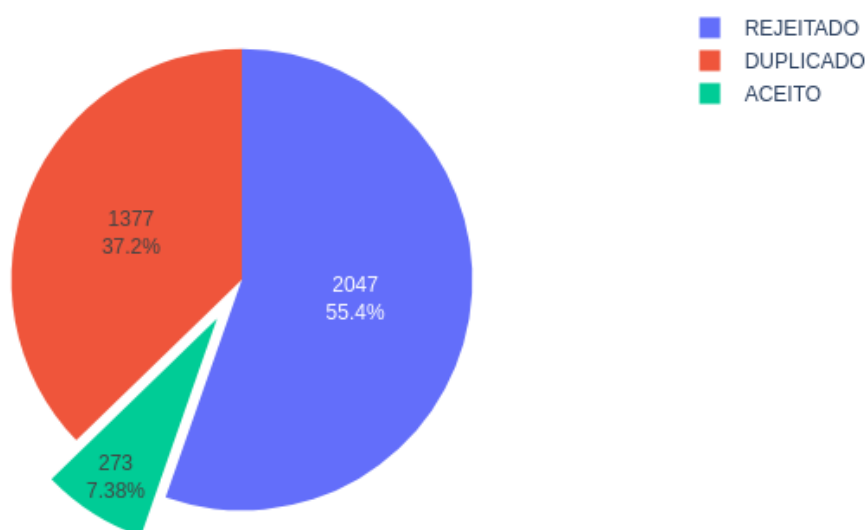
A partir das palavras-chaves identificadas e seus sinônimos foram executadas as pesquisas nas bases de dados. Foram utilizados operadores booleanos para combinar os termos de busca e quando necessário caracteres especiais para buscar termos exatos ou aproximados. Na base de dados *Scopus* os termos de busca foram pesquisados no título, resumo e palavras-chave e refinados pelas áreas Artes e Humanidades (ARTS), Ciências Sociais (SOCL), Multidisciplinares (MULTI) e Indefinido (*Undefined*). Na *Web of Science* (WoS) o resultado da busca foi refinado a partir da categoria *Information Science Library Science*. Nas bases especializadas em Ciência da Informação *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA) e *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA) não foram aplicados

refinamentos. As *strings* de busca aplicadas em cada base de dados estão disponíveis nos Apêndices.

3 MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

A aplicação da estratégia de busca mencionada no protocolo apresentado na seção anterior resultou na recuperação de 3697 documentos. Foi realizada a eliminação de publicações duplicadas entre as bases e a seleção inicial através leitura do resumo dos documentos para verificação do atendimento aos critérios de exclusão/inclusão estabelecidos. O resultado dessa seleção inicial é demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Resultado seleção inicial



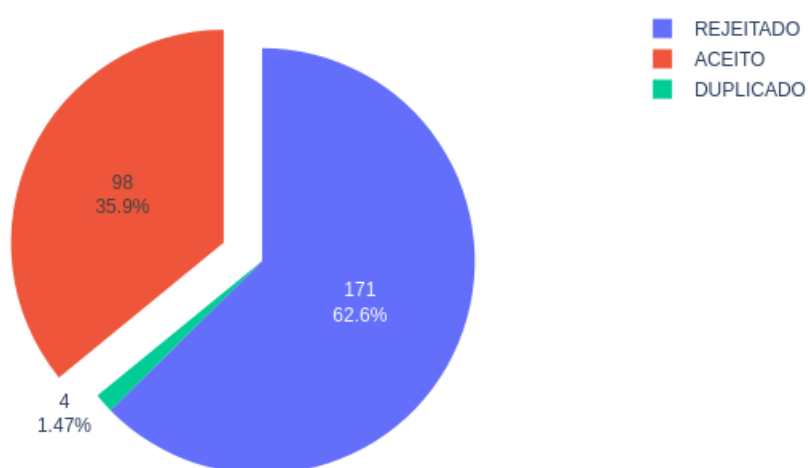
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A alta porcentagem de documentos rejeitados está relacionada à abrangência da estratégia de busca formulada em relação aos termos e idiomas, pois tem como objetivo identificar com amplitude publicações dentro da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento, que inclui uma ampla gama de grupos ou tópicos marginalizados. Conforme destacado por Corrêa e Tognoli (2022), a justiça social se relaciona com a inclusão de grupos que foram excluídos ou marginalizados. Então, com a intenção de agregar discussões e iniciativas da maior parte desses grupos, foi formulada uma estratégia ampla para obter essa diversidade de perspectivas. Foi necessária a inclusão de sinônimos para os grupos e tópicos nos três idiomas, o que gerou um *corpus* volumoso para ser analisado de acordo com os critérios de exclusão/inclusão estabelecidos.

Os 273 documentos aceitos inicialmente foram checados quanto a

disponibilidade de texto completo seguido de leitura da introdução para verificar a pertinência aos objetivos da pesquisa e atendimento dos critérios de exclusão/inclusão. O gráfico 2 mostra o resultado dessa etapa, a extração.

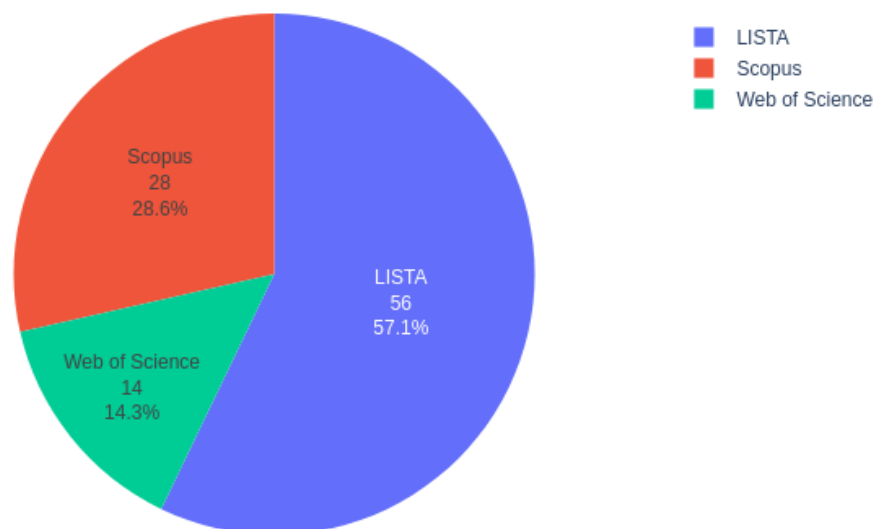
Gráfico 2 - Resultado extração



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A segunda fase de análise dos documentos recuperados rejeitou 171 documentos, sendo 113 documentos por não abordarem algum aspecto da dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros; 26 documentos por abordarem de forma específica sistema de organização do conhecimento distinto de lista de cabeçalhos de assunto ou tesouro, como classificações bibliográficas ou ontologias; 21 documentos por não estarem acessíveis ou não terem sido localizados integralmente; 10 documentos eram de tipos diferentes dos definidos no protocolo, como editoriais, notícias ou resenhas; e 1 documento por estar em idioma não estabelecido no protocolo. Também foram identificados mais 4 documentos duplicados, pois possuíam títulos equivalentes em mais de um idioma, gerando repetição.

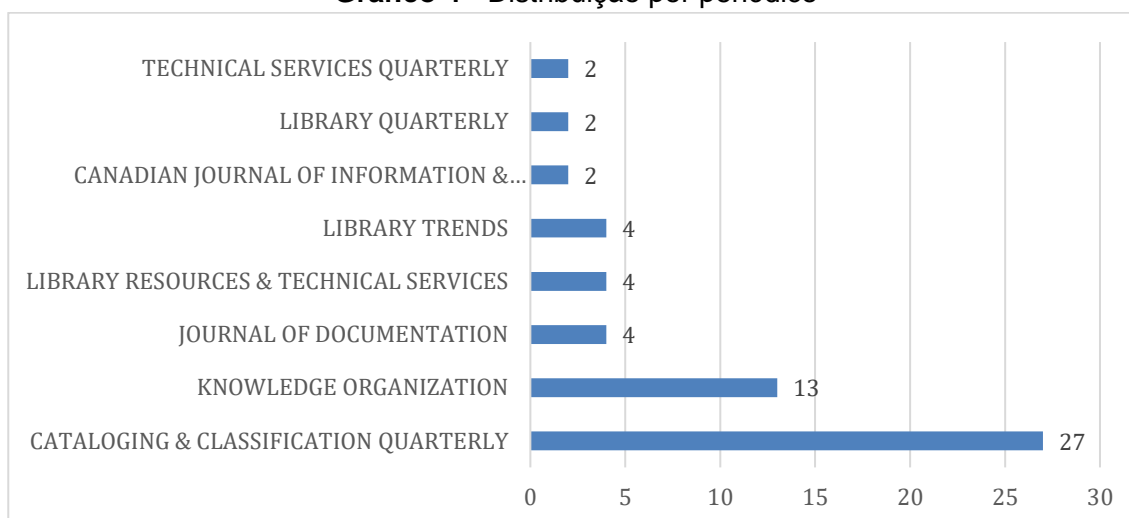
O conjunto final de dados conta com 98 documentos aceitos. A distribuição dos documentos em relação a bases de dados é demonstrada pelo gráfico 3.

Gráfico 3 - Distribuição por base de dados

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A base de dados especializada LISTA possui o maior número de documentos relevantes. Nenhuma publicação da outra base especializada, a ISTA, foi selecionada para o conjunto final de dados, pois foram eliminadas por estarem em duplicidade em relação à LISTA. O alto número de documentos duplicados entre as duas bases decorre do fato de possuírem o mesmo fornecedor, a EBSCO, e recuperarem quase as mesmas fontes de informação.

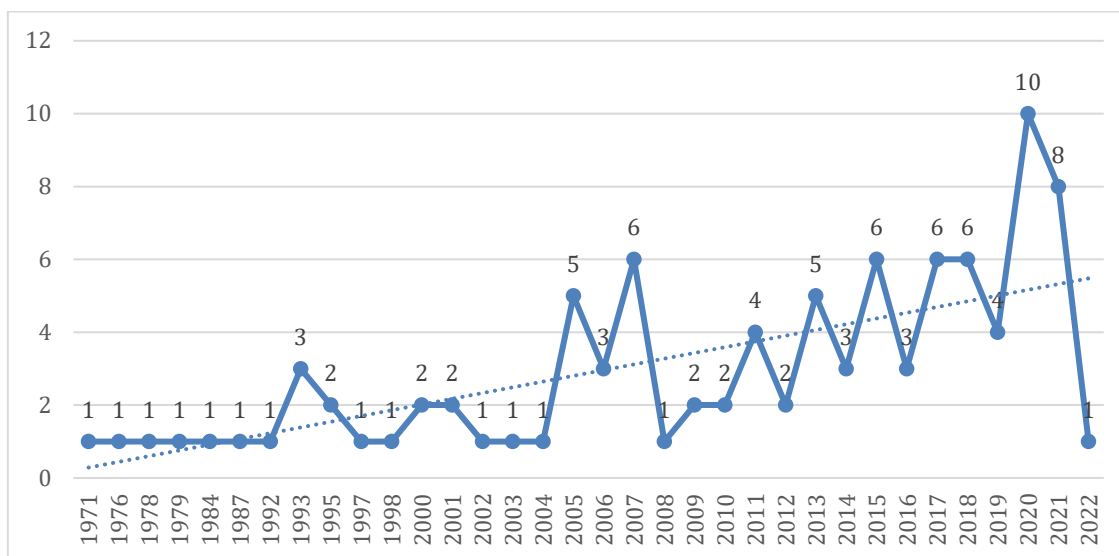
Em relação aos tipos de publicação entre a literatura mapeada há uma predominância de artigos com 95 documentos, 2 publicações em anais de congressos e 1 livro. A distribuição dos 95 artigos por fonte de informação releva que cerca de 61% do conjunto de dados foi publicado em 8 periódicos, com destaque para o *Cataloging & Classification Quarterly* e o *Knowledge Organization*. O escopo da revista *Cataloging & Classification Quarterly* são pesquisas sobre organização bibliográfica como catalogação, classificação, metadados e indexação. Enquanto a revista *Knowledge Organization* publica pesquisas sobre os fundamentos teóricos do campo, que descrevem questões práticas relacionadas a indexação e classificação, traçam a história da Organização do Conhecimento e discutem problemas de terminologia. Desta forma, percebe-se o alinhamento entre o delimitado nesta pesquisa e o escopo dessas revistas. A lista completa dos periódicos com mais de duas ocorrências consta no gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição por periódico

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A definição do protocolo fixou o espanhol, inglês e português como idiomas aceitos para o mapeamento da literatura e a estratégia de busca elaborada contou com termos nos três idiomas. O conjunto final de dados conta com 93 publicações em inglês, 3 publicações em português e 2 em espanhol.

A cobertura temporal do conjunto de dados começa em 1971 com o livro *Prejudices and antipathies: a tract on LC subject heads concerning people* de Sanford Berman e termina com um artigo publicado em 2022 até a data da busca nas bases de dados finalizada em 4 de abril de 2022. As publicações aumentaram paulatinamente a partir de 2005 tendo seu ápice em 2020 com 10 publicações, seguido de 2021 com 8 documentos. A distribuição por ano de publicação visualizada no gráfico 5 sugere um crescimento de estudo sobre o tema nos últimos 10 anos.

Gráfico 5 - Distribuição das publicações por ano

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

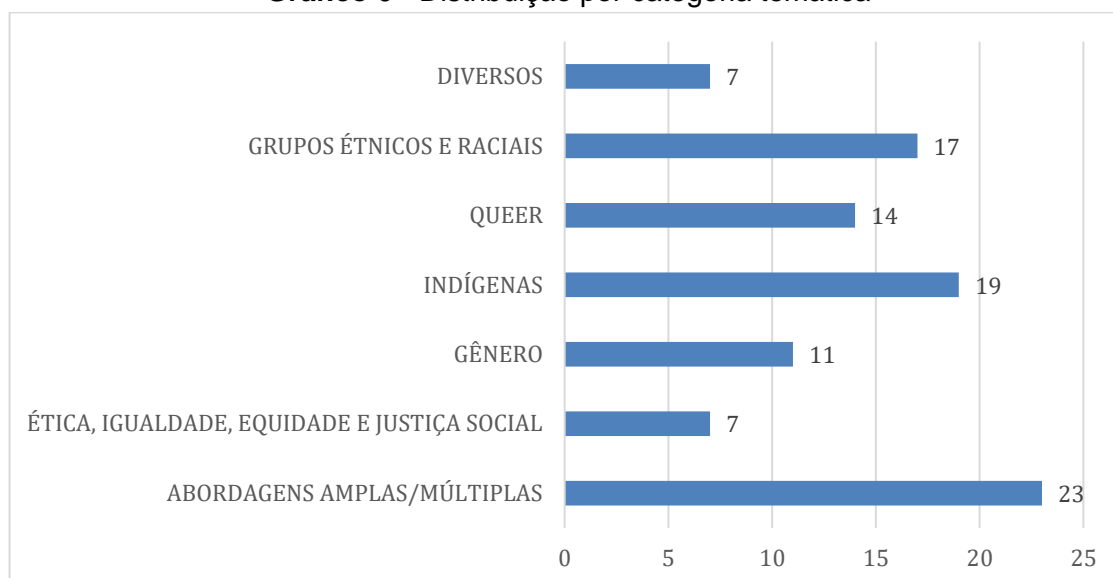
A partir do conjunto de dados final de 98 artigos foram identificados 137 autores de 17 países. Ao analisar as filiações institucionais relatadas pelos autores os pesquisadores dos Estados Unidos estiveram envolvidos em 72 publicações, seguidos pelo Canadá (26), Brasil (9), Inglaterra (5), Tailândia (4) e Nova Zelândia (4), e nenhum outro país contribuiu com mais de 4 artigos.

De acordo com o conjunto de dados, as autoras Hope Olson e Melissa Adler se destacam como as mais produtivas. Olson é autora de 4 artigos, enquanto Adler possui 5 publicações. Suas contribuições foram significativas em relação ao número de publicações encontradas, indicando um forte envolvimento e engajamento com a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros.

A atribuição de palavras-chaves pelos autores do conjunto de dados pode ser visualizada na figura 1. Os maiores destaques são para “Library of Congress Subject Headings”, “subject headings”, “cataloguing” e “subject access” representando a predominância de trabalhos analisando criticamente a catalogação e os cabeçalhos de assunto da Library of Congress (LC).

semelhante de trabalhos recuperados. Já as categorias Equidade, Ética, Igualdade, Justiça Social e Diversos foram as que apresentaram menos trabalhos relacionados.

Gráfico 6 - Distribuição por categoria temática



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A distribuição da literatura mapeada entre as categorias temáticas contribuirá para a organização da fundamentação teórica da pesquisa na seção a seguir. A partir do corpus de literatura identificado neste mapeamento pretende-se obter a compreensão e contextualização das discussões que tem ocorrido no campo da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento sobre a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. A literatura mapeada também permitirá identificar evidências e características das iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros comprometidos com a equidade e justiça social.

O protocolo de pesquisa elaborado é constituído de duas questões norteadoras, sendo uma dedicada a identificar as discussões teóricas e outra para as iniciativas. Entre os 98 documentos mapeados 86 deles são pesquisas e discussões teóricas sobre distintos aspectos da dimensão sociocultural de cabeçalhos de assunto e tesouros e 12 são publicações que detalham as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros.

A próxima seção apresenta a fundamentação teórica para o desenvolvimento desta pesquisa, baseada na síntese das 86 pesquisas e discussões encontradas a

partir do mapeamento de literatura. Na seção 5, serão abordadas as 11⁴ iniciativas mapeada. A estrutura das categorias temáticas será aplicada em ambas as seções, exceto pela categoria Equidade, Ética, Igualdade, Justiça Social, que foi identificada somente na seção de discussões.

⁴ São 12 publicações com relatos de iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros, mas apenas 11 iniciativas serão descritas na seção 5, já que duas publicações se referem à mesma iniciativa: o tesouro *Sexual Nomenclature* do Kinsey Institute, abordado por Zhou (2003) e Drucker (2017).

4 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DE LISTAS DE CABEÇALHOS DE ASSUNTO E TESAuros

A literatura mapeada e apresentada a seguir cobre as discussões sobre a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesauros desde meados do século 20 até o presente. Com esta contextualização através da literatura do campo, espera-se mostrar como a área de Organização do Conhecimento e seus profissionais vem refletindo sobre os desvios identificados nos cabeçalhos de assunto e tesauros.

O livro *Prejudices and Antipathies: a tract on the LC Subject Heads concerning people* de Sanford Berman foi publicação mais antiga mapeada, tendo sido publicado originalmente em 1971⁵. O próprio surgimento da literatura sobre desvios nos cabeçalhos de assunto é situado no final da década de 1960, segundo Knowlton (2005). O livro de Berman (1993) é considerado pioneiro e precursor do movimento em direção ao escrutínio de cabeçalhos de assunto relativo a pessoas (KNOWLTON, 2005).

Berman (1993) lista desvios em dezenas de cabeçalhos de assunto na *Library of Congress*, o *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), para que sejam substituídos ou cancelados. Os cabeçalhos de assunto da LC vêm sendo estabelecidos desde 1898 e ao longo desses anos se consolidaram como a principal autoridade para a indexação em bibliotecas. Berman (1993) destaca a vantagem do LCSH de poupar trabalho aos profissionais e gerar “padronização global” para usuários quando permite que sejam encontrados cabeçalhos familiares em catálogos de bibliotecas distantes geograficamente. Em detrimento dos benefícios oferecidos o autor aponta limitações dos cabeçalhos relacionados a pessoas e culturas pois afirma que os cabeçalhos refletem as visões de mundo de

[...] europeus e norte-americanos paroquiais, jingoístas, brancos, pelo menos nominalmente cristãos (e de preferência protestantes) na fé, confortavelmente situado nas faixas de renda média e alta, em grande parte domiciliado nos subúrbios, fundamentalmente leais à Ordem Estabelecida e fortemente imbuído da glória transcendente e incomparável da civilização ocidental. Além disso, refletem uma série de suposições insustentáveis, obsoletas e arrogantes em relação a jovens e mulheres. (BERMAN, 1993, p. 15, tradução livre).

⁵ A edição que será considerada nessa pesquisa é a de 1993 pois é a que se encontra disponível livremente no site mantido pelo autor.

Os desvios apontados por Berman (1993) têm o intuito de impedir a perpetuação das representações tendenciosas que essa visão de mundo dominante impõe aos cabeçalhos, aos sistemas de recuperação da informação que o utilizam e a comunidade usuária. Com esse objetivo Berman (1993) elenca desvios em cabeçalhos de assuntos relacionados as mulheres, gays e lésbicas, ao movimento sindical, a pobreza, fome, falta de moradia e política social, ao holocausto, ao nazismo, entre outros. Para pressionar pela incorporação e mudança dos termos o autor convocou profissionais e bibliotecários a encaminhar abaixo-assinados peticionando a LC a implementar mudanças nos desvios identificados no LCSH.

Ao longo da obra mais de duzentos cabeçalhos tendenciosos são identificados e proposição de soluções são realizadas. Na reedição do livro 21 anos após a edição original Berman (1993) relata alguns avanços após as críticas realizadas aos cabeçalhos de assunto estabelecidos pela LC. Porém também aponta significativa lentidão na implementação de algumas das mudanças propostas. Como exemplo Berman (1993) aponta o cabeçalho "*Yellow peril*" que levou 18 anos para ser abolido. O termo tendencioso faz alusão a um suposto perigo para o Ocidente causado pela expansão do poder e da influência dos povos dos países asiáticos.

Apesar dos muitos desvios identificados a exploração dos cabeçalhos de assuntos não é exaustiva. Para fomentar a melhoria dos cabeçalhos Berman (1993) incentiva e instrui os profissionais da área a localizar, examinar e relatar problemas nos cabeçalhos existentes e deixa exemplos de termos que merecem atenção e revisão, como "*Incorrigible (juvenile delinquency)*" e "*Sexual perversion*".

De acordo com Knowlton (2005) cabeçalhos de assuntos são tendenciosos quando utilizam linguagem que denota preconceito a favor de determinados pontos de vista e contra outros. As principais consequências são que os cabeçalhos de assunto tendenciosos podem tornar materiais difíceis de encontrar para outras pessoas, podem estigmatizar certos grupos com rótulos imprecisos ou humilhantes e criar a impressão de que certos pontos de vista são normais e outros incomuns (KNOWLTON, 2005, p. 125).

O movimento desencadeado por Berman com *Prejudices and Antipathies* gerou significativa repercussão e pressão por ajustes no LCSH. Após mais de três décadas da publicação do livro de Sanford Berman as críticas realizadas foram revisadas por Knowlton (2005) com o objetivo de identificar até que ponto o LCSH

corrigiu os desvios apontados e quais permanecem. Como resultado da revisão dos 225 desvios apontados por Berman (1993), Knowlton (2005) verificou que 88 (ou 39%) dos cabeçalhos sofreram alteração com atendimento majoritário das recomendações de Berman, 54 (ou 24%) sofreram alteração com atendimento parcial das sugestões e 80 (36%) permaneceram inalterados.

Dentre os cabeçalhos inalterados muitos estão relacionados a religião cristã. As mudanças sugeridas por Berman (1993) para esses cabeçalhos religiosos recomendavam a inclusão de qualificador para sinalizar que os cabeçalhos se referem ao Cristianismo. Assim seria evitado que os termos cristãos fossem a linguagem padrão do LCSH e as demais religiões entendidas como fora do padrão. Alguns dos cabeçalhos que permanecerem inalterados confirmados por Knowlton (2005) são *Church history* (sugestão de Berman: *Christianity–History*), *Confirmation* (sugestão de Berman: *Confirmation (Christian rite)*), *Judgment Day* (sugestão de Berman: *Judgment Day (Christian theology)*), *Revelation* (sugestão de Berman: *Revelation, Christian*), entre outros. Em consulta ao LCSH em 22 de maio de 2022 os quatro termos citados anteriormente permaneciam inalterados confirmando o pensamento de Berman (1993) que a linguagem padrão do LCSH continua a ser cristã.

A desconstrução da ideia da objetividade e neutralidade dos processos e sistemas de Organização do Conhecimento são abordados por Harris e Clack (1979). As autoras apontam que existia uma crença que a partir do respaldo da literatura, a garantia literária, os profissionais criariam e atribuiriam cabeçalhos de assunto e notações sem julgamentos, de forma neutra. Creditam ao trabalho desenvolvido por Berman a compreensão que os cabeçalhos de assunto podem refletir julgamentos altamente subjetivos, especialmente relacionados a pessoas.

Na pesquisa desenvolvida por Harris e Clack (1979) foi analisada a terminologia usada pelo LCSH para diversos grupos de pessoas com o objetivo de verificar se os cabeçalhos eram ofensivos. Entre os grupos analisados estão: americanos com diversas ascendências estrangeiras, judeus, povos indígenas, gays, idosos, pessoas com deficiência e outros. Diversas alterações foram sugeridas e recomendações feitas. Entre as recomendações estão o abandono da rotulação de grupos de pessoas por adjetivos usados como substantivos, como o caso de “Deficientes”, identificação que afasta a humanidade das pessoas. Sugerem a adição da palavra “pessoas”, como “Pessoas com deficiência”. Também

recomendam mudanças para adotar os nomes usados pelas próprias pessoas ou grupos e a inclusão de notas de escopo.

O conjunto de literatura contendo críticas aos desvios no LCSH resultou na elaboração de uma bibliografia por Cochrane e Kirtland (1981)⁶ que foi atualizada por Shubert (1992) e Fischer (2005). A bibliografia original cobriu a literatura produzida de 1944 a 1979, Shubert (1992) complementa com publicações da década de 1980 e Fischer (2005) compila a literatura crítica de 1990 a 2001. A organização da bibliografia dedica uma seção para abordar o preconceito no LCSH.

O papel de Sanford Berman como principal proponente da necessidade de atualizar a terminologia LC e remoção de termos com conotações pejorativas para grupos raciais, étnicos ou religiosos é destacado por Shubert (1992). Ao abordar a questão do preconceito nos cabeçalhos da LC afirma que está intimamente ligada à lentidão da revisão do LCSH, e que a demora pode levar a uma lista de cabeçalhos de assunto que é um "museu da linguagem" em vez de uma ferramenta de recuperação eficiente (SHUBERT, 1992, p. 75). A recomendação de Shubert (1992) é pela adoção de políticas que encorajem a revisão para que deixe de ser necessário protestos e pressões públicas por mudanças.

O cenário do final da década de 1980 sobre os cabeçalhos tendenciosos na LC é exposto da seguinte forma

A situação no final dos anos oitenta é que, apesar das revisões pontuais e das boas intenções, ainda há muito trabalho a ser feito na atualização e revisão do LCSH. Além da reestruturação, o LCSH também precisa de revisão no fornecimento de termos de assunto que não sejam sexualmente, religiosamente ou etnicamente tendenciosos. (SHUBERT, 1992, p. 76, tradução livre)

A extensão da bibliografia até 2001 é feita por Fischer (2005). As três bibliografias produzidas reúnem 57 anos de literatura e são uma importante fonte de informação da história das inadequações do LCSH, das pesquisas e sugestões propostas nesse período. Foram preocupações recorrentes desde 1945 a falta de especificidade na linguagem, a terminologia preconceituosa e/ou desatualizada, a estrutura sindética inconsistente e incompleta, a existência de lacunas conceituais e o atraso na adição de novos termos (FISHER, 2005, p. 74). A partir de uma tendência identificada na literatura Fisher (2005) adiciona a bibliografia uma nova

⁶ A bibliografia original de Cochrane e Kirtland (1981) não foi recuperada no mapeamento realizado, apenas os trabalhos de Shubert (1992) e Fischer (2005) serão abordados nesta pesquisa.

seção: “Uso local do LCSH”.

A literatura coletada sobre o preconceito no LCSH nos doze anos da bibliografia de Fisher (2005) dá destaque para o preconceito de gênero, o vocabulário cristão e a falta de cabeçalhos multiculturais. Na seção sobre uso local do LCSH são citadas três iniciativas que realizaram mudanças locais nos cabeçalhos da LC.

As primeiras preocupações encontradas na literatura mapeada estão relacionadas a identificação e combate ao preconceito nos cabeçalhos de assunto. Em relação aos tesouros encontra-se uma literatura que aborda os desafios na elaboração de tesouros com tratamento igualitário a todas as línguas e culturas envolvidas no instrumento que será elaborado, os chamados tesouros multilíngues ou multiculturais.

O aspecto cultural e político no processo de elaboração de tesouros multilíngues é salientado por Hudon (1997), que considera que “em breve poderá ser mais apropriado referir-se a tesouros multiculturais, em vez de tesouros multilíngues” (HUDON, 1997). A utilidade dos tesouros multilíngues é destacada pelo autor como um instrumento para indexação e recuperação que tem o potencial de permitir o acesso em sistemas de recuperação da informação onde mais de uma língua coexistam.

Segundo Hudon (1997) alguns problemas são tradicionalmente relatados na elaboração de tesouros multilíngues, como: esticar uma linguagem para ajustá-la a uma estrutura conceitual estrangeira; transferir toda uma estrutura conceitual de uma cultura para outra, seja ela apropriada ou não; e traduzir literalmente termos de um idioma em expressões sem sentido nos outros idiomas. Hudon (1997) afirma que idealmente um tesouro multilíngue deve oferecer inventários conceituais e terminológicos completos para cada idioma representado e apresentar uma estrutura de tesouro totalmente desenvolvida (ou seja, com todas as relações semânticas de equivalência, hierarquia e afinidade) em cada uma das línguas do tesouro.

Com o intuito de garantir igualdade para todos os idiomas e culturas representadas no tesouro alguns requisitos são estabelecidos por Hudon (1997). Destacam-se as recomendações que o tesouro seja elaborado dentro de uma estrutura administrativa semi-centralizada, com representantes de cada língua/cultura na equipe decisória; que todas as versões linguísticas do tesouro sejam desenvolvidas simultaneamente desde o início; que os designers de tesouros

sejam falantes nativos da língua em que trabalham, com bons conhecimentos das outras línguas envolvidas; e a produção de displays fisicamente separados para cada idioma representado.

É possível encontrar paralelo nas recomendações de Harris e Clack (1979) e Hudon (1997). Enquanto as primeiras recomendam a incorporação dos termos usados pela comunidade a ser representada nos cabeçalhos de assunto, Hudon (1997) reforça o papel decisório que as comunidades linguísticas e culturais têm na elaboração de tesouros. A participação dos falantes das línguas, das pessoas ou grupos a serem representados nesses sistemas tem o potencial de mitigar o preconceito ao permitir que nomeiem a si mesmos.

A autoridade cultural desempenhada pelo LCSH é discutida por Olson (2000). Diversos tipos de bibliotecas de diversos países utilizam o LCSH de forma direta ou traduzindo e adaptando seus termos para a representação temática de suas coleções e, por isso, Olson o descreve como um “dispositivo de autoridade cultural”. Um dos elementos apontados pela autora como formadores dessa autoridade é a garantia literária que subsidia as escolhas terminológicas dos cabeçalhos de assunto da LC.

Olson (2000) defende que ao estabelecer cabeçalhos de assunto unicamente com base em uma autorização literária pelos recursos disponíveis no acervo da LC são reforçadas as vozes dominantes e rejeitadas as margens (OLSON, 2000, p. 57). Essa limitação da garantia literária apontada pela autora advém das dificuldades de publicação que enfrentam as visões marginais e a visão americana contida nas publicações que será espelhada nos cabeçalhos de assunto e usados ao redor do mundo. A preocupação demonstrada por Olson (2000) é que o LCSH sendo um dispositivo de autoridade cultural que reforça apenas o status quo ele possa acarretar a ascendência de algumas visões de mundo e na subordinação de outras em seus cabeçalhos.

Alguns exemplos de exclusões e marginalizações existentes no LCSH são expostos por Olson (2000). É apontado como exemplos de exclusão a utilização do termo Wicca como sinônimo não autorizado do cabeçalho *Witchcraft* e a inexistência de um cabeçalho que faça referência ao trabalho não remunerado a despeito da existência de publicações na biblioteca sobre os assuntos. Para a autora a marginalização de um tópico ocorre colocando-o como o “outro”, como diferente. Assim como denunciou Harris e Clack (1979) os exemplos de marginalização dados

por Olson (2000) são de cabeçalhos para grupos de pessoas formados apenas por adjetivos, como: *Handicapped*, *Poor* e *Aged*. Nesses cabeçalhos certos aspectos são utilizados como característica ou essência definidora para diferenciá-los do padrão dominante.

Uma análise da literatura sobre desvios em sistemas de organização do conhecimento é realizada por Olson e Schlegl (2001). A partir da literatura analisada identificam as categorias dos problemas mais comumente encontrados nos SOC e problematizam alguns princípios básicos da elaboração e uso dos sistemas e processos de Organização do Conhecimento. Olson e Schlegl (2001) relacionam a catalogação centrada no usuário, a objetividade e a padronização como responsáveis parciais pelos desvios sistêmicos em SOC.

Os problemas identificados por Olson e Schlegl (2001) são sintetizados em cinco categorias: tratamento como exceção, guetização, omissão, estrutura inadequada e terminologia tendenciosa. O tratamento como exceção acontece quando determinado tópico é representado como estando fora de algum padrão aceito. A guetização reúne e isola um tópico em vez de integrá-lo no sistema. Também pode ocorrer a omissão completa de um determinado tópico. Os problemas como estrutura inadequada são gerados pela imprecisão dos relacionamentos estabelecidos. Por sua vez, a terminologia tendenciosa acontece quando o termo adotado contém conotações pejorativas e é o tipo mais comum de problema encontrado nos SOC.

Em relação aos princípios de OC, Olson e Schlegl (2001) expõem os danos do usuário ser o árbitro da linguagem do sistema caso o usuário em mente for um usuário em particular, representante da maioria dominante. A catalogação centrada no usuário recomendada pelas autoras considera grupos heterogêneos de usuários com contextos diversos. A lógica criticada pelas autoras em relação ao princípio da objetividade é sua busca por neutralidade e igualdade. Olson e Schlegl (2001) sugerem uma busca por equidade já que privilegia a adaptação as necessidades e contextos específicos. A padronização comum aos processos e sistemas de Organização do Conhecimento é criticada pelas autoras por impedir a adaptação local.

As recomendações de Olson e Schlegl (2001) para mitigar os problemas em SOC incluem a elaboração de padrões alternativos, adaptação de padrões ao contexto local e uso criativo (ou mesmo subversivo) como forma de melhorar os

desvios negativos encontrados em SOC. A adaptação local recomendada pode considerar o nível institucional, nacional ou cultural.

Com outro posicionamento sobre a objetividade, Naun (2006) argumenta que a objetividade deve ser entendida como imparcialidade. Sendo o desafio dos SOC fazer uma mediação que identifique e acomode ideias distintas em uma linguagem comum. Naun (2006) recomenda a utilização de uma terminologia para cabeçalhos de assunto e descritores de tesouros que tenha ampla aceitação entre a comunidade potencialmente diversa de usuários.

A demonstração de desvios em SOC tradicionais em favor de determinados grupos tem sido feito por Berman (1993) e outros desde 1971. Deste modo, uma parcialidade histórica é evidenciada. A proposição de Olson e Schlegl (2001) pela equidade busca equilibrar as vozes representadas nos sistemas. Seguir a posição de Naun (2006) de adotar a imparcialidade como princípio tem o potencial de perpetuar a linguagem tendenciosa e desvios históricos.

A adoção e adaptação do LCSH para contextos locais é examinada por McKennon (2006). A pesquisa analisa o uso do LCSH para representar recursos informacionais sobre eventos históricos de conflitos entre os Estados Unidos e o Canadá, El Salvador e México em coleções desses três países. A hipótese de McKennon (2006) é que o uso do LCSH tem o potencial de limitar o acesso a perspectivas históricas locais e nacionais ao favorecer o ponto de vista americano.

No cenário mexicano foram verificadas a atribuição de cabeçalhos para recursos sobre a Guerra México-Estados Unidos (1846-1848) na coleção da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Foi descoberta a utilização de três cabeçalhos para o mesmo evento histórico, fator que gera inconsistência na recuperação da informação. Em relação a terminologia adotada houve predominância do cabeçalho centrado nos Estados Unidos: “*Estados Unidos — Historia — Guerra con Mexico, 1845 – 1848*” e menor incidência dos cabeçalhos “*Mexico Historia invasion norteamericana, 1846 – 1848*” e “*Mexico Historia Guerra con Estados Unidos*”, que refletiriam com mais precisão o ponto de vista mexicano.

No Canadá McKennon (2006) investigou a influência do LCSH sobre os materiais sobre a Guerra de 1812 na *National Library of Canada* (NLC). Os resultados obtidos sinalizam um esforço consistente da NLC para complementar os cabeçalhos de assunto do LCSH com o direito, a história e a literatura canadense criando o *Canadian Subject Headings* (CSH). Porém algumas inconsistências foram

identificadas pelo autor, em especial sobre a cobertura desigual entre o inglês e francês nos cabeçalhos de assunto.

A coleção da *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas* de El Salvador também foi examinada por McKennon (2006). Dificuldades com a interface do catálogo da biblioteca universitária impediram a replicação de pesquisa como realizada nas coleções da UNAM e NLC. Contudo, o autor identificou que a instituição não usa LCSH como padrão e, portanto, não está suscetível a cabeçalhos tendenciosos e centrados nos Estados Unidos.

Com posicionamento semelhante das recomendações de Olson e Schlegl (2001) pelo desenvolvimento de iniciativas de adaptação local de SOC, McKennon (2006) alerta para os riscos da restrição de perspectivas históricas locais autônomas sem uma adaptação significativa. E alerta que a adoção de SOC

[...] criados e divulgados pela Biblioteca do Congresso, promovem os preconceitos implícitos e explícitos de um sistema bibliográfico cultural, nacional e etnocêntrico criado pela autoridade do governo dos EUA. Os países que empregam os sistemas de LC sem modificação sofrem diminuição do acesso público às suas coleções se os pesquisadores usarem vernáculos locais. (MCKENNON, 2006, p. 64, tradução livre)

Uma análise da relação entre a exclusão sociocultural e a representação temática de recursos sobre assuntos não dominantes é feita por Bates e Rowley (2011) a partir do catálogo de biblioteca públicas no Reino Unido. Os autores desenvolvem pesquisa comparativa sobre a representação e recuperação de recursos LGBTQ e de minorias étnicas e raciais entre cabeçalhos de assuntos gerados por bibliotecários e *tags* geradas por usuários, a folksonomia.

As descobertas de Bates e Rowley (2011) com a observação dos catálogos *online* de três bibliotecas públicas e da rede social *LibraryThing* incluem problemas de terminologia e falta de especificidade na representação do conteúdo dos recursos LGBTQ e de minorias étnicas e raciais. Os problemas de terminologia apontados incluem o uso dos termos “*transsexuals*” e “*transvestites*” no lugar do disponível “*transgender people*” e a ausência do termo “*queer*” a despeito da existência de literatura suficiente para produzir garantia literária. Os autores salientam que a questão da nomeação representa uma regulação da identidade e uma importante forma de controle dos grupos dominantes. Para os autores a terminologia encontrada objetifica, estigmatiza e problematiza as identidades LGBTQ.

Segundo Bates e Rowley (2011) a falta de especificidade nos cabeçalhos

utilizados advém da tendência de não representar o conteúdo específico do recurso com precisão levando a generalizações. Foi relatada recuperação nula ou pouco significativa quando a pesquisa utilizou termos como “*black lesbian*”, “*lesbian history*”, “*queer activism*”, “*transgender feminism*” nos catálogos das bibliotecas. Os resultados relatados foram mais precisos e relevantes com as *tags LibraryThing* para os recursos LGBTQ, contudo em relação etnias e raças a folksonomia do *LibraryThing* se apresentou problemática para a realidade britânica por ser elaborada majoritariamente por usuários estadunidenses.

Bates e Rowley (2011) alertam que quando a linguagem dos SOC incorpora os processos hegemônicos como, por exemplo, a heteronormatividade, o resultado pode ser o risco de deslegitimação aos olhos do usuário, a reprodução de estruturas dominantes e a limitação do acesso aos recursos produzidos pelas comunidades não dominantes. Então ainda que benefícios tenham sido encontrados os autores não recomendam que a folksonomia seja vista como uma solução integral, pois também podem reproduzir visões de mundo dominantes. Destacam também que pesquisas adicionais devem ser realizadas para avaliar o uso da folksonomia para outras áreas de assunto e para outros grupos de usuários e comunidades.

A conotação ideológica dos SOC é discutida por Meneses Tello (2013). A argumentação exposta pelo autor é que a carga ideológica das lista de cabeçalhos de assunto pode atuar como obstáculos de acesso a determinadas comunidades de usuários agindo de forma consciente ou inconsciente como censura a determinadas ideias. O entendimento de Meneses Tello (2013) é que a inclusão ou exclusão de termos nas lista de cabeçalhos de assunto reflete uma hegemonia que busca estar distante da linguagem dos usuários de grupos de minoritários ou subordinados, da evolução da própria terminologia e, portanto, do acesso ideal a informação pelas diferentes comunidades. A escassez de literatura em espanhol sobre os problemas em torno da carga ideológica dos SOC também é destacada pelo autor mexicano.

A violência simbólica e sistêmica que os atos de nomeação realizados nos SOC podem causar são abordados por Adler e Tennis (2013). Nessa perspectiva os sistemas de organização do conhecimento são instrumentos que carregam um poder disciplinar e fornecem evidências da posição a partir da qual pessoas e instituições classificaram outras ou se tornaram categorias. Assim, “nomear é exercer algum grau de poder, e organizar qualquer parte do universo é, em menor ou maior grau, um ato coercitivo” (ADLER; TENNIS, 2013, p. 268).

Algumas características e participantes dos danos potenciais produzidos pelos SOC são listadas por Adler e Tennis (2013). Retomando e ampliando Olson e Schlegl (2001), para os autores as ações danosas acontecem quando os SOC tratam assuntos ou pessoas como exceção, guetização, omissão, estrutura inadequada, terminologia tendenciosa, apagamento e patologização. São participantes dos danos aqueles que criam, os utilizadores e os que são representados. Contudo as pessoas e instituições que criam os sistemas têm poder em relação aos que estão sendo representados e aos que usam o sistema. Os autores destacam a responsabilidade de todos os envolvidos em questionar, rejeitar, provocar mudanças, ou mesmo permanecer em silêncio. São afetados indivíduos, grupos, nações e qualquer configuração de indivíduos servidos pelo sistema.

A consciência recomendada por Adler e Tennis (2013) ao trabalhar organizando o conhecimento é que haja a intencionalidade de fazer justiça, causar o menor dano e produzir o maior bem.

O cenário mexicano em relação ao uso de SOC é analisado por Naumis (2013), em particular o da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). O histórico mexicano apresentado evidencia a predominância de traduções dos SOC desenvolvidos nos Estados Unidos e alguns esforços para elaboração de sistemas em espanhol, mas que não receberam atualizações e deixaram de ser usados. Esse diagnóstico feito pela autora do contexto mexicano é corroborado pela pesquisa de McKennon (2006) mencionada anteriormente.

A análise realizada por Naumis (2013) na UNAM é que os cabeçalhos de assunto utilizados contêm espanhol traduzido do inglês que não refletem os usos linguísticos do espanhol usado no México. Alguns exemplos são fornecidos como “*Pluralismo cultural*” constar como cabeçalho na UNAM, influenciado pelo inglês “*Cultural pluralism*” embora o termo mais usado no México seja “*Diversidad cultural*”; e a adoção do cabeçalho “*indios*” na UNAM como reflexo do termo “*Indians*” utilizado pelo LCSH apesar da literatura e constituição mexicana usarem “*grupos indígenas*” ou ainda “*indígenas*”. O autor observou uma maior dificuldade com cabeçalhos das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

De acordo com Naumis (2013) os termos traduzidos nem sempre são compatíveis com os termos significativos no país de origem e, nesse caso, ao serem traduções literais do LCSH refletem as peculiaridades e as relações sociais que existem nos Estados Unidos, sendo uma solução inadequada para o contexto

mexicano. A solução recomendada é que os termos dos SOC reflitam a linguagem da cultura local e o contexto social em que são usados.

A relação entre o conceito de cultura e a elaboração de sistemas de organização do conhecimento também é abordada por Boccato e Biscalchin (2014). Ao refletirem sobre as diferentes abordagens de cultura destacam a contribuição que os princípios da garantia cultural podem oferecer para esses sistemas. Com a adoção da garantia cultural os termos que representam a cultura em que a comunidade de usuários do sistema de recuperação da informação está inserida se integram a lista de cabeçalhos de assunto ou tesouro. Desta forma, seria possível “atingir o maior número possível de usuários (individuais ou em grupo) e, conseqüentemente, representar a informação a partir da perspectiva cultural de cada indivíduo/grupo” (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014).

Alguns indicadores são apresentados por Boccato e Biscalchin (2014) para subsidiar de forma teórica e metodológica a elaboração de sistemas de organização do conhecimento de acordo com os princípios da garantia cultural. Destacam-se a recomendação de usar termos representativos da cultura de um indivíduo ou de uma coletividade deles; contemplar termos representativos de grupos sociais minoritários; promover a igualdade de termos das temáticas homens e mulheres, paz e guerra, religiões, correntes ideológicas e convicções político-sociais; evitar termos discriminatórios ou depreciativos; praticar a seleção ética de termos para a representação por assunto de áreas do conhecimento, entre outros.

A elaboração de SOC sem considerar as dimensões culturais, políticas e sociais da comunidade usuário podem levar a incorporação de termos inadequados, imprecisos e preconceituosos como já visto. Como consequência Biscalchin e Moreira (2020) destacam que realizar representações “estranhas” aos usuários pode acarretar a falta de credibilidade do sistema como um todo devido a inadequação da representação feita.

Biscalchin e Moreira (2020) reforçam que a combinação das perspectivas sócio-histórico-culturais nos sistemas de organização do conhecimento possibilita a representação da informação próxima à realidade do usuário, eliminando as relações terminológicas e estruturas hierárquicas não adequadas, evitando a exclusão de minorias sociais e o preconceito ou imposição de valores culturais. Segundo os autores ao considerar todas essas perspectivas a garantia cultural busca

[...] levar aos usuários termos representativos de sua realidade, afirmando que um termo só é apropriado e útil, se atender aos requisitos, a compreensão, ao contexto do usuário, se preocupando com questões éticas, religiosas e sociais, independentemente de pertencente a um grande ou pequeno grupo de pessoas. (BISCALCHIN; MOREIRA, 2020, p. 64)

As pesquisas de Harris e Clack (1979), Berman (1993), Olson (2000), Bates e Rowley (2011) apresentaram desvios na linguagem utilizada em cabeçalhos de assunto, com destaque para o LCSH. Também foi demonstrada por McKennon (2006) e Naumis (2013) a utilização por outras bibliotecas do LCSH e os riscos decorrentes da utilização de uma ferramenta desenvolvida em outro contexto cultural e social. O consenso entre as soluções propostas por Harris e Clack (1979), Hudon (1997), Boccato e Biscalchin (2014) e Biscalchin e Moreira (2020) é a importância de termos característicos da cultura e compatíveis com os valores locais nos sistemas de organização do conhecimento usados em uma dada realidade.

A relação entre o conceito de interseccionalidade e os sistemas de organização do conhecimento é explorada por Fox (2016). A interseccionalidade é apresentada por Fox (2016) como um sistema multidimensional de desigualdades interligadas e conflitantes que levam à opressão sistêmica quando as pessoas pertencem a mais de uma categoria de identidade. Muitas das violências simbólicas e apagamentos denunciados por Adler e Tennis (2013) advêm das limitações de representação da interseccionalidade de tópicos e identidades em SOC, conforme demonstrou Bates e Rowley (2011). Os termos citados que produziram baixa ou nula recuperação eram de termos que uniam duas categorias identitárias como “*black lesbian*”. Fox (2016) alerta para os riscos de tópicos serem deturpados ou apagados estrutural ou semanticamente.

Segundo Fox (2016) os desafios de representar a interseccionalidade são maiores à medida que aumenta o número de categorias interseccionais, gerando maior especificidade, e trazendo à tona mais problemas metodológicos de como atender a cada população específica. Ainda que não exista método abrangente e universal, Fox (2016) recomenda que soluções para problemas específicos podem ser implementadas localmente. Nesse sentido sugere a “reclamação construtiva” vinda da comunidade de usuários como forma de implementar mudanças em nível local nos SOC.

Após Adler e Tennis (2013) caracterizarem os danos nos SOC, Adler (2016)

aborda a necessidade de reparações das violências encontradas nos sistemas. A autora defende o desenvolvimento de pesquisas históricas e críticas em Organização do Conhecimento como forma de compreender a maneira pela qual a violência se tornou sistêmica nos SOC e entender as consequências para o acesso à informação, para a formação da identidade de quem busca informações e para a história dos povos, comunidades, nações e territórios. Para Adler (2016) esses estudos ao fornecerem evidências das violências passam a demonstrar uma necessidade de reparação, que pode assumir a forma de reconhecimento e diálogo aberto sobre os efeitos de longo prazo da aplicação de princípios, hierarquias e nomes que excluem e marginalizam os sujeitos (ADLER, 2016, p. 634).

As ações reparadoras nos SOC são vistas por Adler (2016) como uma forma de ativismo pela justiça social, rejeição da noção de neutralidade e busca ativa por maneiras de remediar as desigualdades no acesso e na produção de conhecimento. Para Adler (2016) as ações reparadoras não possuem um formato ideal, sendo necessário a prática de leitura reparadora e pensamento criativo para destruir as convenções baseadas em branquidade, patriarcado, colonialismo e heteronormatividade presentes nos SOC.

Uma revisão do conceito de garantia literária é feita por Martínez-Ávila e Budd (2017). De acordo com os autores, a utilização da garantia literária como um mecanismo de justificativa das escolhas terminológicas nos sistemas e processos da Organização do Conhecimento se consolidou como um dos fundamentos do campo. Martínez-Ávila e Budd (2017) destacam que a garantia literária é o princípio seguido pela maioria dos SOC tradicionais, como o LCSH.

Segundo Martínez-Ávila e Budd (2017) a garantia literária determina os termos e a estrutura hierárquica dos SOC a partir dos conceitos utilizados nas publicações, “assumindo que a literatura publicada é a única matéria-prima para a sistematização de conteúdos e esquecendo as teorias e discursos em que essas publicações se baseiam”. Corroborando com o demonstrado por Bates e Rowley (2011), os autores apontam como problemático na garantia literária as inconsistências ou omissões nos SOC quando os conceitos a serem representados são oriundos de campos emergentes e/ou marginalizados ou que possuem terminologia e estruturas fluídas, como a teoria *queer*.

Outra limitação da garantia literária indicada por Martínez-Ávila e Budd (2017) é a desconsideração do conhecimento contextual por ser caracterizada como uma

garantia centrada no documento, empirista e objetiva. Contudo, os SOC estabelecem em sua estrutura relações hierárquicas e associativas que possuem relação direta com as teorias e paradigmas científicos. Para os autores a aplicação da garantia literária de forma isolada acarretaria a representação de inconsistências teóricas na estrutura do SOC gerando incertezas sobre a utilidade do sistema. Desta forma, Martínez-Ávila e Budd (2017) afirmam a insuficiência da garantia literária para subsidiar de forma única o desenvolvimento de SOC.

Howard e Knowlton (2018) discutem alguns obstáculos para pesquisadores de estudos interdisciplinares relacionados aos cabeçalhos de assunto da LC e seu uso por bibliotecas. Em relação aos estudos afro-americanos a principal dificuldade citada por Howard e Knowlton (2018) no processo de pesquisa é a existência dos dois cabeçalhos: *Blacks* e *African American*. A comunidade usuária deve ter conhecimento da diferença de escopo dos dois cabeçalhos para decidir pelo uso de apenas um ou ambos, ou ser orientado por um profissional. O desconhecimento da distinção entre os termos pode afetar a recuperação de materiais relevantes. A mesma variedade no LCSH é descrita pelos autores em relação aos estudos LGBTQIA+ com os termos *Gays*, *Homosexuality*, *Gay men* e *Lesbians*.

Os exemplos de Howard e Knowlton (2018) reforçam a dependência do pesquisador ou profissional que está auxiliando o pesquisador tenha um grande conhecimento dos cabeçalhos frequentemente usados para cada área de estudo. Howard e Knowlton (2018) defendem que uma forma dos bibliotecários se comprometerem com a diversidade e responsabilidade social é fornecendo informações sobre os meios de acesso a materiais por e sobre pessoas tradicionalmente marginalizadas.

Lo (2019) também aborda controvérsias envolvendo o LCSH. Ao situar o LCSH como representante da política oficial do Congresso americano, suscita o questionamento se outras bibliotecas, especialmente aquelas fora dos Estados Unidos, devem manter os mesmos termos preferidos estabelecidos pelo LSCH. Lo (2019) defende que o LCSH possui fraquezas estruturais que permitem que cabeçalhos de assunto tendenciosos se calcifiquem dentro do sistema. Além das limitações da garantia literária mencionados por Olson (2000) e Martínez-Ávila e Budd (2017), são entendidos por Lo (2019) como pontos fracos do LCSH a utilização da garantia literária para subsidiar a escolha terminológica com conseqüente incorporação dos preconceitos das obras catalogadas, o ritmo lento de mudança e a

obrigação de obedecer a mandatos políticos.

As propostas de melhoria do LCSH sugeridas por Lo (2019) envolvem três níveis: individual, institucional e consorciado. No âmbito individual destaca ações de conscientização sobre preconceitos e o engajamento crítico de usuários, acadêmicos e profissionais e outros bibliotecários com a intenção de ensinar a analisar e examinar criticamente as fontes de informação que encontram e como as encontram. Institucionalmente as bibliotecas podem fazer alterações locais nos seus cabeçalhos e catálogos eliminando, substituindo ou complementando termos alternativos para pesquisa. Lo (2019) entende que bibliotecas individuais são mais ágeis do que a Biblioteca do Congresso para implementar mudanças, ainda que haja o esforço de realizar as mudanças e a manutenção contínua. Por fim, sugere que as bibliotecas podem trabalhar juntas em nível de consórcio para criar um tesouro alternativo para trabalhar em paralelo com o LCSH. Os benefícios são o compartilhamento de conhecimentos e recursos, reduzindo a carga sobre bibliotecas individuais e fornecendo uma diversidade de pontos de vista na elaboração do tesouro (LO, 2019, p. 194-195)

A complexidade envolvida na elaboração de tesouros para as áreas das Ciências Humanas e Sociais é discutida por Gomes e Frota (2019). Apontam que a complexidade está relacionada as mudanças constantes ocorridas nessas áreas, o tratamento de temas que são objetos de disputas políticas e sociais e a necessidade de incluir a diversidade cultural abordada por essas ciências. Os tesouros são descritos por Gomes e Frota (2019) como instrumentos que privilegiam o discurso científico-acadêmico e alertam que

[...] limitar a ciência e a academia como legítimos detentores dessa linguagem reduziria a importância de outros atores e abriria brechas que poderiam levar à opressão social e à perpetuação de discursos já assentados, mas que precisam ser revistos. (GOMES; FROTA, 2019, p. 643, tradução livre)

Gomes e Frota (2019) defendem que a adoção da garantia cultural na elaboração dos tesouros é a forma de inserir outros valores nos SOC e permitir a aproximação da comunidade de usuários por verem seus pressupostos refletidos nesse sistema que será posteriormente acessado por eles próprios. Assim, Gomes e Frota (2019) analisam o *Integrated Methodological Model for Thesaurus Construction (IMMTC)* para verificar como a garantia cultural pode ser incluída na elaboração do tesouro através das pessoas, materiais terminológicos, métodos e processos

utilizados.

O modelo analisado por Gomes e Frota (2019) identifica dois grupos de pessoas envolvidas na elaboração de tesouros: profissionais da informação e os consultores especializados. A recomendação de Gomes e Frota (2019) é que o grupo de profissionais da informação conte com uma equipe multidisciplinar que tenha o olhar e o posicionamento crítico direcionados à visão de mundo que o tesouro em elaboração busca sustentar. Para o grupo de consultores Gomes e Frota (2019) sugerem inclusão de pessoas de fora da academia e da ciência, como pessoas ligadas aos movimentos sociais, da prática técnica da área do conhecimento e pessoas que atuam em instituições ligadas ao tesouro.

Além das fontes de informação tradicionais alguns outros materiais são recomendados por Gomes e Frota (2019) para subsidiar as escolhas terminológicas, como livros, jornais e revistas não acadêmicos, boletins de movimentos sociais, entrevistas, documentários, depoimentos etc. Os autores afirmam que não devem ser excluídas ou invalidadas as contribuições da ciência e da academia para a elaboração dos tesouros, mas deve-se incluir novos atores e os materiais criados por essas vozes em seus movimentos, lutas e práticas.

A proposta de Gomes e Frota (2019) é a utilização de métodos de elaboração de tesouros mais abertos. Sugerem inclusão de técnicas sociológicas como entrevistas, grupo focal e observação para serem utilizadas no processo de coleta dos termos e conceitos a serem incluídos no sistema. As técnicas sugeridas para compreender o que foi coletado incluem a análise do discurso e da análise de conteúdo.

Em relação aos processos Gomes e Frota (2019) reforçam que para uma mudança em direção à garantia cultural, os processos tradicionalmente padronizados de elaboração de tesouros precisam se ajustar as especificidades de cada área do conhecimento. Como já destacado as Ciências Humanas e Sociais apresentam uma relação mais terminologia volátil, que se diferencia da estabilidade das Ciências Exatas e Ciências Biológicas. Por fim, destacam a participação de profissionais com uma visão crítica e que tenham conhecimentos e habilidades para trabalhar fontes terminológicas diversas, bem como os métodos de coleta de opiniões e leitura de literatura e outras obras (GOMES; FROTA, 2019, p. 645).

Abordagens teóricas e metodológicas da garantia cultural também são discutidas por Barité e Rauch (2020). A garantia cultural é descrita por Barité e

Rauch (2020, p. 38) como uma garantia dotada de um papel integrador e democrático que pode contribuir para “reafirmar a identidade das culturas locais e neutralizar os efeitos de aculturação associados à globalização e aos processos político-econômicos de exclusão social dos SOC”. Afirmam também que a garantia cultural não é neutra, pois busca intencionalmente favorecer formas de organização do conhecimento que substituam os critérios de objetividade e neutralidade pelos de pertinência cultural e respeito aos valores comunitários.

São apontados por Barité e Rauch (2020) quatro elementos teóricos necessários para o entendimento da garantia cultural, a saber: a necessidade de adequação do conceito de cultura ao campo da Organização do Conhecimento; o foco nas dimensões locais do conhecimento em oposição às abordagens universais, inclusive com o surgimento de novos SOC desenvolvidos para representação temática de assuntos locais; a intenção de promover sistemas tendenciosos em favor de setores sociais minoritários e relegados; e introdução do fator ético através da garantia cultural ao expressar o respeito à integridade do pensamento cultural de uma comunidade. Barité e Rauch (2020) descrevem como uma orientação teórica central da garantia cultural a preocupação em não potencializar os aspectos hegemônicos de uma sociedade e considerar interpretações alternativas da realidade.

Barité e Rauch (2020) se baseiam no princípio da hospitalidade cultural como um meio de criar procedimentos para que os SOC sejam permeáveis a diferentes percepções e concepções culturais. Desta forma, propõem uma categorização com três formas dos SOC praticarem a hospitalidade cultural: 1) criação de espaços paradoxais para inserir terminologia culturalmente determinadas a partir da subdivisão de um conceito geral para incorporar conceitos particulares que foram omitidos no SOC; 2) a elaboração de instrumentos positivamente tendenciosos para certas orientações culturais dentro de sistemas preexistentes ou construídos de forma autônoma; e 3) adaptações locais de sistemas universais para representar as características específicas de um país ou região, podendo ser elaboradas pelos responsáveis oficiais do SOC, ou ser de natureza local, ou, ainda, geradas internamente em um sistema de informação (BARITÉ; RAUCH, 2020, p. 36-37).

Em síntese, a estrutura e terminologia utilizada em cabeçalhos de assunto e tesouros tradicionais têm sido recorrentemente criticados por refletirem preconceitos a partir de uma visão de mundo euro-americana, branca e cristã (BERMAN, 1993),

lenta em identificar e modificar termos desatualizados e tendenciosos (KNOWLTON, 2005; SHUBERT, 1992; LO, 2019), estigmatizante (BATES; ROWLEY, 2011) contra identidades LGBTQIA+, baseadas em convenções colonialistas e heteronormativas (ADLER, 2016) ou promotoras de violências simbólicas e apagamentos (ADLER; TENNIS, 2013; FOX, 2016).

A referência as adaptações locais aparecerem inicialmente em Olson e Schlegl (2001), foi identificada na bibliografia de Fisher (2005) e recomendada por McKennon (2006), Lo (2019) e Barité e Rauch (2020). A elaboração e manutenção de tesouros e cabeçalhos de assunto localmente são uma forma de incorporar os nomes usados pelas próprias pessoas ao se referirem a si (HARRIS; CLACK, 1979), incluir termos representativos da cultura local e dos grupos sociais minoritários (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014), com uma terminologia próxima ao contexto do usuário (BISCALCHIN; MOREIRA, 2020; GOMES; FROTA, 2019) e com papel integrador e democrático (BARITÉ; RAUCH, 2020). A definição de local pode incluir uma instituição, cultura, nação (OLSON; SCHLEGL, 2001), região ou consórcio/rede de bibliotecas (LO, 2019; BARITÉ; RAUCH, 2020)

4.1 EQUIDADE, ÉTICA, IGUALDADE, E JUSTIÇA SOCIAL

Um subconjunto menor de sete publicações contém discussões relacionadas aos aspectos equitativos, éticos, igualitários ou de justiça social nos cabeçalhos de assunto e tesouros. Algumas publicações sugerem códigos ou diretrizes éticas para a prática profissional.

As implicações e responsabilidades éticas da prática profissional dos catalogadores é discutida por Bair (2005). Para Bair (2005) os profissionais ao criar e executar os sistemas e processos de organização do conhecimento tem o poder de ajudar ou prejudicar as pessoas a encontrar e interpretar informações em uma escala global já que são os responsáveis pelas atividades que promovem o acesso e a nomeação dos recursos de informação.

Um código de ética da catalogação é sugerido por Bair (2005). Entre as condutas éticas elencadas a primeira diz respeito ao dever de organizarmos, agregarmos valor e fornecermos e mantermos o acesso justo, equitativo e sem censura à informação para todos os usuários de bibliotecas locais, nacionais e globais, colocando as necessidades de informação de nossos clientes e o direito

humano à liberdade de informação antes de nossas próprias necessidades e conveniências (BAIR, 2005, p. 16).

Em relação aos cabeçalhos de assunto Bair (2005) defende que a postura necessária aos profissionais é de estarmos vigilantes para garantir que não censuremos ou neguemos propositalmente ou inadvertidamente o acesso às informações, permitindo pendências na catalogação ou por imprecisão, uso indevido ou não uso de cabeçalhos de assunto (BAIR, 2005, p.16). O código de ética também preconiza o dever dos profissionais de trabalhar para reformar desvios culturais nos cabeçalhos de assunto.

Um modelo para tomada de decisões éticas ao criar, revisar e manter SOC é fornecido por Beghtol (2005). Para a autora a estrutura ética para os SOC é fornecida pelo conceito de garantia cultural que deve subsidiar as decisões sobre quais conceitos e quais relacionamentos entre conceitos são apropriados para um determinado sistema. A operacionalização da garantia cultural acontece através da hospitalidade cultural que idealmente acomoda as garantias de diferentes culturas e permite refletir as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade.

O modelo de avaliação proposto por Beghtol (2005) é composto por três níveis de análise e sugestão de procedimentos para desenvolvimento de políticas éticas para os SOC. O primeiro nível de análise sugerido é o nível teórico e sugere que a base teórica para avaliar um SOC deve ser a dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) das Nações Unidas e de justiça global da informação; a análise no nível de divulgação deve avaliar o sistema quanto a desvios preexistentes, técnicos e emergentes e avaliar a existência de representações tendenciosas e deturpadas; o terceiro nível de análise é o de aplicação que avalia a existência de desvios comuns, desvios prováveis para o contexto de uso do sistema e ainda desvios em contextos potencialmente diferentes daqueles para os quais foram originalmente projetados.

As políticas éticas para SOC recomendadas por Beghtol (2005) devem incluir procedimentos para garantir que todos os pontos de vista sejam incluídos, que haja transparência e que todos os envolvidos sejam juízes dos processos decisórios.

Em posição semelhante a Bair (2005), Jacobs (2007) chama atenção para o poder oculto incorporado nas funções dos profissionais que realizam os processos e sistemas de Organização do Conhecimento. Por desempenharem uma função de intermediários entre recursos de informação e a comunidade usuária os profissionais

podem censurar, suprimir ou distorcer informações através dos cabeçalhos ou descritores de tesouros utilizados. Para lidar com os dilemas éticos inerentes a profissão Jacobs (2007) afirma que os profissionais precisam estar abertos a ter suas próprias visões de mundo desafiadas e dispostos a acomodar outras visões de mundo.

Para Adler e Harper (2018) as discussões sobre justiça social, diversidade e inclusão estão inerentemente ligadas a Organização do Conhecimento, pois “os atos de organização, nomeação e padronização são social e culturalmente situados, podem ter consequências políticas e afetar a circulação e a recepção do conhecimento.” E por isso advogam que os currículos de ensino sobre o campo dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação são espaços fundamentais para discutir a maneira que as hierarquias organizam o conhecimento, como os SOC muitas vezes reproduzem os discursos dominantes e inibem abordagens não dominantes e interseccionais.

Alguns exercícios sobre diversidade e Organização do Conhecimento são sugeridos por Adler e Harper (2018) para serem utilizados em salas de aula. A respeito aos cabeçalhos de assunto propõem uma atividade que permite identificar os contextos políticos e sociais do LCSH. A partir da aplicação dos exercícios as autoras relatam os desafios enfrentados pelos alunos ao atribuírem termos a recursos sobre raça e sexualidade pela dificuldade em encontrar cabeçalhos apropriados no LCSH. Sugerem que diante das limitações encontradas no sistema com a experiência prática em sala de aula podem ser introduzidas discussões sobre o funcionamento do próprio LCSH, justiça, diversidade de perspectivas e uso da linguagem.

Os desvios nos SOC são examinados pela lente da ética por Mustafa El Hadi (2019). Ao analisar a representação das mulheres no esquema de cabeçalhos de assunto RAMEAU (*Unified Encyclopedic and Alphabetical Authority Subject Directory*) utilizado no contexto francês Mustafa El Hadi (2019) defende que o padrão do sistema é a representação dos homens. Fornece como exemplo a existência de cabeçalho para se referir a filosofas mulheres, mas nenhum termo semelhante para os homens, pois o conceito de filósofos homens está incluído no cabeçalho geral Filósofos.

O exemplo é ilustrativo da afirmação de Mustafa El Hadi (2019) que determinados elementos ou grupos são colocados no centro dos sistemas, o que se

costuma chamar de *mainstream*, enquanto outros elementos são deslocados para as margens e, portanto, marginalizados. Para a autora projetar SOC mais éticos e responsáveis implica considerar as pessoas marginalizadas e construir metodologias de pesquisa para promover processos, ferramentas e produtos que não estejam atrelados a uma determinada ideologia dominante e que respeitem as diversas formas de conhecimento (MUSTAFA EL HADI, 2019, p. 33).

A incorporação da justiça social no trabalho bibliotecário é abordada por McCulloch (2020). O primeiro passo sugerido pela autora é pensar onde e por que há injustiça social nas bibliotecas, reconhecendo estruturas prejudiciais e opressivas, desmantelando essas estruturas e, então, elaborar melhores no lugar. Para McCulloch (2020) advogar por mudanças em cabeçalhos de assunto inadequados é um meio de alcançar a justiça social, por exemplo.

É nesse sentido que McCulloch (2020) menciona a inadequação do LCSH para utilização pelas bibliotecas australianas e recomenda a substituição pelo tesouro do *Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies* (AIATSIS) como uma forma de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas de descrever sua cultura à sua maneira. De acordo com McCulloch (2020) essa é uma forma de adotar os princípios de justiça social de diversidade e inclusão no trabalho das bibliotecas.

O impacto ético das decisões tomadas no processo de catalogação é discutido por Martin (2021). Como Bair (2005) e Jacobs (2007), Martin (2021) também reforça o poder envolvido no processo de catalogação e a importância da tomada de decisão centrada na ética, já que “a capacidade de determinar se a informação (ou conhecimento) pode ou não ser encontrada é em si uma forma de poder” (MARTIN, 2021, p. 282). Outro tipo de poder relacionado a catalogação é destacado por Martin (2021), o poder de nomear e organizar o conhecimento, pois os profissionais que criam e mantêm os SOC decidem quais nomes serão dados aos conceitos na biblioteca e como os relacionamentos entre esses conceitos nomeados serão organizados.

Dado todo o poder envolvido na catalogação a ética é um fator fundamental na prática profissional dos bibliotecários catalogadores. Para Martin (2021) a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação da *International Federation of Library Associations* (IFLA) fornece alguns valores importantes para os profissionais, mas defende a necessidade de um marco ético específico para a

catalogação já que para o autor não há uma estrutura ética unificada e amplamente aceita voltada para catalogação. É nesse sentido que Martin (2021) informa que está em discussão a criação de um código de ética para catalogação entre entidades do Reino Unido, Canadá e Estados Unidos.

Martin (2021) inclui o debate sobre problemas em cabeçalhos de assuntos como uma das questões mais atuais dentro da ética da catalogação. Martin (2021) menciona algumas alternativas que são comumente adotadas para mitigar os problemas nos cabeçalhos: realização de apelos para corrigir os cabeçalhos de assunto já estabelecidos, adicionar novos cabeçalhos e permitir que as pessoas em grupos marginalizados tenham maior participação e controle sobre como eles são refletidos. Além da elaboração de lista de cabeçalhos de assuntos de grupos específicos criadas pelo respectivo grupo afetado, ou em consulta com ele.

Em suma, a catalogação por carregar um poder que afeta o acesso e nomeação (BAIR, 2005; JACOBS, 2007; MARTIN, 2021) dos recursos de informação necessita de decisões eticamente fundamentadas e comprometidas com a justiça social e a equidade. Ainda que um código de ética da catalogação tenha sido sugerido (BAIR, 2005), a criação de um código de ética amplamente debatido ainda está em desenvolvimento (MARTIN, 2021). Contudo, há uma sinalização de consenso que trabalhar para identificar, avaliar e modificar desvios e termos tendenciosos em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros (BAIR, 2005; BEGHTOL, 2005; MCCULLOCH, 2020; MARTIN, 2021) e utilizar sistemas alternativos criados com e por grupos de pessoas historicamente marginalizadas (MUSTAFA EL HADI, 2019; MARTIN, 2021) é uma atitude ética e que contempla a justiça social.

4.2 GÊNERO

O subconjunto de dez publicações que compõem esta subseção realizam análises e críticas sobre as inadequações em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros tradicionais sobre as mulheres, conforme já exposto nas seções anteriores por Berman (1993), Adler (2016) e Mustafa El Hadi (2019).

A evolução dos cabeçalhos de assunto da LC sobre as mulheres entre 1975 e 1991 é traçado por Rogers (1993). No período analisado algumas melhorias no LCSH foram identificadas por Rogers (1993), que incluem a adição de centenas de

cabeçalhos novos para mulheres, especialmente inclusão de cabeçalhos ocupacionais refletindo o crescimento de papéis desempenhados pelas mulheres no mercado de trabalho; a eliminação de cabeçalhos com a estrutura "*Women as ...*" (como *Women as architects*); diminuição de relacionamentos associativos que mostrem idealização da mulher e atribuição de papéis estereotipados com remissivas para cabeçalhos como "*Saints, Women*" e "*Family*"; maior uniformidade entre as subdivisões utilizadas para homens e mulheres, entre outras mudanças.

A despeito das melhorias mencionadas, Rogers (1993) destaca a persistência de diversos outros problemas, inclusive em cabeçalhos ocupacionais. Rogers (1993) menciona que os cabeçalhos gerais estabelecidos para as profissões são usados para homens, como "*Engineers*", e cabeçalhos específicos como "*Women engineers*" são termos restritos dentro da categoria geral "*Engineers*", sugerindo que as mulheres são um subconjunto dos homens. Para minimizar questões como essa Rogers (1993) sugere a inclusão de cabeçalhos específicos para representar os trabalhadores do sexo masculino em uma determinada ocupação.

Outro desvio identificado por Rogers (1993) no LCSH é a existência de 50 cabeçalhos relacionando a ocupação dos homens com as esposas, como "*Anthropologists wives*", sem nenhuma equivalência para maridos de mulheres trabalhadoras. A sugestão de Rogers (1993) é a troca de "*wives*" para "*spouses*", um termo que leva em conta ambos os sexos. Alguns outros problemas são identificados por Rogers (1993) que revelam uma suposição de que os homens são a norma do LCSH.

Uma comparação feita por Rogers (1993) entre o LCSH e tesouros especializados em mulheres releva a falta de especificidade do LCSH para cobrir temas sobre as mulheres. O exemplo fornecido pela autora é a ausência de termo para representar o "*Women's liberation movement*" em detrimento da preferência pelo termo amplo "*Feminism*". Para Rogers (1993) questões como essa exemplificam a dificuldade do LCSH em acompanhar o avanço dos estudos sobre as mulheres.

A pesquisa de Gerhard, Su e Rubens (1998) analisa a atribuição de cabeçalhos de assunto para recursos da área de estudos interdisciplinares sobre as mulheres e feminismo e sintetiza os problemas encontrados no LCSH. Os resultados da pesquisa revelam impactos que segundo os autores afetam seriamente o acesso aos recursos da área, considerando que em 30% dos registros analisados conceitos

principais inteiros foram representados inadequadamente ou não foram representados na catalogação.

Os principais problemas identificados na pesquisa de Gerhard, Su e Rubens (1998) foram a presença de cabeçalhos ou subdivisões de assunto obsoletos; inexistência de cabeçalhos ou subdivisões de assuntos relevantes no registro de catalogação; disponibilidade de nenhum cabeçalho ou subdivisão de assunto relevante; os cabeçalhos de assunto atribuídos no registro de catalogação eram muito gerais; ou os cabeçalhos de assunto atribuídos no registro de catalogação eram muito específicos.

As recomendações de melhoria feitas por Gerhard, Su e Rubens (1998) incluem o envio de cabeçalhos para serem criados ou revisados pela LC, conforme Berman (1993) também recomendava; a reavaliação das políticas de catalogação para que incluam a revisão retrospectiva dos registros de catalogação quando novos cabeçalhos de assunto forem criados; e desenvolvimento de ferramenta que informe catalogadores dos cabeçalhos de assunto já disponíveis e conscientize sobre a necessidade de destacar os aspectos centrados na mulher ou feministas no processo de catalogação.

De maneira complementar, Olson (2001) descreve o princípio da universalidade utilizado na Organização do Conhecimento como um ideal patriarcal. Enquanto princípio fundador da OC parte do pressuposto que

[...] a universalidade é necessária para nomear a informação e que essa presunção primária é o resultado de uma presunção secundária de que a diversidade na linguagem, na nomeação, causa falha de comunicação. A resposta praticada na Organização do Conhecimento é traduzir a linguagem natural para uma linguagem sintética universal, mas a representação da informação dessa forma revela-se um ideal inatingível. Ao mesmo tempo, os esforços em direção a esse ideal são frequentemente excludentes. (OLSON, 2001, p. 12-13, tradução livre)

Olson (2001) faz um questionamento desse princípio devido as limitações que impõem aos SOC ao sufocar a diversidade e reforçar uma “presença branca, etnicamente europeia, burguesa, cristã, heterossexual, fisicamente apta, masculina”, rotulada como aquilo que é o universal do qual todo o resto é um desvio. Então, Olson (2001) propõe uma desconstrução feminista através de mudanças que tornem os sistemas menos estáveis, porém mais adaptativos. As técnicas sugeridas por Olson (2001) para lidar com os preconceitos que a universalidade fomenta nos SOC

são "necessariamente locais, parciais e temporárias".

As técnicas desconstrutivas estabelecidas por Olson (2001) buscam ultrapassar o limite dos SOC para desequilibrar as vozes dominantes e criar espaço para a voz do "outro". Assim, Olson (2001) propõe três princípios para orientar o desenvolvimento de técnicas:

1. Fazer brechas no limite, torná-lo permeável, ao invés de redefini-lo ou construir um novo limite.
2. Criar espaços, em vez de preenchê-los: os espaços são para o "outro" preencher, caso deseje fazê-lo.
3. Ser dinâmico; abordar os discursos relevantes em um determinado contexto: eles devem ser reflexivos, mudando responsivamente ao longo do tempo e espaço [...].

O tratamento dado às mulheres em outro SOC é analisado por Todaro e Martinez (2006), o *Lista de encabezamientos de materia para bibliotecas* (LEMB). Segundo as autoras essa lista de cabeçalhos de assunto em língua espanhola é amplamente utilizada em países hispano-americanos.

A pesquisa de Todaro e Martinez (2006) identificou 71 cabeçalhos referentes a mulheres no LEMB, e os resultados apresentados revelam que 52 (73%) iniciam com o substantivo *Mujeres*, enquanto apenas 9 iniciam com o substantivo *Hombres*, além da maioria dos cabeçalhos femininos carecerem de correspondência exata com os cabeçalhos dos homens; 59 cabeçalhos femininos (83%) podem ser recuperados com apenas três palavras iniciais: *mujeres*, *muchachas*, *esposas*; e a ausência de equivalências para cabeçalhos sobre maridos no LEMB também é apontado pelas autoras, assim como Rogers (1993) apontou no LCSH. Todaro e Martinez (2006) sinalizam que tais inconsistências evidenciam um tratamento desigual às mulheres e produzem confusão, sobreposição e má interpretação na indexação e recuperação da informação.

As dificuldades de representação temática e recuperação da informação nas áreas de estudos interdisciplinares já foram mencionados por Gerhard, Su e Rubens (1998) e por Howard e Knowlton (2018). Nessa mesma perspectiva, López-Huertas e Torres Ramírez (2007) comparam e analisam a terminologia utilizada em quatro tesouros de Estudos de Gênero e Mulheres com textos especializados da mesma área sobre saúde, imagem e corpo da mulher, as fontes utilizadas são de línguas e documentos publicados na Espanha. A intenção das autoras ao comparar os dois conjuntos é detectar semelhanças ou diferenças nos termos utilizados e, assim,

avaliar a garantia literária dos sistemas.

A partir de um corpus de 333 termos López-Huertas e Torres Ramírez (2007) revelam que a coincidência entre as terminologias extraídas das duas fontes é baixa, de apenas 33,8%. Também é demonstrado que a proporção de termos incorporados apenas pelos tesouros, aparentemente sem suporte documental, é de 52,8% e cerca de 20,1% do total de termos que aparecem em documentos não estão representados nos tesouros, o que significa que eles não poderiam ser representados e recuperados adequadamente. López-Huertas e Torres Ramírez (2007) alertam para a necessidade da OC olhar para essa área com novos olhos, a partir de uma perspectiva feminista, a fim de conferir coerência e veracidade ao que é dito e à forma como é representado quando se fala desse assunto em SOC.

Nesta outra publicação, Olson (2007) continua sua crítica feminista as bases da Organização do Conhecimento, especificamente a lógica tradicional/aristotélica que fornece a estrutura hierárquica dos SOC. A lógica tradicional/aristotélica é descrita por Olson (2007) como uma prática filosófica baseada em silogismo categórico que define uma estrutura linear e hierárquica de categorias, onde as mais altas da hierarquia definem ou têm autoridade sobre as mais baixas.

As caracterizações de Zeng (2008) e Barité (2011) a respeito do SOC indicam a função de estabelecerem relacionamentos associativos, de equivalência e hierárquicos em sua estrutura. Uma das críticas que Olson (2007) faz é relacionada a "a onipresença da hierarquia", pois considera que listas de tesouros e cabeçalhos de assunto privilegiam as relações hierárquicas, refletidas na estrutura sindética de termos mais amplos e mais restritos, sobre os outros tipos de relacionamentos possíveis. A autora passa então propor um modelo alternativo não baseado na lógica tradicional/aristotélica, mas na teoria e pesquisa feminista.

A abordagem sugerida por Olson (2007) parte do pensamento feminista que identifica as mulheres como vendo o mundo como uma rede interconectada em um modelo radicalmente diferente da estrutura hierárquica da lógica tradicional. É nesse sentido que Olson (2007) passa a defender um modelo alternativo que considere e potencialize o conceito de conectividade nos SOC. Segundo a autora os SOC já dispõem de traços de conectividade, especialmente os relacionamentos associativos que já são estabelecidos em tesouros e lista de cabeçalhos de assuntos.

O núcleo do modelo de conectividade de Olson (2007) vem de seu foco nos relacionamentos, sua estrutura semelhante a uma rede em oposição a uma

hierarquia piramidal, e sua consideração do contexto e da experiência, especialmente como derivadas de comunidades de conhecimento. As abordagens para expandir a conectividade sugeridas por Olson (2007) incluem a articulação de mais tipos de relações paradigmáticas (aquelas intrínsecas, independentes de contexto) e sintagmáticas (contextuais) em tesouros e lista de cabeçalhos de assunto. Para Olson (2007) o modelo de conectividade também é apropriado para as culturas indígenas.

Uma outra área de preocupação para os estudos femininos é identificada por Gilley (2007). A autora ilustra sua preocupação com o exemplo da representação da terceira onda feminista que passa a ser identificada na literatura a partir de 1992, porém 15 anos depois apenas uma base de dados conta com um cabeçalho de assunto no qual se pode pesquisar e recuperar sobre o assunto. Para Gilley (2007) os cabeçalhos de assunto utilizados em base de dados online especializadas em estudos femininos carecem de serem pesquisados e analisados criticamente.

A preocupação expressa por Gilley (2007) em relação a representação temática em bases de dados é retomada e ampliada pela pesquisa de Hankins (2009), que avalia a cobertura da produção acadêmica e literária de quarenta feministas negras em doze bases de dados especializadas. Os resultados da extensa pesquisa de Hankins (2009) revelam uma boa cobertura das escritoras nas bases de dados selecionadas para o estudo, mas a autora relatou desafios para encontrar os recursos. Hankins (2009) aponta falta de terminologia consistente para pesquisar os recursos e conclui afirmando haver uma necessidade crítica de atualizar os tesouros especializados em estudos femininos ou desenvolver uma nova ferramenta abrangente para indexar os recursos de informação das escritoras feministas negras.

A representação de outro tipo de recurso de informação relacionado a pesquisa feminista é analisada por Samuelsson (2010), as teses de doutorado em um contexto sueco. A análise de Samuelsson (2010) busca verificar a capacidade de dois sistemas de cabeçalhos de assunto da Suécia para representar as perspectivas feministas nas teses selecionadas para o estudo. Os dois sistemas analisados são o *Svenska Ämnesord* (SÄ), um sistema de cabeçalho de assunto usado em bibliotecas suecas e o *Kvinnohistoriska samlingsarnas ämnesord* (KvÄ), usado nas coleções de história da mulher da Biblioteca da *University of Gothenburg*, Suécia.

A pesquisa de Samuelsson (2010) verificou que as teses não são possíveis

de serem pesquisáveis como conhecimento feminista dentro dos sistemas examinados, pois nenhuma tese do seu corpus empírico foi indexada de acordo com a perspectiva feminista de seu conteúdo. Para Samuelsson (2010) o conteúdo feminista nas teses é invisibilizado, até mesmo pelo KvÄ. Samuelsson (2010) atribui a deficiência dos sistemas em representar as perspectivas feministas a fragilidades em lidar com conceitos feministas e uma incapacidade dos sistemas de expressar relações entre conceitos.

O posicionamento de Samuelsson (2010) é que fazer melhorias nos sistemas existentes pode fornecer apenas uma solução parcial do problema, pois relaciona as deficiências apontadas aos fundamentos objetivistas e universalistas sob os quais os sistemas são elaborados e que são questionados pelos discursos feministas, conforme Olson (2001). De acordo com Samuelsson (2010) os sistemas precisam ser inclusivos e reconhecer diferentes perspectivas ontológicas e epistemológicas e acomodar diferentes visões de mundo e formas de conhecimento. Além disso, Samuelsson (2010) recomenda o desenvolvimento de melhores SOC para coleções específicas de materiais feministas.

Na última publicação dessa subseção, McTavish, Neal e Wathen (2011) examinam a linguagem sobre violência contra a mulher pelo *Medical Subject Headings* (MeSH), um sistema de cabeçalhos biomédicos e de saúde desenvolvido pela *National Library of Medicine* (NLM) e utilizado amplamente por bibliotecas e bases de dados. Segundo McTavish, Neal e Wathen (2011) o trabalho acadêmico sobre violência contra as mulheres tem sido amplamente multidisciplinar, contendo diferentes discursos sobre a área, e conseqüentemente, diferentes terminologias.

Nesse contexto multidisciplinar, McTavish, Neal e Wathen (2011) sinalizam dois discursos conflitantes na literatura. Uma tradição de estudos de família onde os pesquisadores utilizam definições neutras de violência, com a utilização de termos como *spousal abuse*, *partner violence*, ou *family violence*. E tradições feministas e de saúde pública que reconhecem a natureza estrutural da violência contra as mulheres e adotam uma terminologia específica de gênero, preferindo termos como *battered women* e *violence against women*.

Então, McTavish, Neal e Wathen (2011) investigam a convergência no MeSH dos cabeçalhos de violência do MeSH com a literatura da área considerando esses diferentes discursos. As análises dos autores revelam que MeSH reflete apenas parcialmente a literatura atual sobre violência contra a mulher com a preferência

pelo cabeçalho de terminologia neutra *Spouse Abuse*. Os autores entendem que adotar um discurso em detrimento do outro tem o potencial de não apenas limitar o acesso aos recursos, mas também encerrar a discussão entre várias partes interessadas que adotam terminologia diferente e tornar termos menos visíveis ou invisíveis dentro do sistema. McTavish, Neal e Wathen (2011) identificaram também a indisponibilidade no MeSH de termos como *“Teen Violence”*, *“Violence against women”* e *“intimate partner violence”*, relevante para pesquisadores de outras tradições, o que pode direcioná-los para longe de informações relevantes sobre violência contra mulheres sob a perspectiva desejada e para informações com entendimentos de violência de forma neutra.

De forma concisa, limitações para representação de diferentes aspectos das mulheres em sistemas tradicionais como o LCSH, LEMB e MeSH foram apontadas pelas pesquisas empíricas realizadas por Rogers (1993), Gerhard, Su e Rubens (1998), Todaro e Martínez (2006) e McTavish, Neal e Wathen (2011). Mesmo sistemas especializados apresentaram limitações como apontou López-Huertas e Torres Ramírez (2007), Hankins (2009) e Samuelsson (2010).

O conjunto de publicações contém críticas ao uso do masculino como universal nos sistemas (ROGERS, 1993; OLSON, 2001), a associação das mulheres a papéis estereotipados (ROGERS, 1993; TODARO; MARTÍNEZ, 2006), a falta de especificidade nos sistemas (ROGERS, 1993; GERHARD; SU; RUBENS, 1998; GILLEY, 2007), inexistência ou omissão de termos relevantes para estudos sobre mulheres e gênero (GERHARD; SU; RUBENS, 1998; LÓPEZ-HUERTAS; TORRES RAMÍREZ, 2007; MCTAVISH; NEAL; WATHEN, 2011) e invisibilidade das perspectivas feministas (SAMUELSSON, 2010; MCTAVISH; NEAL; WATHEN, 2011).

As recomendações para lidar com os desvios dos sistemas de organização do conhecimento a partir de teorias e perspectivas feministas sugerem que as técnicas devem ser contextualizadas localmente, parciais e temporárias (OLSON, 2001; OLSON, 2007).

4.3 INDÍGENAS

O subconjunto de treze publicações que compõem esta subseção realizam análises e críticas sobre a representação dos povos indígenas de diferentes

contextos em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Essa temática já havia sido abordada em seções anteriores por Olson (2007) ao sugerir o conceito de conectividade para a representação das culturas indígenas em SOC, pela denúncia de Adler (2016) das convenções coloniais que subsidiam a elaboração de SOC tradicionais e pela menção de McCulloch (2020) de um tesouro alternativo para os povos indígenas australianos.

O *Subject Analysis Committee* (SAC) da *American Library Association* (ALA) publicou relatório em 1984 com recomendações para redução do uso do termo “*primitive*” no LCSH em virtude da conotação pejorativa de inferioridade que atribui aos povos indígenas e grupos étnicos. O comitê realiza recomendações específicas para cada um dos 45 cabeçalhos encontrados na LC à época. A maioria das alternativas sugeridas para a substituição dos cabeçalhos com o termo “*primitive*” incluem o uso de termos como “*tradicional*”, “*prehistoric*” e a utilização de subdivisões sob os nomes de áreas geográficas e grupos étnicos específicos. A falta de especificidade do LCSH também é criticada no relatório.

Um dos cabeçalhos do LCSH que o comitê sugeriu o cancelamento é “*Medicine, Primitive*” estabelecido em 1905, pois já havia no LCSH cabeçalhos que indexariam os recursos vinculados a esse cabeçalho com mais especificidade como antropologia médica e a possibilidade de medicina ser uma subdivisão sob o cabeçalho de tribos indígenas individuais. O comitê sugere ainda a adição do cabeçalho “*Medicine, Traditional*”. Esta pesquisa verificou que em março de 2023 persistem na Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil mais de uma dezena de cabeçalhos de assunto que utilizam primitivo(a) como Agricultura primitiva, Escultura primitiva, Sociedades primitivas e, inclusive, Medicina primitiva.

As inadequações e limitações do LCSH para a representação dos povos nativos americanos e canadenses são expostas por Kam (2007). De acordo com a autora o LCSH e outros sistemas são inevitavelmente tendenciosos porque percebem e descrevem o mundo de uma perspectiva predominantemente branca, cristã e eurocêntrica, gerando desvios sistêmicos para descrever materiais de/sobre nativos americanos dos Estados Unidos e Canadá. Kam (2007) descreve a perspectiva dos povos indígenas como não-hierárquica e baseada em relacionamentos, incorporando conceitos holísticos de círculo, equilíbrio e rede interconectada.

O cabeçalho “*indians*” é criticado por Kam (2007) pelo sentido monolítico e

colonialista para descrever centenas de nações distintas de povos nativos da América do Norte, Central e do Sul e Caribe. Em decorrência de inadequações como essa, Kam (2007) cita medidas anunciadas pela *Library and Archives Canada* (LAC) de descontinuar o uso de "*indians*" com substituição por cabeçalhos para grupos específicos e revisão dos nomes usados para os grupos. Também será reconsiderado o uso do cabeçalho coletivo "*Indians of North America*".

Kam (2007) destaca a importância do processo consultivo aos povos nativos na elaboração de cabeçalhos de assunto e tesouros, considerando-o um elemento crítico para o sucesso dos sistemas. Segundo Kam (2007) o sucesso não necessariamente significa consenso completo sobre um único termo para descrever os povos, mas levantamento de termos possivelmente menos censuráveis e/ou colonialistas, abrindo caminho para os povos se autodenominarem.

Nessa mesma perspectiva, Lee (2011) realizou pesquisa com povos indígenas e profissionais que trabalhavam com recursos indígenas em bibliotecas, arquivos e outras instituições no Canadá e Estados Unidos para entender como os recursos podem ser mais bem descritos e quais mudanças de terminologia são necessárias no LCSH.

Lee (2011) demonstra através dos resultados da pesquisa a insatisfação com os principais sistemas utilizados para descrever os recursos indígenas, em especial com o LCSH. A pesquisa também forneceu exemplos de seis cabeçalhos de assunto do LCSH para avaliação dos entrevistados. O cabeçalho "*Indians of North America*" suscitou discordância de 75% dos respondentes e ao longo das mudanças sugeridas para os seis cabeçalhos os termos "*Indigenous*", "*Aboriginal*", "*First Nations*" e "*Native*" foram a terminologia mais recorrente. Os resultados da pesquisa mostram também uma preferência por estruturas não hierárquicas e menos lineares.

Corroborando com Kam (2007), a conclusão de Lee (2011) é que pode ser irreal esperar um acordo em relação a terminologia para descrever os recursos de/sobre os povos indígenas estadunidenses e canadenses, considerando a diversidade de perspectivas dos vários grupos indígenas. Para Lee (2011) a solução passa por tesouros locais (desenvolvidos com a contribuição de usuários indígenas) para cada biblioteca.

Ghaddar e Caidi (2014) sinalizam áreas que requerem melhores práticas na forma como são organizados, classificados e representados os materiais de ou sobre povos indígenas. Entre os principais desafios listados são a remoção de

barreiras ao acesso e o desenvolvimento de ferramentas de organização e representação do conhecimento que afirmem a autonomia cultural indígena, acolham e incorporem visões e valores indígenas. Assim, Ghaddar e Caidi (2014) reforçam a posição de Lee (2011) pela necessidade de tesouros locais que reconheçam os nomes, relacionamentos, lugares, histórias, estruturas e conceitos usados pelos povos indígenas e abordagens baseadas na cultura, juntamente com terminologia culturalmente específica.

A forma como o colonialismo opera através da Organização do Conhecimento é abordado por Duarte e Belarde-Lewis (2015). Para as autoras os processos e sistemas de OC se tornam técnicas de colonização quando realizam a redução, nomeação errônea, particularização, marginalização e guetização de recursos indígenas. Assim, Duarte e Belarde-Lewis (2015) convocam os profissionais a criar parcerias para elaborar sistemas que reflitam as epistemologias indígenas e as necessidades locais como forma de apoiar a descolonização e o trabalho de autodeterminação das comunidades indígenas. Pois consideram que

Embora os pesquisadores e profissionais da organização do conhecimento possam não ser capazes de superar gerações de desigualdades sociais, adotar e incluir termos que reflitam as experiências e perspectivas dos marginalizados é um passo em direção à reparação do poder colonial. (DUARTE; BELARDE-LEWIS, 2015, p. 682, tradução livre)

Para esse fim, Duarte e Belarde-Lewis (2015) propõem uma técnica de descolonização da imaginação como uma metodologia para que profissionais da Organização do Conhecimento possa reconhecer e discernir as possibilidades de abordagens baseadas na comunidade indígena para o desenvolvimento de sistemas alternativos. A metodologia sugerida por Duarte e Belarde-Lewis (2015) consiste em cinco estágios, a saber: compreender como funciona a colonização através da subjugação dos documentos indígenas e seus artefatos de conhecimento; identificar meios para descolonizar ferramentas, técnicas, valores, instituições e processos; difundir a consciência e adquirir reconhecimento formal do valor epistêmico do conhecimento indígena no contexto; identificar parceiros epistêmicos indígenas e construir um conhecimento profundo do domínio; e conceber sistemas experimentais para construir consciência teórica do trabalho na área.

Uma análise da representação da cultura indígena do Havaí, em particular da dança *hula*, no LCSH é realizada por Hajibayova e Buente (2017). A pesquisa de

Hajibayova e Buente (2017) investiga a representação do conceito da *hula* nos SOC pela sua importância enquanto prática cultural, religiosa e política nativa. A partir dos termos de pesquisa “*Hawaii*” e “*hula*” Hajibayova e Buente (2017) identificam 4 cabeçalhos de assunto da LC: *Hula (Dance)*, *Hula Dancers*, *Hula Language* e *Hula teachers*. Os autores consideram que a representação contida nos cabeçalhos é distorcida por identificar a *hula* apenas como dança folclórica e/ou atividade recreativa e desconsiderar seu sentido de celebração sagrada, relevando desconexão entre a representação da *hula* havaiana no LCSH e seu significado indígena.

A recomendação de Hajibayova e Buente (2017) para uma representação verdadeira e holística da *hula* havaiana nativa nos SOC tradicionais é a realização de esforço coletivo e colaborativo para entender e aceitar as crenças e práticas do patrimônio cultural nativo havaiano. E que os sistemas se tornem permeáveis através de sua revisão e expansão e/ou desenvolvimento de sistemas baseados nas formas indígenas de conhecer.

A incompatibilidade dos SOC tradicionais e dominantes para a representação do conhecimento indígena é abordado por Moulaison-Sandy e Bossaller (2017), que apresentam sugestões de formas socialmente justas e confiáveis de acesso ao conhecimento indígena. Os SOC que os profissionais da informação usam hoje são descritos por Moulaison-Sandy e Bossaller (2017) como elaborados com base em uma visão de mundo ocidental e positivista, que exclui o vasto universo do conhecimento indígena e tradicional. Os autores também apontam a garantia literária como princípio que gera a marginalização da cultura indígena, pois considerando a característica oral do conhecimento indígena "não haverá literatura sobre a qual basear a garantia para a criação de conceitos e termos" (MOULAISON-SANDY; BOSSALLER, 2017, p. 133). E, portanto, outras garantias devem ser consideradas.

Ao abordar as soluções possíveis Moulaison-Sandy e Bossaller (2017) destacam dois caminhos: a elaboração de SOC especializados e a realização de adaptações nos SOC existentes. Segundo Moulaison-Sandy e Bossaller (2017), os sistemas especializados devem ser projetados para atender as necessidades de comunidades não dominantes e ser aceitáveis para as comunidades que estão descrevendo. São mencionadas iniciativas de elaboração de tesouros especializados como forma de apoiar o acesso cognitivamente justo a recursos para

e sobre grupos não dominantes e especializados.

O outro caminho apresentado por Moulaison-Sandy e Bossaller (2017) é a adaptação de um sistema universal, como o LCSH, para criar um sistema local que seja viável e relevante. Independente da solução adotada, Moulaison-Sandy e Bossaller (2017) destacam alguns pontos em comum em iniciativas de sucesso. De acordo com os autores nas iniciativas bem-sucedidas os envolvidos são membros da comunidade indígena ou especializada; os sistemas são elaborados e testados em colaboração com esses membros; os sistemas são implementados e testados novamente ao longo do tempo, além de serem publicados e testados com a comunidade em geral, sendo reajustados conforme necessário. Para Moulaison-Sandy e Bossaller (2017) o envolvimento da comunidade usuária oferece ao sistema que está sendo criado ou adaptado uma garantia dada pelo usuário, e nesse caso, uma espécie de garantia indígena.

Em um outro sentido, Dudley (2017) examina como a LC descreve livros relacionados a genocídios indígenas nos Estados Unidos e Canadá através de seus cabeçalhos de assunto. A análise crítica de Dudley (2017) consiste em verificar a precisão com que o LCSH é atribuído para representação da intenção autoral dos livros sobre genocídios indígenas na América do Norte. A pesquisa de Dudley (2017) teve como amostra 34 livros em inglês identificados no catálogo *online* da *WorldCat* que continham o cabeçalho "*Indians of North America*" e "*Indians*" e variação das palavras-chave *genocide*, *holocaust* ou *extermination*. Os livros da amostra foram verificados quanto a intenção autoral de abordar o genocídio contra os nativos americanos.

Uma das principais descobertas apontadas por Dudley (2017) é que 20 livros (59%) da amostra não possuem o cabeçalho com referência a genocídio e atribuem cabeçalhos contendo eufemismos como "*Indians of North America -- Treatment of*" e "*Indians of North America -- government relations*". Para o autor a terminologia tendenciosa é demonstrativa de narrativas coloniais, passivas e enganosas e revelam que "genocídio – quando cometido nas Américas – não é um crime contra a humanidade, mas apenas uma forma de tratamento, ou um aspecto das relações governamentais ou das relações raciais" (DUDLEY, 2017, p. 17).

Ao analisar obras específicas Dudley (2007) verificou uma obra em que o autor manifestou explicitamente realizar comparação das campanhas de genocídio de Hitler na Europa com os massacres de nativos americanos pelos Estados Unidos.

Os cabeçalhos atribuídos para a obra incluíram "*Indians, Treatment of -- United States*" e "*Holocaust, Jewish (1939-1945) -- Europe, Eastern*", relevando que os indígenas recebem "tratamento" enquanto os judeus são exterminados no Holocausto. Também são fornecidos por Dudley (2017) exemplos de apagamento completo da intenção autoral através da inexistência de cabeçalhos de assunto sobre o genocídio discutido na obra.

De acordo com Dudley (2017), os resultados que demonstram a minimização ou deturpação da intenção autoral revelam barreiras significativas à descoberta por parte do pesquisador interessado na temática e torna os recursos invisíveis. O entendimento é que diante da garantia literária fornecida pela amostra de literatura sobre genocídio indígena fica demonstrada "uma ofuscação aparentemente deliberada e estudada que reflete e reforça a exclusão dessa história" (DUDLEY, 2017, p. 23). O autor considera imperativo reestabelecer formas honestas de representação temática como uma forma de justiça social.

Após Hajibayova e Bunte (2017) analisarem a representação do *hula* havaiano, Bunte *et al.* (2020) ampliam sua análise para o conceito de *wayfinding* e *voyaging* indígena no LCSH com o objetivo de esclarecer a representação das práticas de viagem e orientação marítima dos ilhéus indígenas da Polinésia. A partir de uma amostra de 354 registros associados aos conceitos na *WorldCat* os resultados da pesquisa de Bunte *et al.* (2020) relevaram que nenhum cabeçalho de assunto específico para representar o *wayfinding* e *voyaging* foi encontrado. Os cabeçalhos mais próximos identificados foram "*Astronomy, Polynesian*" ou cabeçalhos ainda mais genéricos como "*Navigation*", "*Astronomy, Nautical*" e "*Celestial Navigation*".

A conclusão de Bunte *et al.* (2020) é que a tradição indígena de orientação e navegação não instrumental dos ilhéus polinésios tem sido significativamente ignorada nos SOC, em especial no LCSH, e tem contribuído para a dispersão e deturpação dos conceitos. Por fim, Bunte *et al.* (2020) se baseiam na garantia cultural para argumentar que a inclusão da perspectiva indígena é um componente essencial em SOC éticos.

Considerando o contexto nativo dos Estados Unidos, Murphy (2020) apresenta algumas ações para promover mudanças na terminologia imprecisa contida nos SOC utilizados em museus. Para Murphy (2020) o uso persistente de termos estereotipados ou desatualizados pode perpetuar a discriminação cultural e

religiosa, inibir os usuários indígenas de encontrar informações relevantes sobre si mesmos ou sobre outras comunidades indígenas e prejudicar a capacidade das tribos de se definirem.

A partir do entendimento que sistemas de organização do conhecimento devem ser responsivos e elaborados com as comunidades, Murphy (2020) afirma que o primeiro passo para qualquer revisão de SOC é chegar às comunidades relevantes para a realidade em questão; uma segunda consideração é revisar os processos de trabalho junto aos parceiros indígenas, buscando entender, por exemplo, se existem termos que precisam ser evitados; sendo o próximo passo implementar as recomendações feitas.

A representação de outro contexto indígena é analisada por Nyitray e Reijerkerk (2021), os povos nativos de *Long Island, New York*. A pesquisa de Nyitray e Reijerkerk (2021) avalia a disponibilidade e precisão de termos do LCSH para descrever recursos de/sobre os povos indígenas. As descobertas de Nyitray e Reijerkerk (2021) revelam que dos vinte e sete povos indígenas de *Long Island* treze comunidades (48%) não possuem cabeçalho de assunto na LC para seus respectivos grupos. Também foram relatados problemas com a terminologia imprecisa utilizada nos cabeçalhos e com relacionamentos de equivalência e hierarquia estabelecidos que não refletem a história moderna das nações indígenas.

De acordo com Nyitray e Reijerkerk (2021) a sub-representação demonstrada continua a colonizar as comunidades indígenas contemporâneas. Deste modo, entendem que a implementação de mudanças nos vocabulários são uma forma descolonização que posiciona os povos e agências indígenas como autoridade. E por isso sugerem a adição dos cabeçalhos inexistentes com base em como se referenciam os respectivos grupos e consultar tribos e especialistas o máximo possível ao criar cabeçalhos. Nyitray e Reijerkerk (2021) entendem que tais melhorias expandiriam o acesso as coleções com potencial de aumentar a descoberta de materiais ocultos e aumentariam a conscientização sobre histórias e povos indígenas.

A pesquisa de Lee, Dupont e Bullard (2021) também analisa a atribuição do LCSH para recursos de informação relacionados aos povos indígenas dos Estados Unidos e Canadá. Contudo, a pesquisa avança ao realizar a comparação com termos utilizados para os recursos em bibliotecas que adotaram sistemas alternativos de organização do conhecimento. A análise de Lee, Dupont e Bullard

(2021) contempla o catálogo da *Library of Congress*, e os catálogos da Biblioteca do Condado de Los Angeles e Biblioteca Xwi7xwa da *University of British Columbia* (UBC), essa última utiliza um tesouro local.

As descobertas de Lee, Dupont e Bullard (2021) revelam a prevalência de termos desatualizados e marginalizadores no LCSH decorrentes da utilização do termo “*Indians*” e seus termos relacionados, como “*Indians of North America—History*”. São destacados dois problemas principais com o uso desses tipos de termos: a forma como a ambiguidade dos cabeçalhos limita a eficácia do catálogo e o fato de não refletirem a maneira como os povos, nações e comunidades indígenas na América do Norte preferem se representar como indivíduos e coletivos. Também é destacado por Lee, Dupont e Bullard (2021) uma forte desconexão entre os cabeçalhos do LCSH atribuídos e os recursos em si.

Por outro lado, a comparação de Lee, Dupont e Bullard (2021) com os cabeçalhos nos recursos das bibliotecas do Condado de Los Angeles e Xwi7xwa mostram termos mais representativos do trabalho do autor e que os usuários têm mais probabilidade de pesquisar. Os autores sugerem o uso de termos mais específicos possíveis para evitar termos generalizados e marginalizadores. Lee, Dupont e Bullard (2021) consideram que iniciativas como as mencionadas não provocam apenas mudanças na instituição de origem, pois ao fazer alterações locais em cabeçalhos de assunto problemáticos tem o potencial de capacitar outras bibliotecas a fazê-lo.

Nesse mesmo sentido, Gosart (2021) menciona e categoriza práticas culturalmente sensíveis de organização do conhecimento indígena no âmbito dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Para a autora os esforços que têm sido realizados para remediar os problemas de representação do conhecimento indígenas são categorizados em três tipos: 1) a elaboração de instrumentos em resposta às dificuldades que envolvem a gestão do conteúdo indígena em ambientes não indígenas; 2) a elaboração de sistemas próprios visando a organização de uma coleção indígena local; e 3) concepção de instrumentos de acordo com a noção indígena de conhecimento. Para a autora os instrumentos dessa última categoria ainda estão em desenvolvimento. Gosart (2021) menciona iniciativas de cabeçalhos de assunto e tesouros das categorias supracitadas.

Assim, a literatura mapeada e descrita nessa subseção demonstrou maneiras distintas de insatisfação com a representação de diferentes povos indígenas nos

cabeçalhos de assunto e tesouros. As pesquisas demonstram que os sistemas existentes não foram elaborados com as perspectivas dos povos indígenas em mente (KAM, 2007; GHADDAR; CAIDI, 2014; DUARTE; BELARDE-LEWIS, 2015; HAJIBAYOVA; BUENTE, 2017; MOULAISON-SANDY; BOSSALLER, 2017; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021), possuem caráter colonialista (DUARTE; BELARDE-LEWIS, 2015; DUDLEY, 2017; NYITRAY; REIJERKERK, 2021), geram a marginalização do conhecimento indígena (DUARTE; BELARDE-LEWIS, 2015; MOULAISON-SANDY; BOSSALLER, 2017; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021) e sua deturpação (DUDLEY, 2017; BUENTE et al, 2020). Além de apresentarem com frequência falta de especificidade (REPORT, 1984; KAM, 2007; BUENTE et al., 2020; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021). A insuficiência ou inconsistência de aplicação da garantia literária (MOULAISON-SANDY; BOSSALLER, 2017; DUDLEY, 2017) e a desconexão entre a intenção autoral e os termos atribuídos também foram mencionados (DUDLEY, 2017; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021).

Foram identificadas críticas a representação de contextos particulares, como o cabeçalho *indians* e suas variações (KAM, 2007; LEE, 2011; DUDLEY, 2017; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021), o conceito da *hula* havaiana (HAJIBAYOVA; BUENTE, 2017), genocídios indígenas no Canadá e Estados Unidos (DUDLEY, 2017), os conceitos de *wayfinding* e *voyaging* dos povos indígenas polinésios (BUENTE et al., 2020) e as comunidades indígenas de *Long Island* (NYITRAY; REIJERKERK, 2021). Os contextos das pesquisas foram predominantemente os Estados Unidos (REPORT, 1984; KAM, 2007; LEE, 2011; DUDLEY, 2017; MURPHY, 2020; NYITRAY; REIJERKERK, 2021; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021; GOSART, 2021) e Canadá (KAM, 2007; LEE, 2011; DUDLEY, 2017; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021; GOSART, 2021). E o principal sistema analisado e criticado foi o LCSH (REPORT, 1984; KAM, 2007; LEE, 2011; HAJIBAYOVA; BUENTE, 2017; DUDLEY, 2017; BUENTE et al., 2020; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021; NYITRAY; REIJERKERK, 2021).

De acordo com a literatura dessa subseção as recomendações para elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouro que contemplem a representação justa e equitativa dos povos indígenas deve envolver a consulta aos povos em questão e permitir sua autorrepresentação (KAM, 2007; LEE, 2011; DUARTE; BELARDE-LEWIS, 2015; MOULAISON-SANDY; BOSSALLER, 2017; MURPHY, 2020; NYITRAY; REIJERKERK, 2021), resultando em sistemas

desenvolvidos localmente e especializados (LEE, 2011; GHADDAR; CAIDI, 2014; DUARTE; BELARDE-LEWIS, 2015; MOULAISON-SANDY; BOSSALLER, 2017; LEE, DUPONT; BULLARD, 2021; GOSART, 2021).

4.4 QUEER

O subconjunto de onze publicações que compõem esta subseção realizam análises e críticas específicas sobre a representação da comunidade LGBTQIA+ em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Discussões anteriores nesse trabalho incluíram denúncias feitas desde a década de 1970 Sanford Berman, Jessica L. Milstead Harris e Doris H. Clack em desvios em cabeçalhos de assuntos relacionados a gays e lésbicas. Berman (1993), por exemplo, estimulou o peticionamento do LCSH para inclusão de termos como *drag queens*, *violence against gay men and lesbians*, *gay and lesbian rights* e outros cabeçalhos.

No decorrer dessa seção 4 problemas de terminologia e falta de especificidade na representação do conteúdo dos recursos LGBTQ também foram demonstrados por Bates e Rowley (2011); as convenções heteronormativas que subsidiam os cabeçalhos de assunto foram apontados por Adler (2016); e Howard e Knowlton (2018) abordaram os obstáculos de acesso vivenciados por pesquisadores de estudos interdisciplinares com os cabeçalhos de assunto relacionados aos estudos LGBTQIA+.

Em primeiro lugar, os desafios envolvidos na elaboração de sistemas de organização do conhecimento para comunidades gays e lésbicas é abordado por Campbell (2000). Para Campbell (2002) é necessária uma mudança de perspectiva no campo da OC, saindo de SOC considerados neutros e universais para sistemas contextuais, socialmente determinados e culturalmente relativos. A autora considera tal mudança particularmente importante para as comunidades gays e lésbicas, já que são inadequadamente representados em SOC tradicionais.

Diante desse cenário, Campbell (2000) elenca desafios e algumas soluções para elaboração de SOC baseados sobre culturas, contextos ou comunidades específicas. Campbell (2000) identifica algumas tensões envolvidas na elaboração desses sistemas a partir do pensamento de Eve Kosofsky Sedgwick, uma importante teórica queer. São relatadas tensões que surgem na teoria *queer* e geram implicações para a elaboração de SOC no que tange a escolha de termos,

categorias e relacionamentos.

Segundo Campbell (2000), existe na comunidade e entre os teóricos *queer* falta de consenso sobre algumas questões, gerando tensões binárias. De um lado, visões essencialistas da homossexualidade como realidade permanente e imutável versus visões construtivistas da homossexualidade como construção de forças e contextos históricos específicos; e visões minoritárias da homossexualidade como estilo de vida de uma minoria da comunidade humana versus visões universalizantes da homossexualidade como um conceito com implicações universais para todos, independentemente de sua orientação sexual.

Considerando essas tensões, Campbell (2000) reforça a importância de ter em mente essas controvérsias e ambiguidades ao se elaborar um SOC e salienta o papel do debate com a comunidade atendida. Campbell (2000) resume as tensões assim

As categorias são fluidas e instáveis. Os membros da comunidade querem tanto se ver como permanentes e imutáveis, quanto como socialmente construídos; eles querem pertencer e permanecer separados. Ao reconhecer essas ambiguidades inevitáveis, os pesquisadores de classificação estarão bem-posicionados para criar novas e melhores ferramentas de acesso temático. Mas eles o farão apenas reconhecendo que as questões difíceis estão aqui para ficar, e que a complexidade, o debate e a controvérsia podem ser negociados, mas não banidos. (CAMPBELL, 2000, p. 130, tradução livre)

Sob a ótica do conflito entre minorização e universalização, Christensen (2008) retoma uma análise realizada por Ellen Greenblatt⁷ sobre a representação da homossexualidade no LCSH em 1990. À época Greenblatt propôs duas mudanças e sete novos cabeçalhos de assunto para o LCSH. Entre as mudanças sugeridas destacam-se a substituição dos termos guarda-chuvas gay ou gays ao se referir a homens e mulheres homossexuais por *Lesbians and gay men*. Outra sugestão foi a inclusão de *Violence against gay men and lesbians*. De acordo com Christensen (2008) as duas mudanças sugeridas foram implementadas parcialmente e seis cabeçalhos foram adicionados ao LCSH, alguns contendo variações das sugestões de Greenblatt.

Para Christensen (2008) as mudanças e inclusões sugeridas por Greenblatt tem a intenção de inserir termos relacionados a comunidade lésbica nos cabeçalhos amplos sobre homossexualidade para que lésbicas não fiquem subentendidas e

⁷ A publicação original de Greenblatt não foi recuperada no mapeamento realizado.

escondidas dentro de gays. E, por isso, Christensen (2008) considera que Greenblatt está do lado minorização. Christensen (2008) sintetiza a diferença entre os dois pontos de vista da seguinte forma

A visão minoritária exige representação marcada, terminologia e estrutura hierárquica que chamem a atenção para a diferença, fazendo com que a parte se destaque do todo. A visão universalizante, por outro lado, exige representação não marcada, terminologia e estrutura hierárquica que não chamem a atenção para as diferenças, enfatizando o todo unificado. (CHRISTENSEN, 2008, p. 236, tradução livre)

Considerando as duas visões, Christensen (2008) suscita o seguinte questionamento: "o lesbianismo deve ser integrado ao todo universal da homossexualidade ou deve ser separado em uma minoria visível?". O entendimento de Christensen (2008) é que tensões entre heterossexuais e homossexuais, entre gays e lésbicas, não levam a lugar algum. E como recomendação Christensen (2008) salienta soluções que considerem a autocategorização da comunidade coletiva LGBT. Por fim, Christensen (2008) reforça que manter tesouros e lista de cabeçalhos de assuntos atualizados com as conotações e usos atuais dos termos não garante agradar a todos, mas permite classificar e descrever conceitos de maneira consistente com o uso atual e com o máximo de respeito possível as várias pessoas que esses termos descrevem.

De forma semelhante a Bates e Rowley (2011), Ader (2009) faz uma análise comparativa entre folksonomia e cabeçalhos de assunto para a representação de recursos sobre temas transgêneros. A análise parte dos cabeçalhos de assuntos da LC nos registros bibliográficos da *WorldCat* e da folksonomia gerada no *LibraryThing*. Ao comparar os dois sistemas Adler (2009) busca compreender a capacidade do LCSH de acomodar grupos não dominantes, incluindo pessoas transgênero.

A pesquisa de Adler (2009) coletou tags do *LibraryThing* e registros bibliográficos do *WorldCat* de vinte livros sobre temas transgêneros, como transexualidade, *genderqueer* e intersexualidade. Em relação ao *LibraryThing* os resultados mostraram que dos vinte livros dezessete continham a *tag transgender* como a primeira ou segunda *tag* mais comumente atribuída. Enquanto apenas quatro dos vinte trabalhos receberam o cabeçalho de assunto *Transgender people* no *WorldCat*. Adler (2009) considera que há uma desconexão entre as *tags* que os usuários atribuem e os cabeçalhos de assunto que os bibliotecários atribuem.

A análise comparativa de Adler (2009) avança e realiza um estudo de caso detalhado com duas das obras selecionadas, sendo verificadas as *tags* e os cabeçalhos de assuntos atribuídos. O exemplo fornecido mostra que em dos livros foram atribuídas dezessete *tags* com uma variação de *drag queens* e nenhum cabeçalho relacionado estava disponível pois *Drag queens* não era um cabeçalho autorizado pela LC. No estudo de caso de Adler (2009) verificou-se que os termos mais comumente atribuídos pelos usuários são pouco comuns ou inexistentes no *WorldCat*.

A conclusão de Adler (2009) é que o LCSH desempenha um papel crítico na reprodução dos discursos dominantes sobre gênero e limita a expressão e o acesso aos recursos de informação. Por isso a autora considera que adicionar as vozes dos usuários através de *folksonomia* pode oferecer uma forma melhor de buscar e descobrir informações sobre o assunto. Contudo, Adler (2009) adverte que nem as *folksonomias* nem os vocabulários controlados são completamente eficazes sozinhos.

Assim como em Adler (2009), as pessoas transgênero também são objeto de análise da pesquisa desenvolvida por Johnson (2010). Em sua pesquisa Johnson (2010) compara a representação de pessoas transgênero e temas relacionados no LCSH e em três tesouros especializados criados para coleções LGBT: *Gay studies thesaurus* de Dee Michel (1983, revisado em 1985 e 1990), *A Queer Thesaurus: an International Thesaurus of Gay and Lesbian Index Terms* (1993, revisado em 1997) desenvolvido pela *International Gay and Lesbian Information Center and Archive* (IHLIA) e *LGBT Life* (2004) da *EBSCO Information Services*.

Os termos analisados por Johnson (2010) incluem *transgender*, *transsexual*, *intersex*, *transvestism*, *cross-dressing*, *drag*, entre outros. Tomando como exemplo o termo *transgender*, Johnson (2010) mostra que apesar de seu surgimento ter ocorrido no fim da década de 1980 é incluído apenas em 2007 no LCSH como um cabeçalho de assunto autorizado, sendo nomeado como *transgender people*. Mas como mostrou Adler (2009) o termo ainda era pouco atribuído por bibliotecas para descrever recursos transgênero. Johnson (2010) relaciona a inexistência do termo no *Gay studies thesaurus* com a cronologia do surgimento do termo, em relação ao *A Queer Thesaurus* é verificada a disponibilidade apenas de *transgender movement* e *transgenderism*, enquanto no *LGBT Life* o termo também aparece sob o termo *transgender people*.

Também é ilustrativo destacar os resultados da pesquisa de Johnson (2010) em relação ao termo drag. Johnson (2010) considera drag um elemento emblemático e indispensável para vocabulários que descrevem as pessoas LGBT, contudo os termos *drag*, *drag queens* e *drag kings* não constavam como descritores autorizados no LCSH, conforme já havia ressaltado Adler (2009). Existia apenas uma referência não autorizada para os termos *female impersonators* e *male impersonators*. A presente pesquisa identificou que apenas em fevereiro de 2021 a LC revisou as referências cruzadas e adicionou *Drag kings* e *Drag queens* como cabeçalhos autorizados⁸. Já em relação aos tesouros especializados o termo também não estava disponível como descritor autorizado no *Gay studies thesaurus*, apenas no *A Queer Thesaurus* e no *LGBT Life*.

É relevante destacar que Johnson (2010) aponta problemas nos relacionamentos de equivalência e associativos estabelecidos em todos os sistemas, como quando o *LGBT Life* torna *transsexuals* subordinados a *transgender people*, entre outras questões.

Por fim, Johnson (2010) constata que coleções LGBT se afastaram da prática inovadora de desenvolver e implementar seus próprios tesouros especializados e passaram a dar preferência pelo LCSH. Johnson (2010) aponta como dificuldade o custo e complexidade envolvida na manutenção desses sistemas para coleções e instituições de pequeno porte. O autor menciona também a dificuldade de acompanhar mudanças em identidades sociais ainda em processo de formação e para determinar quais dos múltiplos termos concorrentes deve ser o autorizado. Apesar das dificuldades existentes Johnson (2010) considera necessário a continuação dos esforços para elaboração e refinamento dos tesouros especializados na temática.

Uma das poucas análises de SOC brasileiros encontradas no conjunto de dados desta pesquisa é realizada por Pinho e Guimarães (2012). O contexto brasileiro é avaliado a partir da comparação de 93 palavras-chave sobre homossexualidade masculina retiradas de 3 revistas acadêmicas internacionais especializadas no tema com descritores de SOC brasileiros: os cabeçalhos de assunto do Senado Federal e da Universidade de São Paulo e a Terminologia de

⁸ O resumo das decisões tomadas na reunião 2102 do SACO que deliberou a inclusão dos cabeçalhos *Drag kings* e *Drag queens* pode ser acessado em: <https://www.loc.gov/aba/pcc/saco/cpsod/psd-210215.html>

Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil. Pinho e Guimarães (2012) objetivam avaliar a especificidade fornecida pelos três sistemas.

Os resultados demonstrados por Pinho e Guimarães (2012) sugerem baixa ou falta de especificidade para representar os assuntos relacionados a homossexualidade masculina. A constatação dos autores é que 29 dos 93 termos (31,18%) dispunham apenas de termos gerais para sua representação, ocasionando baixa especificidade e perda de precisão na recuperação da informação. Como exemplo pode ser fornecido o termo *gay community* que nos cabeçalhos de assunto da Universidade de São Paulo foi correspondido com o cabeçalho “Homossexualidade Aspectos sociais” e para os cabeçalhos de assunto do Senado Federal e Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional não foi localizada nenhuma correspondência pelos autores. A falta de especificidade dos sistemas pode ser ilustrada pela indisponibilidade do termo *Drag queens* nos três sistemas analisados por Pinho e Guimarães (2012).

Foi possível verificar poucas mudanças em relação ao termo *drag* em uma consulta realizada pela presente pesquisa nos três sistemas analisados por Pinho e Guimarães (2012), mesmo após 11 anos da pesquisa original.. A Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional ainda não dispõe de cabeçalho de assunto autorizado. Foram recuperadas apenas referências não autorizadas sob os termos preferidos Personificadores femininos e Personificadoras masculinas, em uma linguagem similar ao LCSH, conforme mostrou Adler (2009). O sistema do Senado Federal⁹ também não adicionou o termo, havendo listado *Drag queens* como termos não preferidos sob o termo Travesti. No sistema da Universidade de São Paulo não foi localizado o termo ou remissivas.

A conclusão de Pinho e Guimarães (2012) é que os sistemas não oferecem precisão suficiente para representar tópicos sobre homossexualidade masculina. O entendimento dos autores é que quando os termos estão disponíveis valem-se de terminologia imprecisa, terminologia artificial imposta pelo politicamente correto e/ou uma representação tendenciosa. E em razão da ausência dos termos pertinentes há uma indução para utilização de termos gerais, gerando representações imprecisas. Desta forma, Pinho e Guimarães (2012) denunciam o comprometimento da recuperação da informação para os usuários interessados no tema analisado e

⁹ Agora denominado Vocabulário Controlado Básico (VCB) da Rede Virtual de Bibliotecas, que inclui o Senado.

reforçam a importância de mais pesquisas para estabelecer um conjunto básico de cabeçalhos de assuntos sobre homossexualidade masculina adequado a especificidade da literatura acadêmica.

A abordagem de Drabinski (2013) apresenta uma divergência em relação a maioria da literatura apresentada até o momento. O movimento de identificação e correção de cabeçalhos de assuntos realizado por profissionais e pesquisadores desde a década de 1970 é criticado por Drabinski (2013). Para a autora as “correções são sempre contingentes e nunca finais, alterando-se em resposta a mudanças discursivas e políticas e sociais [...] [e] estão sujeitas aos caprichos contingentes da história e dos pontos de vista” (DRABINSKI, 2013, p. 100). Assim, a crítica de Drabinski (2013) concentra-se na ideia subjacente as correções de que seria possível corrigir os sistemas até que se tornem estruturas imparciais e universalmente acessíveis.

A proposta de Drabinski (2013) é baseada na teoria *queer*, que tem suas raízes na ruptura das normas de identidade e entende o conhecimento como produzido discursivamente, socialmente poderoso e sempre em revisão. Drabinski (2013) considera a teoria *queer* como uma estrutura teórica útil para repensar as categorias estáveis e fixas dos SOC e defende que sua contribuição prática deve envolver intervenções pedagógicas dialógicas com a comunidade usuária.

A intervenção recomendada por Drabinski (2013) é que bibliotecários incluam os usuários no engajamento dialógico com os SOC em um esforço de leitura e discussão crítica sobre porque o conhecimento que eles procuram é invisível na estrutura dos sistemas. Drabinski (2013) entende que esse engajamento pode ser exercitado na prática diária do serviço de referência convidando os usuários a se envolverem com os SOC criticamente. Desta forma, o trabalho de correção daria lugar ao trabalho de construção e ampliação do engajamento dos usuários em uma leitura crítica do próprio catálogo.

Os pontos de convergência e divergência apresentados até o momento em relação ao acesso temático aos recursos LGBTQI são abordados por Edge (2018). A revisão de literatura de Edge (2018) enfatiza a variedade de pontos de vista sobre os problemas, as soluções e a existência de pouco consenso na literatura do campo dentro da temática LGBTQI.

Na visão de Edge (2018) a complexidade da questão pressupõe que não exista uma abordagem única para melhorar o acesso temático a recursos LGBTQI. A

solução deve ser “inerentemente local, condicional e situacional” (EDGE, 2018, p. 87). A despeito da solução escolhida, Edge (2018) recomenda que o profissional esteja aberto para realizar modificações no decorrer do trabalho com a coleção e comunidade usuária, pois considera que “somente através da abertura à interpretação, ambiguidade e tudo o que é *queer* no mundo que o acesso temático verdadeiramente bem-sucedido aos materiais LGBTIQ pode ser alcançado” (EDGE, 2018, p. 88).

Uma pesquisa semelhante à de Adler (2009) é realizada por McDonald (2020) ao comparar a terminologia usada nas hashtags pela comunidade transgênero na mídia social Instagram. Foram escolhidos para a pesquisa de McDonald (2020) onze termos da *Library of Congress Classification* (LCC) e do LCSH e suas derivações, como *transgender people*, *transsexuals*, *transgender*, *trans*, *female-to-male transsexuals*, *male-to-female transsexuals*, entre outros. Os termos foram buscados na mídia social para recuperar sua frequência de uso nas postagens.

As descobertas de McDonald (2020) revelaram que os termos *transgender* e *trans* foram usados com mais frequência, sendo utilizados 9.315.772 e 7.441.758 vezes, respectivamente. As hashtags *femaletomaletanssexual* e *maletofemaletanssexual* tiveram a menor recuperação com 2 e 0 ocorrências, respectivamente. Especificamente esses termos com baixa ou nenhuma recuperação foram retirados do LCSH. Para o autor, a disparidade entre a terminologia utilizada pela comunidade discursiva e a dos SOC confirma a utilização de termos desatualizados ou controversos e a limitação dos sistemas em acompanhar as mudanças terminológicas.

A recomendação de McDonald (2020) é que as instituições e pessoas envolvidas na elaboração e manutenção dos SOC considerem as práticas discursivas de autorrepresentação em ambientes digitais como uma forma de garantia literária. Além disso, McDonald (2020) propõe uma solução intermediária entre o movimento que defende mudanças nos cabeçalhos de assunto, como defendido por Berman (1993) e outros, e a proposta de não fazer correções, defendida por Drabinski (2013). A proposta de McDonald (2020) é que fiquem disponíveis versões voltadas para o público com os registros dos termos ao longo do tempo no SOC. Deste modo, a documentação das mudanças nos termos daria transparência ao processo e forneceria uma prestação de contas institucional ao mesmo tempo que as ações de mitigação dos desvios são implementadas.

O processo de peticionamento para inclusão dos cabeçalhos de assunto *asexuality* e *asexual people* no LCSH é narrado por Watson (2020) como um estudo de caso de como opera o movimento da catalogação crítica. A origem do termo *asexuality* é apontada por Watson (2020) em 1896, tendo sido tema de livros ao longo do século XX e XIX, ou seja, gerando garantia literária sobre o assunto. Contudo, o termo não existia no LCSH até julho de 2016.

De acordo com Watson (2020) a ausência de um cabeçalho de assunto para representar o conceito da *asexuality* foi apontada pela primeira vez pela bibliotecária Jenna Freedman do *Barnard College* em 2014. O relato é que a bibliotecária realizou comunicação por e-mail com a LC e não foi obtido nenhum resultado à época. Já em 2016 bibliotecários da *Northern Michigan University* também identificaram a falta do cabeçalho e optaram por enviar uma proposta de inclusão ao *Subject Authority Cooperative Program* (SACO) da LC. Em março de 2016 a LC rejeitou a proposta solicitando que fosse revisada e reenviada.

Diante da rejeição inicial Watson (2020) informa que mais catalogadores se uniram ao grupo inicial para reunir fontes de informação para fundamentar o reenvio da proposta, que foi enviada em abril de 2016. Em julho de 2016 as propostas dos cabeçalhos *Asexuality (Sexual orientation)* e *Asexual people* foi finalmente aprovada pela LC. Em consulta a Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional em 23 de janeiro de 2023 foi possível identificar o cabeçalho *Assexualidade (Orientação sexual)*, mas nenhum cabeçalho para representar pessoas assexuais.

Watson (2020) insere esse esforço cooperativo e colaborativo de bibliotecários no movimento de catalogação crítica. O entendimento de Watson (2020) é “bibliotecários críticos e catalogadores críticos usam uma lente orientada para a justiça social para expor e desafiar as maneiras pelas quais as bibliotecas e a profissão apoiam consciente e inconscientemente os sistemas de opressão” (WATSON, 2020).

A abordagem de Drabinski (2013) para lidar com os desvios nos SOC é retomada por McAuliffe (2021). É apontada por McAuliffe (2021) algumas desvantagens práticas potenciais da sugestão de Drabinski (2013) de manter a terminologia original para que os bibliotecários envolvam a comunidade usuária na leitura dos catálogos como textos complicados e tendenciosos.

A argumentação de McAuliffe (2021) é que parte significativa dos usuários utiliza o catálogo de forma independente, sem a mediação de bibliotecários. Ou seja,

não haverá contextualização e engajamento crítico na leitura dos cabeçalhos ou descritores, como a abordagem de Drabinski (2013) defende. As consequências apontadas pelo autor são que os usuários podem ver terminologia ofensiva ou desatualizada e assumir que são verdade, reforçando as estruturas tradicionais de poder em torno de identidades e conteúdos *queer*, ou os usuários *queer* verão essa linguagem e se sentirão alheios ou rejeitados no espaço da biblioteca, levando ao seu afastamento (MCAULIFFE, 2021, p. 218).

Assim como Edge (2018), McAuliffe (2021) também reforça que não há uma abordagem única de lidar com os SOC hegemônicos utilizados em bibliotecas, especialmente considerando identidades e conteúdos *queer*. As recomendações de McAuliffe (2021) destacam o papel da criticidade e da reflexão no trabalho bibliotecário e a consideração das questões de justiça social como uma forma de tornar as bibliotecas lugares seguros para todos.

A pesquisa de Hardesty e Nolan (2021) relata um projeto de aplicativo de auxílio à recuperação de informações para viabilizar a pesquisa em catálogos de bibliotecas que utilizam LCSH com termos provenientes de SOC especializados de comunidades marginalizadas. No artigo Hardesty e Nolan (2021) descrevem uma prova de conceito realizada com o vocabulário de dados vinculados de termos LGBTQ, o Homosaurus. Através dos dados vinculados são estabelecidos relacionamentos que compatibilizam os termos do Homosaurus com termos LCSH no momento da busca.

O desenho do aplicativo de Hardesty e Nolan (2021) prevê a realização de uma busca por assunto quando se verifica uma correspondência exata do termo Homosaurus com o cabeçalho LCSH ou alguma de suas referências não autorizadas. Nesse caso o termo LCSH é usado internamente na recuperação sem ser revelado na tela. Não havendo correspondência exata o termo Homosaurus é pesquisado no catálogo como palavra-chave em todos os campos dos registros.

A projeto do aplicativo de Hardesty e Nolan (2021) foi testado pela equipe da biblioteca do Centro de Cultura LGBTQ+ da *Indiana University*. No contexto desta pesquisa é valioso destacar o *feedback* da equipe que considera que ocultar dos usuários os termos que o Homosaurus não dispõe pode dificultar a descoberta de resultados se o pesquisador quiser pesquisar um termo que não é mais usado pela comunidade ou é considerado depreciativo ou prejudicial. O alerta da equipe sugere que encobrir o passado não é útil para aqueles que têm experiência com a

marginalização ou para aqueles que tentam aprender sobre as experiências passadas de uma comunidade marginalizada (HARDESTY; NOLAN, 2021, p. 7).

Hardesty e Nolan (2021) informam como trabalho futuro do projeto incluir todos os termos do Homosaurus, reconsiderar os nomes das categorias para facilitar entendimento do público e testar a ferramenta com pesquisadores novos e experientes na terminologia LGBTQ+. Para Hardesty e Nolan (2021) esse projeto de dados vinculados é parte do esforço de mitigar os desvios na terminologia dos SOC ao centralizar as vozes das comunidades marginalizadas e avançar na direção de um método mais equitativo de pesquisar, encontrar e usar recursos.

Resumidamente, o subconjunto de literatura apresentado nessa subseção evidenciou a desconexão entre a linguagem utilizada em cabeçalhos de assunto e tesouro com a comunidade discursiva (ADLER, 2009; MCDONALD, 2020). Omissões e lentidão para alterar a terminologia desatualizada e tendenciosa foi demonstrada na representação de pessoas transgênero (ADLER, 2009; JOHNSON, 2010), da expressão *drag/drag queen/drag king* (BERMAN, 1993; ADLER, 2009; JOHNSON, 2010; PINHO; GUIMARÃES, 2012) e da assexualidade (WATSON, 2020). A lentidão no caso dos termos *drag/drag queen/drag king* foi de pelo menos 28 anos, considerando apenas a segunda edição do livro de Berman (1993). O contexto brasileiro também está incluído com a constatação da ausência de termos para representar *drag/drag queen/drag king* nos três principais sistemas em uso no país.

A complexidade na representação de identidades LGBTQIA+ foi demonstrada na própria literatura da temática. A existência de visões divergentes sobre a representação das identidades de forma minorizada (descritas em específico) ou universalizada (descritas de forma abrangente) foram expressas por Campbell (2000) e Christensen (2008). Pontos de vista distintos sobre realizar correções na linguagem de cabeçalhos de assunto e tesouros também foram expostos (DRABINSKI, 2013; MCDONALD, 2020; MCAULIFFE, 2021).

Em meio ao conflito de abordagens foi possível perceber certo consenso sobre a inexistência de uma abordagem única para enfrentar os desvios históricos existentes na representação da comunidade LGBTQIA+ (EDGE, 2018; MCAULIFFE, 2021). Com visões complementares, Campbell (2000) destaca o papel de abordagens contextuais, socialmente e culturalmente determinadas e Edge (2018) recomenda soluções locais, condicionais e situacionais. O papel da autonomia de

representação também é reforçado pela recomendação de práticas que incluam a autocategorização (EDGE, 2018) e autorrepresentação (MCDONALD, 2020) da comunidade.

Por fim, foram defendidas a documentação das mudanças na linguagem dos cabeçalhos de assunto e tesouros ao longo do tempo (MCDONALD, 2020) e a utilização de dados vinculados para mitigar os desvios nesses sistemas (HARDESTY; NOLAN, 2021).

4.5 GRUPOS ÉTNICOS E RACIAIS

O subconjunto de dezesseis publicações que compõem essa subseção debatem a representação de diferentes raças, etnias e nacionalidades em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Foi recorrente nas discussões anteriores a afirmação que listas de cabeçalhos de assunto e tesouros tradicionais são etnicamente tendenciosos (SHUBERT, 1992) e baseados em uma visão de mundo branca e euro-americana (BERMAN, 1993; OLSON, 2001; MCKENNON, 2006; ADLER, 2016). Os obstáculos enfrentados por pesquisadores da área de estudo afro-americanos devido ao LCSH também já havia sido apontado por Howard e Knowlton (2018).

É ilustrativo que a lista com cabeçalhos tendenciosos do LCSH feita por Berman (1993) identifica e sugere diversas modificações em uma seção específica para cabeçalhos relacionados a raças, nacionalidades e grupos étnicos. São exemplos de problemas mencionados por Berman (1993) os cabeçalhos *gypsies* (e sua remissiva *Rogues and vagabonds*) e *yellow peril*. Berman (1993) também sugere novos para cabeçalhos para serem inseridos no LCSH relacionados a temática, como *ethnocide*, *hate groups*, *nonracist children's literature*, *racism in law*, e diversos outros.

A primeira publicação dessa subseção mostra que desde a década de 1970 a insuficiência do LCSH para representação do pensamento e da experiência negra têm sido apontada de forma precursora por Clack (1978), junto com Berman (1993). Assim, a adequação do LCSH para ser usado na representação da literatura negra é analisada por Clack (1978). A adequação dos cabeçalhos é medida pelo critério da especificidade, pois estes “[...] devem ser tão específicos quanto possível, no sentido de que deve haver uma equivalência entre o assunto tratado em um documento e a

palavra ou frase usada no cabeçalho para expressar esse assunto” (CLACK, 1978, p. 138).

A pesquisa de Clack (1978) analisa a Coleção Schomburg na Biblioteca Pública de Nova York e conclui que mais da metade (52%) dos cabeçalhos atribuídos foram considerados com baixa adequação, apresentando falta de especificidade e conseqüente prejuízo na recuperação. Desta forma, recomenda adoção de medidas para que os recursos da literatura negra sejam representados de forma os usuários possam identificá-los; criação de novos cabeçalhos de assunto para fornecer especificidade a literatura negra; e maior ênfase na pesquisa sobre análise de assunto para esses recursos de modo a fornecer uma base para a melhoria das práticas de indexação ou que subsidiem o projeto de um sistema que atenda mais adequadamente às necessidades dos usuários.

Por fim, Clack (1978) pondera que apesar do LCSH ser o instrumento mais utilizado em bibliotecas para a representação temática não significa haver uma aprovação geral da terminologia de seus cabeçalhos.

A influência da documentação africanista nos SOC é discutida por Cunha (1987). De acordo com a autora, uma grande quantidade de informação africanista foi produzida e é mantida por instituições europeias. A preocupação de Cunha (1987) é sobre como a linguagem/ideologia colonialista e preconceituosa presente nessa documentação reflete nos instrumentos utilizados na transferência de informação, como vocabulários controlados e tesouros. Quanto aos SOC tradicionais, Cunha (1987) afirma que eles tendem a relegar a África Negra e assuntos relacionados ao grupo "outros" e não os consideram como história, geografia, língua, cultura, economias específicas, etc.

O entendimento de Cunha (1987) é se cria um círculo vicioso onde os sistemas “[...] fixam o uso de determinados conceitos retirados por sua vez dessa documentação, como no próprio produto-informação na medida em que transfere para o usuário/leitor essa mesma linguagem/ideologia” (CUNHA, 1987, p. 39). A elaboração de tesouros africanistas é apontada por Cunha (1987) como possível solução. Contudo, reforça a necessidade de um tesouro adaptado ao contexto dos países de língua portuguesa. Para Cunha (1987)

Somente com uma linguagem estruturada e esta amplitude, reunindo o consenso de todos os países que falam português, poder-se-a chegar à obtenção de um instrumento capaz de transferir um produto-informação desvinculado da ideologia/linguagem desta

documentação e apto a responder às necessidades de comunicação/informação sobre África dentro do espaço de Língua Portuguesa. (CUNHA, 1987, p. 40)

A dificuldade na recuperação de informações a partir de cabeçalhos de assunto sobre grupos étnicos e minoritários é relatada por Olsrud e Tellman (1993) no contexto dos Estados Unidos. As autoras ilustram a dificuldade a partir de um caso concreto: um estudante que procurava informações sobre inventores negros não obteve resultados satisfatórios em uma biblioteca que tinha materiais sobre inventores negros. A variedade de termos usados como *Afro-Americans*, *Afro-American inventors* e *Blacks-United States* e a dependência do julgamento do catalogador para atribuição dos cabeçalhos são apontados como possíveis causas para a falha na recuperação.

A consequência do problema exposto por Olsrud e Tellman (1993) é que a comunidade usuária deve estar ciente da existência dos diversos cabeçalhos relacionados com o assunto de sua pesquisa, a diferença de aplicação entre eles e ainda precisará buscar por todos para ser inclusivo. A recomendação de Olsrud e Tellman (1993) é que os usuários sejam informados dos diferentes cabeçalhos, tanto os gerais quanto os mais específicos.

A partir da realidade sul-africana, Dick e Burger (1995) relacionam a equidade no acesso à informação com a importância de um exame crítico dos instrumentos de acesso temático. O entendimento dos autores é que garantir a equidade no acesso temático “requer o exame de questões morais de justiça social e sensibilidade para questões de raça, gênero e cultura relacionadas a ferramentas de recuperação ou instrumentos bibliográficos” (DICK; BURGER, 1995). As discussões promovidas por Dick e Burger (1995) estão situadas em um momento histórico significativo: o declínio do regime de segregação racial na África do Sul, o *apartheid*.

O *apartheid* é utilizado como exemplo por Dick e Burger (1995) para demonstrar os problemas decorrentes de uma utilização acrítica de sistemas de cabeçalhos de assunto como LCSH e *Sears List of Subject Headings*. O regime do *apartheid* foi instaurado em 1948 e se tornou cabeçalho de assunto autorizado pela LC apenas em 1986. A consequência é que “muitos anos de material sobre *apartheid* publicados antes dessa data estão enterrados sob vários cabeçalhos díspares em muitos catálogos de assuntos em bibliotecas sul-africanas” (DICK; BURGER, 1995).

No sentido de propor recomendações, Dick e Burger (1995) destacam a importância da criação de cabeçalhos de assunto originais e localmente apropriados e sugerem a iniciativa de projetar uma lista de cabeçalhos de assunto sul-africana. Por fim, Dick e Burger (1995) reforçam a equidade de acesso temático como parte do compromisso democrático dos profissionais sul-africanos.

De forma similar, as limitações do LCSH para representar o Irã é destacado por Gitisetan (1995). A partir da experiência da autora como bibliotecária de referência são apontados problemas de terminologia e inconsistências no LCSH que ocasionam dificuldade de recuperação de informações sobre o Irã. São identificados por Gitisetan (1995) problemas na representação do país, do povo, da língua e da literatura iraniana.

Gitisetan (1995) esclarece que a sociedade iraniana é diversa e heterogênea, sendo formada por vários grupos étnicos, linguísticos e religiosos. Segundo Gitisetan (1995), a denominação usada pelo povo iraniano para se referir ao país é *Iran* e para a população o termo *Irani*, ainda que até 1935 o país fosse conhecido no Ocidente como Pérsia. Gitisetan (1995) relata como inconsistência o LCSH não estabelecer à época nenhuma referência a Pérsia no cabeçalho para o nome do país e estabelecer *Persians* como referência no cabeçalho autorizado *Iranians*, relativo ao povo iraniano. Também são mencionadas por Gitisetan (1995) inconsistências em relação as línguas iranianas e sua literatura, inclusive nos relacionamentos estabelecidos nas referências cruzadas.

As principais recomendações de Gitisetan (1995) para melhoria do LCSH em relação ao Irã incluem a maior rapidez em responder as mudanças na terminologia relativas a assuntos multiculturais e etnolinguísticos; aprimoramento das estruturas de relacionamentos dos cabeçalhos; inclusão de mais notas de escopo; e eliminação de cabeçalhos enganosos e redundantes.

O Oriente Médio também é plano de fundo das discussões de Khurshid (2002). O autor aborda as deficiências existentes na catalogação de assuntos de materiais árabes na *King Fahd University of Petroleum & Minerals Library*, na Arábia Saudita. De acordo com Khurshid (2002), até a década de 1970 as bibliotecas árabes adotavam sistemas como LCSH e *Sears List*, porém em razão das limitações já apontadas por Gitisetan (1995) foram desenvolvidas algumas iniciativas individuais. A maioria dos sistemas citados por Khurshid (2002) careceram de

atualização e tiveram seu uso descontinuado. Alguns esforços nacionais e regionais também foram mencionados, mas Khurshid (2002) reforça que não haviam sido amplamente adotados à época.

Khurshid (2002) conclui relatando a persistência do problema da falta de um sistema de cabeçalhos de assunto e/ou tesouro para representar as características e gramática da língua árabe e da cultura do mundo árabe. Khurshid (2002) atribui a permanência do problema a falta de uma liderança nacional ou regional que se responsabilize pela elaboração e manutenção de um sistema localmente apropriado.

De forma semelhante a Cunha (1987), o acesso a recursos africanos também é tratado por Walsh (2004). A partir do contexto estadunidense, Walsh (2004) exemplifica como os cabeçalhos de assunto, ou a falta deles, podem afetar o sucesso das pesquisas sobre a África. São selecionados pelo autor títulos de livros e os cabeçalhos atribuídos em catálogos para demonstrar como recursos podem se tornar invisíveis no catálogo ou dificilmente acessados. Entre os exemplos fornecidos alguns só poderiam ser acessados através de indicação por especialistas ou bibliografias especializadas, pois os cabeçalhos era insuficientes ou desatualizados.

Também é mencionado por Walsh (2004) a complexidade de pesquisas envolvendo as línguas africanas e seus grupos étnicos. Como recomendação Walsh (2004) reforça a importância da combinação de esforços entre produtores de informação e conhecimento, pesquisadores e bibliotecários.

Ainda dentro do contexto do Estados Unidos, Strottman (2007) discute os desvios regionais no LCSH em relação ao sudoeste do país. De forma específica, Strottman (2007) avalia os cabeçalhos de assunto sobre as pessoas de ascendência hispânica e nativos americanos do estado do Novo México. A pesquisa de Strottman (2007) analisa a capacidade do LCSH de representar aspectos significativos da história e da cultura da região.

Sobre a comunidade hispânica do Novo México, Strottman (2007) aponta a falta de identificação com os termos *Hispanic Americans* e *Mexican Americans* presentes no LCSH para descrevê-los. São identificados omissões de eventos, nomes pessoais, de instituições, famílias importantes da história colonial do Novo México, como Juan Oñate, *Bourbon Reforms* e *Chimayo Rebellion* de 1837. A ausência de termos relevantes para a economia e história colonial também é demonstrada por Strottman (2007), como *churro sheep*, *Camino Real* e *Treaty of*

Guadalupe Hidalgo assinado em 1848, entre outras.

Diante das inadequações apontadas, Strottman (2007) afirma que o LCSH como um sistema nacional não abrange adequadamente a experiência do Novo México e não pode ser considerado neutro e imparcial. Para ampliar a inclusão da perspectiva regional no LCSH, Strottman (2007) encoraja bibliotecários do sudoeste a formular pedidos de inclusão de cabeçalhos ao *Subject Authority Cooperative Program* (SACO) da LC para melhorar o acesso temático aos recursos sobre a história e culturas do sudoeste estadunidense.

Ragaller e Rafferty (2012) apresentam categorias para os desvios que afetam a organização do conhecimento dos recursos de arte do País de Gales. As autoras estabelecem como categorias a dispersão, o diletantismo e a depreciação a partir de amostras de coleções de arte do País de Gales que utilizam LCSH e Classificação Decimal de Dewey (CDD). O desvio relacionado por Ragaller e Rafferty (2012) aos cabeçalhos de assunto é a dispersão. De acordo com as autoras, as coleções se tornam dispersas quando certos materiais se tornam menos visíveis, pois ainda que estejam presentes há uma inconsistência de termos atribuídos que não reúnem de forma eficaz os recursos. Como consequência existe a impressão de que o acervo não contém determinado recurso, por não ser facilmente identificável.

Para a melhoria de acesso os recursos galeses, Ragaller e Rafferty (2012) recomendam a revisão dos cabeçalhos de assunto atribuídos e realização de acréscimos, quando necessário. Por fim, as autoras concluem reforçando a necessidade de envolvimento dos profissionais da informação para reduzir os desvios mencionados. Para tal, o profissional deve reconhecer que os sistemas são tendenciosos e sua responsabilidade em efetuar ativamente as mudanças (RAGALLER; RAFFERTY, 2012, p. 272).

O foco de Desrochers (2013) é examinar a representação da província de Quebec como uma sociedade distinta dentro do contexto de catalogação bilíngue do Canadá. De acordo com Desrochers (2013), o termo *distinct society*, em referência ao Quebec, está relacionado à sua identidade, língua e cultura distintas, bem como à sua luta para ser reconhecida como uma nação separada dentro do Canadá. O cenário descrito por Desrochers (2013) é que, para a língua inglesa dominante, há um sistema de cabeçalhos de assuntos, o CSH, mantido pela Biblioteca Nacional do Canadá, em Ottawa. E, para a língua francesa, há o *Répertoire de vedettes-matière* (RVM), desenvolvido pela biblioteca da *Université Laval* em Quebec.

Apesar de sua importância para compreender o contexto político canadense, Desrochers (2013) revela que não há nenhum termo para o conceito de *distinct society* como cabeçalho tópico para uso no CSH e RVM. O autor exemplifica como obras sobre o assunto estão dispersas sob termos como *Nationalism-Quebec (Province)*, *Relations fédérales-provinciales-Quebec (Province)* ou *Biculturalisme-Canada*. Como consequência, é mais bem encontrado por meio de pesquisas por palavras-chave do que por assunto. Desrochers (2013) também demonstra que há garantia literária suficiente para o termo. Por fim, Desrochers (2013) considera que, para evitar a criação de um cabeçalho para *distinct society*, foi criado um caos nas obras sobre o tema.

Como um potencial fator de dominação política, Desrochers (2013) denuncia a desigualdade no acesso aos sistemas de cada língua, pois há acesso gratuito ao CSH em inglês e a necessidade de adquirir acesso ao RVM em francês. Sobre a questão da linguagem, Desrochers (2013) reforça que as escolhas semânticas contidas nesses sistemas são significativas e culturalmente carregadas.

O desvio cultural também está no centro das discussões de Diao e Cao (2016). Os autores discutem a complexidade da catalogação de relatórios arqueológicos chineses em relação à cronologia e sua representação temática. Diao e Cao (2016) debatem a necessidade de incluir informações dinásticas chinesas na elaboração de cabeçalhos de assunto criados para os relatórios arqueológicos chineses. O problema apresentado pelos autores é que o manual do LCSH para materiais arqueológicos não prevê uma subdivisão cronológica para especificar um período dinástico.

Para determinar a importância da informação cronológica nos cabeçalhos de assunto, Diao e Cao (2016) realizaram uma análise de 338 relatórios arqueológicos chineses e descobriram que 56,2% deles indicam a dinastia em seus títulos. Os autores concluem que uma subdivisão cronológica deve ser incluída nos cabeçalhos de assunto, uma vez que a arqueologia chinesa está intimamente ligada à história da China e por realizar um registro sistemático das dinastias. Diao e Cao (2016) consideram que a informação cronológica pode fornecer aos usuários um ponto de acesso adicional que corresponde à informação dinástica exibida nos títulos.

Diao e Cao (2016) relacionam a ausência de subdivisão cronológica no Manual do LCSH para materiais arqueológicos ao seu profundo enraizamento na civilização ocidental. Para os autores, uma aplicação acrítica do LCSH pode

negligenciar a especificidade e singularidade dos relatórios arqueológicos de outras culturas. Por fim, Diao e Cao (2016) recomendam que o manual seja atualizado com instruções mais claras e específicas. Como solução, os autores propõem um cabeçalho padrão para relatórios arqueológicos chineses, incluindo o período histórico e dinástico.

A representação do Oriente Médio no LCSH é retomada por Holloway (2018). Nesse caso, é verificado o tratamento do LCSH para a área denominada *Southern Levant*, ou Levante Meridional, uma região sem jurisdição política que inclui a Faixa de Gaza, Colinas de Golã, Israel, Jerusalém, Palestina, Cisjordânia e Sinai. O objetivo de Holloway (2018) é verificar como os cabeçalhos de assunto geográficos espelham as aspirações geopolíticas do próprio Congresso dos Estados Unidos, instituição a qual está subordinada a *Library of Congress*. O posicionamento assumido por Holloway (2018) é que territórios como a Faixa de Gaza e Cisjordânia são territórios palestinos ocupados, tendo como amparo resoluções das Nações Unidas.

Holloway (2018) apresenta o histórico dos cabeçalhos mencionados anteriormente. Tomando como exemplo a Palestina, Holloway (2018) informa que o cabeçalho *Palestine* aparece no LCSH em 1975 sem que nenhum relacionamento associativo, de equivalência ou hierárquico tenha sido estabelecido. Em 1988, a LC incluiu a Faixa de Gaza, as Colinas de Golã, Israel e a Cisjordânia como termos específicos sob *Palestine*. Em 1997, o relacionamento entre *Palestine* e Israel foi abandonado. Em 2006, *Golan Heights* também deixou de ter relação com *Palestine*. E atualmente o registro não contempla nenhum relacionamento hierárquico, apenas um relacionamento de equivalência com *Holy Land*¹⁰. Holloway (2018) considera a brevidade do registro impressionante, pois não constam relacionamentos de equivalência com os nomes árabes para o território ou fontes de dados.

Holloway (2018) também comparou o LCSH com outros sistemas, como o RAMEAU avaliado anteriormente por Mustafa El Hadi (2019). O RAMEAU é o sistema de cabeçalhos de assuntos da *Bibliothèque nationale de France* (BNF). Os cabeçalhos estabelecidos para a região incluem *Gaza*, *Bande de (Palestine)*, *Golan (plateau)*, *Israël*, *Cisjordanie (Palestine)* e *Palestine (État)*. São utilizados qualificadores que reforçam o vínculo dos territórios com a Palestina e seu

¹⁰ O cabeçalho geográfico *Palestine* pode ser acessado em: <https://lccn.loc.gov/sh85097163>

reconhecimento como Estado. Holloway (2018) também destaca que as notas de escopo disponíveis nos termos utilizados reafirmam a anexação e ocupação por meio da linguagem.

A análise de Holloway (2018) é que o LCSH se distancia da opinião global sobre o Levante Meridional. De acordo com o autor, o contraste de linguagem entre o LCSH e o RAMEAU é consequência da subordinação do LCSH e do LC ao Congresso dos Estados Unidos, que historicamente tem tomado medidas pró-Israel. Para Holloway (2018), este envolvimento dos Estados Unidos com Israel reflete-se na forma como os cabeçalhos de assunto geográficos do LCSH representam os territórios ocupados. Como solução, ele propõe o peticionamento da LC para revisar os cabeçalhos de assunto geográficos e a realização de modificações locais nos registros, visando torná-los equitativos.

O LCSH também é examinado por Biswas (2018), porém sob a ótica da representação dos cidadãos da Índia. O cabeçalho autorizado para o povo indiano é atualmente *East Indians* e a crítica de Biswas (2018) se concentra no colonialismo do termo e na falha de aplicação da garantia literária.

O primeiro argumento de Biswas (2018) é que o termo *East Indians* tem herança colonialista. Então, torna-se problemático a escolha do termo para representar o povo indiano por reforçar o domínio europeu sob a representação da identidade dessa população. Biswas (2018) esclarece que o uso do termo valida a tentativa dos colonos britânicos de distinguir os indianos dos povos indígenas das Américas.

Com o objetivo demonstrar que *East Indians* carece de garantia literária, Biswas (2018) realizou uma pesquisa nos registros bibliográficos da *WorldCat*. A pesquisa consistiu na aplicação de quatro estratégias de busca no *WorldCat*: termo *East Indians* como assunto; *East Indians* no assunto NÃO título; *East Indians* no título E assunto; e *East Indians* no título NÃO assunto. A aplicação dessas estratégias retornaram 9.836 registros, sendo aqueles que incluíam *East Indians* nos campos título e assunto ao mesmo tempo foram apenas 112 recursos.

Os resultados da pesquisa de Biswas (2018) indicam que o termo *East Indians* existe principalmente como termo de assunto atribuído a partir do LCSH e não é prevalente nos títulos dos recursos atribuídos pelos autores. Deste modo, é reforçado o argumento de Biswas (2018) que o termo *East Indians* não possui garantia literária suficiente para justificar a linguagem usada pelo LCSH. Biswas

(2018) também revela o uso limitado do termo *East Indian* em recursos do governo dos EUA, nomes de programas acadêmicos e em sites de marcação social como o *LibraryThing*. Ressaltando, ainda, a falta de garantia do usuário.

Por fim, Biswas (2018) demonstra que o termo *Indians (India)* é o termo preferido no que diz respeito à garantia literária e do usuário. Para o autor é imperativo o afastamento do termo *East Indians* como forma de reconhecer a falta de garantia literária do termo e rejeitar uma identidade enraizada na imaginação colonial.

Já o foco da pesquisa de Kumasi *et al.* (2020) é a experiência de busca por livros sobre raça, poder e privilégio em uma plataforma de livros digitais infantojuvenis, a *Universal School Library* (USL). A pesquisa empírica preliminar desenvolvida pelos autores busca entender o processo de busca na plataforma e quais mudanças são necessárias para ampliar o acesso a recursos sobre raça, equidade e inclusão. A USL agrupa os livros em assuntos derivados do LCSH que funcionam como filtros para restringir os resultados da busca.

As descobertas de Kumasi *et al.* (2020) a partir das estratégias de pesquisa empregadas revelaram que a utilização de termos como raça e privilégio branco não produziram resultados úteis. Para Kumasi *et al.* (2020) esse é um traço revelador de como a branquitude atua como uma norma cultural padrão que mantém a invisibilidade e, ao mesmo tempo, detém o poder de excluir termos que possam confrontar a supremacia branca e/ou nomear as formas de opressão. Também é relatada a precedência do cabeçalho com linguagem neutra "*Civil Rights Movement*" sob o termo "*Black Power Movement*". Para Kumasi *et al.* (2020) essa é uma forma de mascarar as particularidades de quem estava sendo oprimido (americanos negros) e o que eles lutavam para superar (racismo e supremacia branca).

O entendimento de Kumasi *et al.* (2020) é que bibliotecários escolares precisam de melhor educação e treinamento nas interseções de catalogação, classificação e erudição crítica de raça. A partir dessa consciência racial, os profissionais poderiam se concentrar no desenvolvimento de estruturas multiculturais críticas para catalogar e classificar livros com a linguagem e as perspectivas das pessoas negras. Assim, Kumasi *et al.* (2020) concluem apontando para a necessidade de um vocabulário para questões de raça, equidade e inclusão como uma forma de combater ideologias racistas latentes incorporadas em SOC tradicionais. É destacada ainda a necessidade de bibliotecários escolares

assumirem seu papel em prol de uma educação para a justiça social.

O artigo de Handis (2020) discute a influência da *Library of Congress* na *National Library of Greece* (NLG). De acordo com o autor, a NLG baseia seus cabeçalhos de assunto no LCSH. Porém, devido a diferenças culturais, como língua, religião e alfabeto, são necessárias adaptações do padrão LCSH ao contexto grego.

Handis (2020) explica que a NLG usa o alfabeto latino para nomes não-gregos e o alfabeto grego para nomes gregos. A influência da Igreja Ortodoxa na Grécia também é mencionada como exemplo dessas adaptações. Por exemplo, na NLG a Virgem Maria é representada como *Μαρία Θεοτόκος* (em inglês, *Mary Mother of God*), enquanto no LCSH é representada sob o cabeçalho *Mary, Blessed Virgin, Saint*. O autor também cita o exemplo de Macedônia do Norte, um país que se tornou independente da Iugoslávia, mas que nunca foi totalmente reconhecido pelo governo grego. A cidade macedônia Ohrid é representada como *Ohrid (North Macedonia)* no LCSH e como *Ohrid (Former Yugoslav Republic of Macedonia)* na NLG.

De acordo com Handis (2020), esses desvios e diferenças culturais são resultados da adaptação do LCSH pela NLG. No entanto, o autor defende a necessidade de investigar como a NLG replica cabeçalhos de assunto tendenciosos criados pela LC e apontados frequentemente na literatura da área, conforme demonstrado nessa pesquisa.

Uma avaliação sobre o apoio que uma coleção de livros oferece às pesquisas sobre a experiência negra e aos estudos afro-americanos é conduzida por Phelps (2021). Como parte dos esforços em prol da equidade e inclusão, a avaliação de Phelps (2021) procura determinar a cobertura temática da coleção do consórcio de bibliotecas da *Orbis Cascade Alliance* em comparação a outros catálogos coletivos. Para isso, foram realizadas buscas utilizando 20 cabeçalhos relevantes sobre a experiência negra disponíveis no LCSH.

Os resultados apresentados por Phelps (2021) sugerem que a coleção da *Orbis Cascade Alliance* apoia adequadamente a experiência negra em nível de pesquisa. No entanto, Phelps (2021) apontou uma limitação metodológica importante relacionada aos desvios raciais presentes no LCSH. Um dos exemplos mencionados por Phelps (2021) é o problema identificado anteriormente por Howard e Knowlton (2018) sobre a existência dos termos *Blacks* e *African Americans*, que podem causar confusão e ser usados de forma intercambiável por pesquisadores

que desconhecem o escopo do cabeçalho definido pelo LCSH, limitando assim a recuperação de recursos.

Apesar da limitação mencionada por Phelps (2021), a pesquisa produz resultados úteis. De acordo com Phelps (2021), um dos resultados mais significativos é o lembrete sobre os desvios raciais presentes no LCSH. As recomendações de Phelps (2021) incluem o comprometimento dos bibliotecários com a justiça social em suas comunidades e nas práticas da biblioteca, incluindo atenção ao racismo presente nos cabeçalhos de assuntos da LC.

De forma resumida, o subconjunto de literatura apresentado nessa subseção destacou o racismo, o caráter etnocêntrico e ocidental dos cabeçalhos de assunto e tesouros em relação a vivência negra nos Estados Unidos (CLACK, 1978; OLSRUD; TELLMAN, 1993; KUMASI *et al.*, 2020; PHELPS, 2021), a comunidade hispânica do Novo México (STROTTMAN, 2007), aos países do Oriente Médio (GITSETAN, 1995; KHURSHID, 2002; HOLLOWAY, 2018), a história da África do Sul (DICK; BURGER, 1995), as culturas e histórias de Quebec (DESROCHERS, 2013) e da China (DIAO; CAO, 2016) e aos cidadãos da Índia (BISWAS, 2018). A maioria das publicações descritas apontou desvios e representações tendenciosas no LCSH.

Os principais problemas demonstrados pela literatura dessa subseção incluíram falta de especificidade dos sistemas para representar contextos específicos (CLACK, 1978; KHURSHID, 2002; WALSH, 2004; STROTTMAN, 2007; DIAO; CAO, 2016), o colonialismo presente em SOC tradicionais (CUNHA, 1987; BISWAS, 2018), lentidão em promover mudanças para mitigação dos desvios identificados (DICK; BURGER, 1995; GITSETAN, 1995), invisibilidade ou dificuldade na recuperação de conteúdo relevante (CLACK, 1978; OLSRUD; TELLMAN, 1993; DICK; BURGER, 1995; WALSH, 2004; DESROCHERS, 2013; KUMASI *et al.*, 2020) e desatualizações, inconsistências e terminologia imprecisa (GITSETAN, 1995; WALSH, 2004; STROTTMAN, 2007).

Também foram apresentadas por Strottman (2007), Holloway (2018) e Handis (2020) evidências de que sistemas de cabeçalhos de assunto e tesouros não são instrumentos imparciais e neutros. Eles mostraram como estes sistemas estão suscetíveis a influências regionais (STROTTMAN, 2007; DESROCHERS, 2013), políticas e institucionais (HOLLOWAY, 2018) e religiosas (HANDIS, 2020). Outra preocupação identificada é com a garantia literária dos SOC, incluindo a influência do preconceito colonial contido na literatura produzida por europeus sobre a África

(CUNHA, 1987) e as falhas na sua aplicação (DESROCHERS, 2013; BISWAS, 2018).

As principais recomendações do subconjunto de dados sugeriram peticionamento para elaboração e manutenção de termos apropriados (CLACK, 1978; STROTTMAN, 2007; HOLLOWAY, 2018), desenvolvimento de sistemas especializados e localmente relevantes (CLACK, 1978; CUNHA, 1987; DICK; BURGER, 1995; KHURSHID, 2002; KUMASI *et al.*, 2020) e implementação de mudanças em nível local (HOLLOWAY, 2018).

4.6 DIVERSOS

O subconjunto de seis publicações que compõem essa subseção debatem uma diversidade de perspectivas sobre a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros que não puderam ser relacionados nas categorias anteriores.

Em primeiro lugar, Berman (1976) critica os cabeçalhos de assunto da LC, argumentando que eles não maximizam o acesso a livros infantojuvenis. De acordo com Berman (1976), a atribuição de cabeçalhos é limitada e tímida, resultando na ocultação da riqueza e profundidade dos materiais infantis. Como exemplo, ele menciona descritores abrangentes utilizados na catalogação da LC, tais como *juvenile literature*, *animals*, *family life* e *toys*, que são frequentemente aplicados a obras que merecem um tratamento mais específico e interessante.

Além disso, Berman (1976) aponta a obsolescência de termos como *discipline of children* e *children-management* e sugere o termo *child-rearing* como mais apropriado. Ele também critica a falta de atribuição de cabeçalhos para temas recorrentes nesse tipo de literatura, como *bedtime*, *first day in school*, *new baby in family*, entre outros. Como solução, Berman (1976) defende a criação de termos precisos e apropriados para representar recursos juvenis.

A ampliação da discussão sobre a adequação dos SOC para a representação de recursos infantis é feita por Abbas (2005). De acordo com a autora, fatores como a nossa imagem incompleta sobre esse grupo de usuários, esquemas de metadados projetados para adultos, a falta de vocabulários controlados apropriados ao público, e as diferentes habilidades e níveis de conhecimento das crianças tornam a criação

de representação para crianças complexa.

Abbas (2005) aponta lacunas na compreensão sobre representações adequadas para as crianças, como a falta de esforços no desenvolvimento de vocabulários controlados apropriados à idade. Para Abbas (2005) o desenvolvimento de vocabulários controlados tem sido orientado por uma visão homogênea e sem idade específica dos usuários. Além disso, a autora destaca a falta de esforços para envolver as crianças na elaboração de SOC e a escassez de estudos de eficácia dos sistemas existentes.

Diante dessas lacunas, Abbas (2005) ressalta a importância de dar mais atenção às necessidades específicas dos usuários mais jovens e considera que trabalhar com as próprias crianças pode ser uma forma oportuna de obter mais informações sobre suas necessidades exclusivas de representação.

O texto de Smith (2011) discute a falta de informação sobre as contribuições dos consumidores e pacientes para os tesouros e vocabulários controlados da área da saúde. Assim sendo, Smith (2011) revisou a literatura médica e da Biblioteconomia e Ciência da Informação para examinar como a linguagem de consumidores e pacientes tem sido explorada nesses sistemas.

Smith (2011) revela que o papel dos usuários como colaborador esteve ausente nas discussões sobre o desenvolvimento de tesouros desde a década de 1980. A constatação de Smith (2011) é que pacientes não contribuem com sua linguagem para os sistemas, sendo considerados apenas usuários finais. A prática corrente é que pesquisadores/cientistas façam a mediação entre os usuários e os SOC. De acordo com a autora, essa área de pesquisa é negligenciada dentro e fora da área da saúde.

A recomendação de Smith (2011) é que bibliotecários, pesquisadores e desenvolvedores de sistemas deixem de ver consumidores e pacientes como receptores passivos de terminologias e passem a solicitar a colaboração desses usuários para desenvolver as terminologias. Smith (2011) também destaca o potencial das folksonomias para mudar essa dinâmica de comunicação.

As duas próximas publicações, Koford (2014) e Adler, Huber e Nix (2017), investigam e analisam diferentes aspectos dos cabeçalhos de assunto no contexto da deficiência.

A pesquisa de Koford (2014) investiga, através de um estudo qualitativo, o comportamento de busca de informações de pesquisadores na área de estudos

sobre deficiência, especialmente a interação com os cabeçalhos de assunto. Koford (2014) ressalta a complexidade da busca por informações nessa área, devido à sua interdisciplinaridade, recente desenvolvimento e foco em pessoas historicamente marginalizadas e estigmatizadas pela sociedade.

Koford (2014) constatou que a maioria dos participantes não utiliza regularmente cabeçalhos de assunto para encontrar materiais em bases de dados ou catálogos de bibliotecas. Os resultados da pesquisa sugerem que esse tipo de busca não é típico para pesquisadores de humanidades, sendo mais usado em áreas como direito e enfermagem. Os participantes deram várias razões para não usar cabeçalhos de assunto com mais frequência, entre elas a falta de especificidade, a dificuldade de encontrar materiais que tratam a deficiência de uma perspectiva social e não médica e o fato dos termos usados nos cabeçalhos não serem seus termos preferidos. Desta forma, sugere-se que há um desacordo entre os cabeçalhos utilizados e os termos preferidos por quem busca informações.

Os participantes da pesquisa de Koford (2014) também discutiram o uso de cabeçalhos de assunto em registros específicos de bases de dados. Alguns participantes se incomodaram com a presença de termos não preferidos, como os termos *handicapped* e *hearing impaired*, pois podem ser lidos como ofensivos ou insensíveis, enquanto outros não se incomodaram com os termos. Isso sugere que não há uma posição monolítica entre os acadêmicos em relação aos termos não preferidos.

A partir da experiência desses pesquisadores, Koford (2014) enfatiza a importância de reconhecer que os SOC nunca serão perfeitamente precisos ou adequados para todos os usuários. Koford (2014) considera que devido à natureza dinâmica da linguagem, os sistemas devem ser dinâmicos e capazes de evoluir com o tempo, especialmente no que se refere à área de estudos sobre deficiência em constante evolução. O autor pondera que os profissionais devem estar dispostos a adicionar e modificar os cabeçalhos de assunto para refletir as perspectivas em evolução, mesmo que de forma imperfeita. Por fim, Koford (2014) recomenda a consulta a especialistas para tomada de decisões sobre a linguagem preferida a ser usada.

Já Adler, Huber e Nix (2017) analisaram historicamente como o LCSH e MeSH representam as pessoas com deficiência. O foco do relato histórico de Adler, Huber e Nix (2017) é demonstrar como os cabeçalhos de assunto reproduziram

discursos dominantes sobre pessoas com deficiências.

No que se refere ao MeSH, Adler, Huber e Nix (2017) identificaram a utilização do termo *Handicapped* em 1960, que era comum na comunidade médica na época. Na edição do MeSH de 2015, os autores identificaram a substituição de *Handicapped* por *Disabled Persons* e a adição do cabeçalho *Health Services for Persons with Disabilities*, que usa a linguagem das pessoas em primeiro lugar. De acordo com Adler, Huber e Nix (2017) *disabled people* é um termo que liga deficiência à identidade, e a forma *people with disabilities* transmite a deficiência como uma característica secundária. Para Adler, Huber e Nix (2017) a inclusão da terminologia que privilegia a pessoa em primeiro lugar é significativa, pois sinaliza uma consciência de que as pessoas não são definidas por sua deficiência.

Em relação ao LCSH, Adler, Huber e Nix (2017) constataram que a edição de 1910 usava termos como *Deformities* e *Degeneration* e estabelecia relacionamentos associativos com *Crime and Criminals*, *Idiocy*, *Imbecility*, *Inefficiency*, *Intellectual*, *Juvenile Delinquency* e outros termos. Os autores mencionam que, desde 2002, o termo *Handicapped* foi revisado para *People with Disabilities* no LCSH. Adler, Huber e Nix (2017) consideram que a evolução do LCSH demonstrou atenção às necessidades e preferências das pessoas com deficiência na atualização dos seus termos.

A análise de Adler, Huber e Nix (2017) é que os termos mais antigos identificados no MeSH e LCSH reproduziam discursos eugenistas sobre pessoas com deficiência. Os autores afirmam que isso demonstra como os SOC participaram, no passado, da construção da deficiência como patologia social ou médica. Por último, Adler, Huber e Nix (2017) defendem o diálogo interdisciplinar envolvendo profissionais de biblioteconomia e ciência da informação, estudiosos da área de deficiência e pessoas com deficiência como uma forma de fornecer informações importantes sobre como fazer melhorias nos SOC.

Lacey (2018) aborda a representação da migração no LCSH e suas implicações políticas. Em sua discussão, Lacey (2018) utiliza como estudo de caso o peticionamento da LC para descontinuar o cabeçalho *Illegal aliens*.

O caso relatado por Lacey (2014) é que, em 2014, uma estudante do *Dartmouth College*, em New Hampshire, descobriu o cabeçalho *Illegal aliens* enquanto realizava uma pesquisa online no catálogo da biblioteca. A indignação com o termo levou estudantes e a administração da biblioteca a apresentarem uma

proposta a LC de substituição do cabeçalho por *Undocumented immigrants* no mesmo ano. A proposta dos alunos gerou muitos desdobramentos, que envolveram a LC, o próprio Congresso americano e a ALA.

A principal repercussão mencionada por Lacey (2018) é que, em março de 2016, a LC expressou sua intenção de cancelar *Illegal aliens* e substituí-lo por dois novos cabeçalhos: *noncitizens* e *unauthorized immigration*. No entanto, a intenção foi recebida com hostilidade por congressistas e, até o momento em que o artigo de Lacey (2018) foi publicado, o cabeçalho ainda permanecia em uso¹¹.

Lacey (2018) interpreta o caso dos *Illegal aliens* como um exemplo de como a linguagem utilizada no LCSH é afetada pela legislação governamental e pela pressão política, deixando escapar a máscara da neutralidade do sistema. Além disso, Lacey (2018) sugere que o LCSH não é adequado para aplicação global automática devido aos desvios institucionais evidenciados. Assim, Lacey (2018) defende a adoção de um sistema local em vez de esquemas nacionalmente vinculados ou estruturalmente rígidos, que torne claro o conhecimento especializado e a influência editorial explícita.

Em suma, as discussões nesta seção evidenciam as limitações das listas de cabeçalhos de assunto e tesouros tradicionais na representação de recursos para crianças (BERMAN, 1976; ABBAS, 2005), a falta de inclusão da linguagem utilizada pelos pacientes nos tesouros e vocabulários controlados da área da saúde (SMITH, 2011), o estigma histórico de pessoas com deficiência (ADLER; HUBER; NIX, 2017) e desvios em relação à imigração (LACEY, 2018).

Os principais problemas sinalizados incluíram a falta de especificidade dos sistemas (BERMAN, 1976), o desacordo da linguagem utilizada e a falta de sistemas especializados para o público em questão (KOFORD, 2014; ABBAS, 2005), histórico de reprodução de discursos eugenistas (ADLER; HUBER; NIX, 2017) e pressão política e desvios institucionais (LACEY, 2018).

Em relação as recomendações propostas, destacam-se a elaboração e manutenção de termos (BERMAN, 1976; KOFORD, 2014), o envolvimento da comunidade usuária, das pessoas representadas e dos especialistas (ABBAS, 2005; SMITH, 2011; KOFORD, 2014; ADLER; HUBER; NIX, 2017) e o desenvolvimento de

¹¹ A presente pesquisa identificou que somente em novembro de 2021 a LC anunciou mudanças relacionadas ao termo *Illegal aliens* com a criação de dois novos cabeçalhos: *Illegal immigration* e *Noncitizens*. O resumo da decisão tomada na reunião 2111 do SACO pode ser consultado em: <https://www.loc.gov/aba/pcc/saco/cpsod/psd-211115.html>

sistemas locais (LACEY, 2018).

5 LISTAS DE CABEÇALHOS DE ASSUNTO E TESAuros À LUZ DA JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE

A presente seção tem como objetivo a descrição detalhada das iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesauros comprometidos com a justiça social e equidade identificadas a partir da literatura mapeada. A descrição buscará apresentar características dessas iniciativas, de suas instituições e das comunidades atendidas. Com esse intuito buscará esclarecer: a motivação para a elaboração e/ou manutenção dos termos; fontes de informação consultadas no estabelecimento dos termos; quais são as pessoas envolvidas; o grau de participação da comunidade usuária na elaboração e/ou manutenção de termos, entre outras características pertinentes.

Durante o mapeamento, foram identificadas 11 iniciativas a partir de publicações que continham relatos de experiência sobre a criação dessas iniciativas. Durante a leitura do corpus da pesquisa para subsidiar a contextualização das discussões teóricas na seção anterior, houve menções a outras iniciativas, totalizando mais 16 iniciativas. No total, foram identificadas 27 iniciativas que serão objeto desta seção.

De acordo com Barité (2011), os sistemas de organização do conhecimento variam de acordo com sua cobertura e podem ser universais, multidisciplinares ou especializados. Com base nessa tipologia, as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesauros comprometidos com a justiça social e equidade foram avaliadas e classificadas. No entanto, foram identificadas apenas iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos com caráter especializado, em geral seguindo as mesmas categorias temáticas descritas na seção anterior. Deste modo, serão descritas listas de cabeçalhos de assunto e tesauros especializados em gênero, indígenas, *queer*, grupos étnicos e raciais e diversos.

A justificativa para o caráter especializado das iniciativas encontra amparo nas discussões teóricas sobre a dimensão sociocultural de listas de cabeçalhos de assunto e tesauros. As recomendações e soluções propostas na literatura mapeada consideravam a necessidade de representação do contexto local (OLSON; SCHLEGL, 2001; MCKENNON, 2006; NAUMIS, 2013; FOX, 2016; LACEY, 2018; BARITE; RAUCH, 2020; BISCALCHIN; MOREIRA, 2020), o que leva a lista de

cabeçalhos de assuntos e tesouros especializados. Também foram destacadas nas discussões o papel de consulta a especialistas na elaboração desses sistemas (KOFORD, 2014; ADLER; HUBER; NIX, 2017; GOMES; FROTA, 2019; NYITRAY; REIJERKERK, 2021).

A caracterização geral das iniciativas de acordo com as categorias temáticas mostra que 8 são especializadas em gênero, 8 especializadas em diferentes povos indígenas, 5 especializadas na representação *queer*, 5 especializadas na representação de determinadas raças, etnias ou nacionalidades e 1 foi categorizada em diversos. A seguir serão descritas as iniciativas de acordo com a categoria.

5.1 GÊNERO

Foram identificadas 8 iniciativas de elaboração ou manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouros especializados na representação socialmente justa e equitativa de gênero. As iniciativas são demonstradas no quadro 2.

Quadro 2 - Iniciativas gênero

Iniciativa	Tipo de sistema	unidade de informação associada	Instituição vinculada	Local	Forma de identificação
MARSHALL, J. K. On equal terms: a thesaurus for nonsexist indexing and cataloging (1977).	Tesouro	-	-	Estados Unidos	Rogers. (1993).
CAPEK, M. E. S. (Ed.). A women's thesaurus (1987).	Tesouro	-	-	Estados Unidos	Rogers. (1993).
SEBASTIÀ I SALAT, M. Thesaurus d'història social de la dona (1988)	Tesouro	-	-	Espanha	López-Huertas e Ramírez (2007).
The Canadian feminist thesaurus / Le thésaurus féministe du Canada (1990)	Tesouro	-	-	Canadá	Olson (2007).
The Dutch Women's Thesaurus (1992)	Tesouro	-	Anna Maria van Schuurman Certtre, University of Utrecht e IIAV	Holanda e Bélgica	Drenthe (1993)
BOERE, M. (Ed.). European women's thesaurus (1998).	Tesouro	-	IIAV	Europa	Olson (2007).

Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (1998)	Tesouro	-	Fundação Carlos Chagas	Brasil	López-Huertas e Ramírez (2007).
Tesouro “Mujer” (2002)	Tesouro	Centro de documentação	Instituto de la Mujer	Espanha	López-Huertas e Ramírez (2007).

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As 8 iniciativas identificadas são tesouros voltados para a representação das mulheres, dos estudos de gênero e da perspectiva feminista em diferentes línguas e países. O primeiro tesouro mapeado é o *On equal terms: a thesaurus for nonsexist indexing and cataloging*, publicado em 1977 nos Estados Unidos e o mais recente é o espanhol Tesouro “Mujer” que está em sua 8ª edição publicada em 2013. Todos os tesouros foram publicados de forma impressa e apenas o tesouro espanhol e o brasileiro Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres dispõem de cópias digitalizadas com acesso livre.

Em decorrência da falta de acesso integral ao tesouro ou publicação que relate sua elaboração não será possível a descrição de 5 dos 8 tesouros. A partir da publicação com o relato do projeto *The Dutch Women’s Thesaurus* feito por Drenthe (1993) identificado através do mapeamento e do conteúdo integral do Tesouro “Mujer” e Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres esta pesquisa buscará descrever e caracterizar as 3 iniciativas.

A publicação de Drenthe (1993) descreve o projeto conjunto de elaboração do *The Dutch Women’s Thesaurus* concluído em março de 1992. O tesouro reúne esforços das instituições holandesas *Anna Maria van Schuurman Centre*, da Escola de Pós-Graduação para Pesquisa Avançada em Estudos da Mulher da *University of Utrecht* e do *International Information Centre and Archive for the Women’s Movement* (IIAV). Drenthe (1993) relata que as linguagens usadas para descrever e recuperar as informações sobre os recursos femininos não acompanharam a evolução do movimento das mulheres e acabam tornando informações inacessíveis. Deste modo, tornou-se necessário a elaboração dessa linguagem alternativa.

Segundo Drenthe (1993), a base para elaboração do *The Dutch Women’s Thesaurus* são os termos e cabeçalhos de assunto utilizados em 25 coleções femininas da Holanda e Bélgica e os conceitos teóricos do campo de estudos sobre as mulheres. Ao final foi estabelecida estrutura com 20 grupos temáticos e 2.200

termos. A equipe envolvida na elaboração do tesauro contou com 45 especialistas, uma comissão técnica e representantes das coleções.

Para Drenthe (1993) o tesauro representa uma mudança ideológica em comparação com os sistemas tradicionais onde os termos genéricos sempre dão informações sobre os homens e as mulheres são definidas em categorias separadas. O *The Dutch Women's Thesaurus* fixa a experiência das mulheres como central a partir de suas relações hierárquicas e associativas. Drenthe (1993) também destaca a atenção às necessidades de informação das mulheres negras, imigrantes, lésbicas, idosas e deficientes no tesauro. Para tal, foram adicionados delimitadores 'black' e 'white', que podem ser adicionados a outros termos para se referir a publicações escritas de uma perspectiva específica negra ou branco. É possível perceber uma preocupação com a representação da interseccionalidade, conforme defendido por Fox (2016).

Na tentativa de encontrar uma versão atualizada e online do *The Dutch Women's Thesaurus*, descobriu-se que a instituição responsável pela versão de 1992, o IIAV, agora é chamada de *Institute on Gender Equality and Women's History* (ATRIA) e denominou a versão online atualizada do tesauro de *Women's Thesaurus*. De acordo com o site do ATRIA, tanto o *Women's Thesaurus* quanto o *European Women's Thesaurus* (1998) passaram a ser mantidos pela instituição. No entanto, embora haja um link para a versão online do tesauro, nenhuma pesquisa de termos resultou em qualquer resultado¹².

A segunda iniciativa é o Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres¹³ desenvolvido pelas pesquisadoras Cristina Bruschini, Danielle Ardaillon e Sandra G. Unbehaum da Fundação Carlos Chagas (FCG) e publicado no Brasil em 1998. O projeto foi apoiado financeiramente pela Fundação Ford e a edição impressa do tesauro foi realizada pela FCG em coedição com a editora 34. Como motivação as autoras relatam a especificidade limitada de cabeçalhos de assunto universais, como o LCSH, para indexar coleções sobre gênero e mulher.

A fonte terminológica do tesauro brasileiro foram os termos contidos em bibliografias especializadas e em tesouros prontos, ainda que em outros idiomas. A principal referência foi o tesauro americano *A Women's Thesaurus* elaborado por

¹² O site do *Women's Thesaurus* pode ser acessado em: <https://institute-genderequality.org/library-archive/collection/thesaurus/>

¹³ O Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres pode ser acessado em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/tesauro/arquivos/TPEDGSM.pdf>

Mary Ellen Capek, também identificado nesta pesquisa. As pesquisadoras manifestam conhecimento da não indicação desse método de coleta terminológica. Em relação a equipe de elaboração, não foi possível identificar outras pessoas além das três pesquisadoras já mencionadas.

A apresentação do Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres conta com 1.750 termos em 9 áreas temáticas com uma estrutura alfabética e temática com relacionamentos hierárquicos, associativos e de equivalência. O tesouro inclui 3 grupos de delimitadores: etários, geográficos e históricos como uma forma de acrescentar mais especificidade na representação. Convém destacar a escolha das autoras pelo uso dos descritores de profissões no masculino plural, com a opção de adicionar os termos “mulheres” ou “homens”. Também foi possível perceber que os delimitadores existentes não oferecem meios de incorporação da interseccionalidade, como o *The Dutch Women’s Thesaurus*. Além disso, não foi identificada atualização dessa iniciativa após 25 anos de sua publicação.

A iniciativa mais recente identificada é o *Tesouro “Mujer”*¹⁴, de origem espanhola. Embora a edição de 2002 tenha sido mencionada durante o mapeamento, a versão mais atual acessível online é a 8ª edição de 2013. O tesouro foi desenvolvido pelo Centro de Documentação do *Instituto de la Mujer*, um órgão ligado ao Ministério da Igualdade da Espanha. Consta na introdução do tesouro que a primeira edição foi estruturada a partir da tradução para o espanhol do *On equal terms* de Joan K. Marshall. Devido a constatação que a tradução do inglês trazia problemas decorrentes das diferenças entre os dois idiomas relacionado a gênero, foi estruturado um novo tesouro. A falta de tesouros em espanhol especializados nas mulheres é apontada como estímulo para sua elaboração.

O *Tesouro “Mujer”* identifica como seus autores José Luis Burgos Fresno, Mercedes Fernández Perez, Rosario Maseda García e Lorenzo Villanua Bernues. Não é informada a existência de outras pessoas envolvidas, tampouco a estrutura administrativa do projeto e especialidade dos participantes. Como fonte terminológica foi informada a utilização de lista de descritores usadas até aquele momento no Centro de Documentação e termos provenientes da indexação de novos recursos de informação incorporados à coleção em linguagem livre.

A edição de 2013 do *Tesouro “Mujer”* é composta 863 descritores dispostos

¹⁴ O Tesouro “Mujer” está disponível em:

<https://www.inmujeres.gob.es/servRecursos/centroDocumentacion/acceso/docs/tesauroMujer.pdf>

em 17 famílias temáticas. Vale destacar algumas características do tesauro indicadas pelos autores. São reforçados o caráter aberto do tesauro como uma ferramenta flexível que, por meio de atualizações periódicas, ofereça soluções às necessidades que surgem. Também destacam o uso do gênero feminino. Considerando que o Centro de Documentação se dedica exclusivamente aos problemas das mulheres, optaram por utilizar o gênero feminino como a forma genérica. Foram estabelecidos descritores como “*Arquitectas*”, “*Empresarias*” e “*Médicas*”. Com o intuito de evitar formas como “*Mujeres arquitectas*” ou utilizar o masculino como o genérico.

Durante as pesquisas sobre o *Tesauro “Mujer”*, constatou-se que ele deu origem a um outro tesauro. O *Tesauro de Género*¹⁵ foi criado pelo Centro de Documentación María Zambrano em Sevilha, Espanha a partir da reestruturação e atualização da versão de 2004 do *Tesauro “Mujer”*. A versão disponível do *Tesauro de Género* tem como última atualização janeiro de 2023.

Em suma, as três iniciativas, *The Dutch Women’s Thesaurus*, Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres e *Tesauro “Mujer”*, têm em comum a busca por uma linguagem alternativa para descrever e recuperar informações sobre recursos femininos, que muitas vezes são inacessíveis por meio de sistemas tradicionais.

A análise das três iniciativas descritas permite identificar semelhanças entre os materiais terminológicos utilizados. Todas foram baseadas em termos utilizados para indexação, sejam cabeçalhos de assunto, outros tesouros ou descritores em linguagem natural. Em relação aos envolvidos na elaboração, apenas o *The Dutch Women’s Thesaurus* forneceu mais dados sobre a composição da equipe e uma breve menção a estrutura administrativa. Por outro lado, os tesouros brasileiro e espanhol contaram com equipes reduzidas e nenhuma outra informação foi fornecida. Também é importante destacar que o acesso integral às iniciativas é difícil, já que apenas os Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres e o *Tesauro “Mujer”* estão disponíveis para consulta e uso. Além disso, cinco das oito iniciativas identificadas inicialmente não foram descritas devido à falta de acesso.

Como diferença entre as iniciativas, destaca-se que apenas o *The Dutch Women’s Thesaurus* oferece meios de incorporação da interseccionalidade, com delimitadores específicos para representar a perspectiva negra ou branca e atenção

¹⁵ O *Tesauro de Género* do Centro de Documentación María Zambrano pode ser acessado em: https://www.juntadeandalucia.es/iam/catalogo/doc/web/tesauro_genero.pdf

às necessidades de informação das mulheres negras, imigrantes, lésbicas, idosas e deficientes. Nas outras duas iniciativas não foi possível perceber essa preocupação e foi identificada uma presença minoritária da representação das experiências das mulheres negras e indígenas, por exemplo.

5.2 INDÍGENAS

Foram identificadas um subconjunto de 8 iniciativas de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouros especializados em uma representação culturalmente sensível de distintas comunidades indígenas. As iniciativas são demonstradas no quadro 3.

Quadro 3 - Iniciativas indígenas

Iniciativa	Tipo de sistema	unidade de informação associada	Instituição vinculada	Local	Forma de identificação
Pathways: Gateway to the AIATSIS Thesauri (2010)	Tesouro	-	Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies	Austrália	Lee (2011)
First Nations House of Learning (FNHL) Subject Headings	Cabeçalhos de assunto	Biblioteca universitária	University of British Columbia	Canadá	Doyle, Lawson e Dupont (2015).
Mashantucket Pequot Thesaurus	Tesouro	-	American Indian Terminology Project	Estados Unidos	Metoyer e Littletree (2015)
Māori Subject Headings	Cabeçalhos de assunto	Biblioteca Nacional	National Library of New Zealand, LIANZA, Te Rōpū Whakahaui	Nova Zelândia	Lilley (2015)
Māori Subject Headings (Auckland University)	Cabeçalhos de assunto	Biblioteca universitária	Auckland University	Nova Zelândia	Bardenheier, Wilkinson e Dale (2015)
Changes to Library of Congress Subject Headings related to Indigenous Peoples: for use in Association of Manitoba Archives	Cabeçalhos de assunto	Arquivo	Association for Manitoba Archives	Canadá	Bone e Lougheed (2018)
FARNEL, S. <i>et al.</i> Rethinking representation: indigenous peoples and contexts at the University of Alberta	Cabeçalho de assunto	Biblioteca Universitária	University of Alberta	Canadá	Hardesty e Nolan (2021).

Libraries. The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion , v. 2, n. 3, p. 9-25, 2018.					
Subject headings for Iowa Indigenous peoples	Cabeçalhos de assunto	Biblioteca Universitária	Iowa State University	Estados Unidos	Campbell <i>et al.</i> (2022)

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As iniciativas identificadas nessa subseção incluem cabeçalhos de assunto e tesouros voltados para a representação de diferentes comunidades indígenas. A primeira iniciativa é o australiano *AIATSIS Thesaurus* mencionado por Lee (2011), mas desde então ganhou atualização, sendo a mais recente em 2019. A última iniciativa mencionada é de 2022 realizada pela biblioteca da *Iowa State University* em seus cabeçalhos de assunto. Das 8 iniciativas, 7 contam com publicações com relato do projeto e apenas a descrição do *AIATSIS Thesaurus* será a partir do próprio tesouro.

O *AIATSIS Thesauri*¹⁶ é uma iniciativa do *Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies* (AIATSIS), uma organização responsável pela pesquisa, coleta e publicação de estudos indígenas australianos. O *AIATSIS Thesauri* é reconhecido internacionalmente sendo aceito pela LC, pela *National Library of Australia* e por instituições culturais que procuram usar uma linguagem culturalmente mais apropriada na catalogação de recursos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres.

O propósito declarado pelo *AIATSIS Thesauri* é suprir a lacuna para a representação dos estudos, culturas, histórias, idiomas e lugares dos aborígenes australianos e das ilhas do Estreito de Torres. Também afirma que a escolha dos descritores tenta refletir as perspectivas indígenas. A fonte terminológica mencionada pela iniciativa são os assuntos utilizados no catálogo AIATSIS e não foram encontradas informações sobre a constituição da equipe de desenvolvimento e participação das comunidades representadas. Contudo, o tesouro conta com um documento de governança que aborda brevemente os padrões, políticas, procedimentos e processos usados.

¹⁶ O *AIATSIS Thesauri* pode ser acessado em: <https://www1.aiatsis.gov.au/index-2.html> e uma versão para [download está disponível](#).

O *AIATSIS Thesauri* contém descritores para grupos indígenas e pessoas, assuntos e nomes de lugares. O tesouro menciona a preocupação com a manutenção da qualidade do sistema a partir da sua revisão constante. O entendimento é que manter o tesouro atualizado demonstra respeito e compreensão pelas culturas e conhecimentos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres, no reconhecimento de que a cultura indígena da Austrália está viva, dinâmica e em mudança. O prazo informado para atualização é a cada 1-2 meses. A última versão disponível para *download* é de dezembro de 2019.

A iniciativa de desenvolvimento dos cabeçalhos de assunto locais da *Xwi7xwa Library*¹⁷ é abordado por Doyle, Lawson e Dupont (2015). As autoras descrevem o estudo de caso de uma biblioteca universitária aborígene, a *Xwi7xwa Library* da *University of British Columbia* (UBC), Canadá. A *Xwi7xwa Library* é a filial aborígene dentro do sistema de bibliotecas da UBC e a única unidade aborígene de um sistema de biblioteca universitária no Canadá. Segundo as autoras, o objetivo da biblioteca é ecoar as vozes e filosofias dos povos indígenas através de seu acervo e serviços. Sendo a coleção da *Xwi7xwa Library* composta quase exclusivamente por materiais indígenas.

A percepção das pesquisadoras é que os "SOC indígenas são fundamentais para a efetiva informação indígena e serviços de instrução, programação e pesquisa" (DOYLE; LAWSON; DUPONT, 2015, p. 114). Por isso, a *Xwi7xwa Library* desenvolveu o *First Nations House of Learning (FNHL) Subject Headings* como um esforço para refletir melhor as identidades, modos de compreensão e conhecimento tradicional dos povos indígenas. Doyle, Lawson e Dupont (2015) afirmam que à época existiam aproximadamente 11.000 cabeçalhos de assunto e não são fornecidos mais detalhes sobre a fonte terminológica.

Em relação a equipe envolvida na iniciativa da *Xwi7xwa Library* é mencionado o papel precursor da bibliotecária de descendência das Primeiras Nações, Gene Joseph. Na década de 1980, Gene Joseph começa a projetar a lista de cabeçalhos de assunto como seu projeto de pesquisa de pós-graduação. Os cabeçalhos têm sido continuamente desenvolvidos e em 2005 foram reconhecidos pela LC como um tesouro indígena autorizado. Nesta publicação não foram fornecidos mais detalhes sobre a equipe envolvida atualmente e sobre participação das comunidades

¹⁷ Uma forma de acesso aos cabeçalhos de assunto da *Xwi7xwa Library* não foi encontrada. Contudo, o [catálogo online](#) da biblioteca pode ser acessado.

indígenas.

O artigo de Metoyer e Littletree (2015) trata do projeto de elaboração do *Mashantucket Pequot Thesaurus* para a nação tribal *Mashantucket Pequot*¹⁸ do estado americano de Connecticut. Em 1995, o projeto de um tesouro para a nação tribal sob a direção da Dra. Cheryl A. Metoyer foi iniciado. A proposta é que o tesouro contribua para melhorar a representação e recuperação de informações sobre os povos indígenas americanos, não apenas da tribo Pequot. Metoyer e Littletree (2015) descrevem o projeto como um dos poucos desenvolvidos a partir de uma perspectiva indígena, já que foi projetado para ser centrado no usuário e para refletir o comportamento de busca de informações de estudiosos e pesquisadores nativos e não nativos.

Foi percebida como motivação para a elaboração do *Mashantucket Pequot Thesaurus* a inadequação do uso da língua inglesa para a representação dos povos indígenas e a exclusão das filosofias indígenas na descrição de assuntos indígenas americanos em SOC tradicionais, como LSCH. As etapas de elaboração do tesouro foram detalhadas por Metoyer e Littletree (2015). Foram estabelecidas quatro fases: fase 1: revisão da terminologia nas fontes existentes; fase 2: a determinação da garantia literária e garantia do usuário; fase 3: estruturação do tesouro; e através da fase 4 refinar e finalizar o tesouro.

De acordo com Metoyer e Littletree (2015), a primeira fase da revisão terminológica foi realizada por dois assistentes de pesquisa, Michael McLaughlin (da tribo *Winnebago* de Nebraska) e Bhagi Subrahmanyam. Os termos foram selecionados de fontes utilizadas pela LC para determinar seus cabeçalhos de assunto: *Handbook of American Indians North of Mexico* de Frederick Webb Hodge e *History of Indian-White Relations* de Wilcomb E. Washburn e William C. Sturtevant.

A segunda fase do projeto do tesouro consiste na determinação da garantia do usuário através entrevistas, reuniões e correspondência com estudiosos nativos e não nativos. O relato de Metoyer e Littletree (2015) é que foram ouvidos historiadores tradicionais, historiadores tribais, antropólogos e cientistas políticos e sociais para entender e analisar a linguagem e a terminologia usadas. Foram identificados todos os estudiosos participantes, sendo vários de comunidades

¹⁸ Não foi possível localizar uma versão online do *Mashantucket Pequot Thesaurus*. Como possível explicação é o fato de Metoyer e Littletree (2015) informarem que à época o tesouro ainda estava em versão preliminar.

indígenas. Essa abordagem do projeto está em acordo com os métodos de elaboração recomendados por Gomes e Frota (2019). Através do relato da fase 1 e 2 é possível identificar as fontes terminológicas usadas e a constituição da equipe do projeto.

A estruturação do tesouro na fase 3 envolve a análise de cada termo, a identificação de conceitos, estabelecimento da relação entre os conceitos, fornecimento de terminologia padrão para o conceito e escrita de notas de escopo. Essa fase também inclui a eliminação de homônimos. É salientado por Metoyer e Littletree (2015) que o princípio utilizado para orientar a inclusão de um termo no tesouro é o significado tribal e seu uso. A última fase do projeto contém um teste piloto para determinar sua precisão e utilidade.

Um pouco da estrutura do *Mashantucket Pequot Thesaurus* também é detalhada por Metoyer e Littletree (2015). Destaca-se a sua composição por quatro domínios: o Espiritual, o Físico, o Social e o Mental. Esses quatro domínios refletem aspectos-chave das filosofias nativas americanas e não são apresentados de forma hierárquica, sugerindo que estão conectados como dimensões igualmente importantes do sistema de conhecimento nativo.

O *Māori Subject Headings*¹⁹, ou *Ngā Upoko Tukutuku*, é uma iniciativa voltada para a representação do povo indígena Māori da Nova Zelândia em sua língua nativa. A iniciativa foi mapeada através da publicação de Lilley (2015) que trata do seu desenvolvimento e da publicação de Bardenheier, Wilkinson e Dale (2015) sobre sua aplicação em um contexto de biblioteca universitária. Também foram consultadas informações no endereço eletrônico da iniciativa para subsidiar esta descrição.

O lançamento do *Māori Subject Headings online* ocorreu em 2006, segundo Bardenheier, Wilkinson e Dale (2015). A iniciativa é caracterizada pelos autores como bilíngue, bicultural e pela incorporação da natureza holística de uma visão de mundo Māori em sua elaboração. O seu desenvolvimento ocorreu de forma coletiva pela *Library and Information Association Aotearoa (LIANZA)*, *Te Rōpū Whakahau*²⁰, e a *National Library of New Zealand*.

De acordo com Lilley (2015), a motivação para elaboração do *Māori Subject*

¹⁹ O *Māori Subject Headings* é acessado em: <https://natlib.govt.nz/librarians/nga-upoko-tukutuku>

²⁰ O *Te Rōpū Whakahau* é uma associação Māori que representa os maoris envolvidos em bibliotecas, cultura, conhecimento, informação, comunicação e tecnologia de sistemas na Nova Zelândia.

Headings foi a insatisfação com o LCSH para descrever e fornecer acesso a recursos na língua nativa maori devido à sua natureza generalista. Foi apontado por Lilley (2015) como marco importante para encorajar os esforços de elaboração um relatório da LIANZA de 1997. O relatório incluía uma seção sobre a frustração experimentada pelos usuários maoris de catálogos de bibliotecas em decorrência dos cabeçalhos de assunto usados.

Em relação ao *Māori Subject Headings* não foi explicitado textualmente as fontes terminológicas. Contudo, é descrito por Lilley (2015) a criação de um projeto de pesquisa denominado *Te Ara Tika Guiding Words* em 2005 para investigar junto aos maori quais as questões de maior importância no processo de busca de informações como forma de orientar o desenvolvimento dos cabeçalhos de assunto.

O site do *Māori Subject Headings* menciona a criação de um grupo de trabalho com a responsabilidade por atualizar e manter a lista de cabeçalhos de assunto Māori, o *Te Whakakaokao*²¹. De acordo com o informado, a constituição do *Te Whakakaokao* inclui no mínimo quatro representantes maori, 3 funcionários da *National Library of New Zealand* e um pesquisador especialista. Também foi criado um grupo de governança para a iniciativa, o *Māori Subject Headings Governance Group*. A constituição da equipe do grupo de trabalho envolvido na elaboração e manutenção da iniciativa também sugere a participação efetiva da comunidade representada e seu potencial de contribuição com as fontes terminológicas.

O *Māori Subject Headings* tem como princípio a incorporação de três conceitos maori: *Wairua* (o espiritual), *Tinana* (o físico) e *Hinengaro* (o psicológico/mental). A estrutura do tesouro é hierárquica, são estabelecidos relacionamentos, inclusive de equivalência com o inglês, e as notas de escopo constam em maori e inglês. De acordo com Lilley (2015), na versão de 2014 existiam mais de 1.400 termos preferenciais e através de atualização contínua novos termos são adicionados em intervalos regulares, cobrindo tópicos tradicionais e contemporâneos.

O projeto de aplicação do *Māori Subject Headings* na coleção da *Sylvia Ashton-Warner Library* da *University of Auckland* é apresentado por Bardenheier, Wilkinson e Dale (2015). Em 2010 a biblioteca começou a enriquecer duas décadas de registros bibliográficos de sua coleção Māori com os cabeçalhos. Os autores

²¹ Mais informações sobre o grupo de trabalho também estão [disponíveis](#).

consideram que representar recursos indígenas com um sistema indígena confere a capacidade de alcançar maior precisão e integridade no processo.

Serviu como incentivo para a aplicação do *Māori Subject Headings* a constatação pelos funcionários da biblioteca que a coleção Māori de não-ficção era seriamente subutilizada. Para Bardenheier, Wilkinson e Dale (2015) a realização da indexação retrospectiva fornece voz aos registros bibliográficos que antes eram difíceis de localizar e ligam a comunidade usuária da biblioteca à epistemologia indígena. Os autores ainda consideram que incluir cabeçalhos de assunto na língua nativa e de acordo com a filosofia indígena faz com que a organização do acervo passe a atender as demandas da justiça social em torno da concessão de acesso equitativo aos indígenas.

Os resultados apresentados por Bardenheier, Wilkinson e Dale (2015) com a implementação sinalizam que a pesquisa temática nos recursos Māori foi amplamente aprimorada com a aplicação do *Māori Subject Headings*. Foi possível integrar a comunidade usuária à variedade de conteúdo não-ficção maori disponível. O projeto é entendido como um promotor da revitalização da língua Māori e apoiador da educação Māori.

A iniciativa apresentada por Bone e Loughheed (2018) expõe mudanças promovidas no LCSH para uso em um contexto arquivístico, a *Association for Manitoba Archives* (AMA) no Canadá. O AMA gerencia o *Manitoba Archival Information Network* (MAIN), uma base de dados *online* que contém descrições de recursos arquivísticos disponíveis em vários repositórios da província de Manitoba. O MAIN adota o LCSH como o sistema para descrever tematicamente suas coleções como uma forma de permitir sua recuperação temática.

O relato de Bone e Loughheed (2018) demonstra um evento desencadeador para o movimento em direção de mudanças locais no LCSH. Após a conclusão do projeto de atribuição dos cabeçalhos de assunto, um membro da AMA manifestou preocupação com os efeitos do LCSH para representar os recursos criados por ou sobre os povos indígenas. A preocupação considerava os problemas já enfrentados pelos bibliotecários canadenses, conforme demonstrou a própria literatura mapeada nesta pesquisa, como em Lee (2011), Dudley (2017) e Lee, Dupont e Bullard (2021).

Diante disso, em 2013 foi formado um grupo de trabalho com três objetivos. Primeiro, elaborar e implementar uma estratégia para substituir o LSCH em uso no MAIN já que foram considerados culturalmente insensíveis aos povos indígenas de

Manitoba por termos que refletissem com mais precisão sua identidade; segundo, assegurar que a AMA não perpetue o legado culturalmente insensível do LCSH através do MAIN; e, por fim, garantir que os recursos arquivísticos no MAIN sejam acessíveis e descobertos utilizando terminologia padronizada. De acordo com Bone e Lougheed (2018), a equipe do grupo de trabalho incluía arquivistas, bibliotecários e especialistas em patrimônio cultural indígena.

Como fonte terminológica, o relato de Bone e Lougheed (2018) menciona a criação de pesquisa para consulta as populações indígenas locais *First Nations* e Métis. A pesquisa pediu aos entrevistados que auto-identificassem sua comunidade e língua e que fornecessem comentários de forma livre sobre terminologia adicional ou alternativa que poderiam ser consideradas pelo grupo de trabalho.

De acordo com Bone e Lougheed (2018), o processo de alteração do LCSH para uso no contexto local do MAIN incluiu alterações na nomenclatura dos cabeçalhos autorizados e inclusão de novos cabeçalhos relevantes. Após as análises a partir da consulta realizada, o grupo fez alterações ou exclusões em 1.093 cabeçalhos e criou 120 novos cabeçalhos. A lista de cabeçalhos de assunto foi disponibilizada em 2015 e em 2017 ocorreu uma revisão. As duas versões estão disponíveis para consulta²².

Algumas das alterações realizadas incluíram a exclusão do cabeçalho genérico “*Indians*” e mudança em todos que incluíam “*Indian(s)*” passaram a usar “*Indigenous*” ou “*Indigenous peoples*”; alteração do criticado “*Indians of North America*” por “*Indigenous peoples--North America*”; nos nomes dos grupos indígenas foram excluídos o termo “*Indians*”, passando de “*Dakota Indians*” para apenas “*Dakota*”, por exemplo; inclusão de novos de grupos não disponíveis no LCSH; alteração dos nomes dos grupos para o nome usado pelas pessoas em Manitoba; exclusão de cabeçalhos com o termo “*mythology*” como “*Dakota mythology*”; alteração do cabeçalho “*Indian mythology*” para “*Spirituality—Indigenous*”, entre outras alterações.

A iniciativa descrita na publicação de Farnel *et al.* (2018) diz respeito a ações em fase de planejamento e ainda em desenvolvimento para tornar os cabeçalhos de assunto das *University of Alberta Libraries* (UAL) mais equitativos, diversos e inclusivos aos povos indígenas da província de Alberta, Canadá. Os autores

²² Os cabeçalhos de assunto modificados para uso no MAIN da AMA podem ser consultados em: <https://mspace.lib.umanitoba.ca/xmlui/handle/1993/31177>

caracterizam a processo de desenvolvimento de suas ações como ancorados no relacionamento com a comunidade, na construção de confiança e no envolvimento em consultas abertas e verdadeiras. Faz parte do contexto de Alberta a convivência de algumas dezenas de povos First Nations, Métis e Inuit em áreas urbanas ou em comunidades tradicionais.

A exposição de Farnel *et al.* (2018) revela que a motivação para as ações das UAL decorre de um contexto maior canadense. Em 2015, foi publicado o relatório final da *Truth and Reconciliation Commission of Canada* (TRC) para promover a reconciliação entre canadenses e os povos indígenas através de 94 chamadas à ação que incluem o sistema educacional do país. Então, como uma resposta das bibliotecas e da *University of Alberta* aos apelos à ação do TRC do Canadá, é criado o *Decolonizing Description Working Group* (DDWG) com o intuito de criar práticas descritivas mais inclusivas e socialmente justas para representar os povos e contextos indígenas locais.

Considerando que o relato da iniciativa ainda diz respeito a ações ainda não implementadas totalmente, não foram fornecidos detalhamentos finais sobre as fontes terminológicas. Contudo, Farnel *et al.* (2018) destacam o papel da cooperação externa com instituições que estão desenvolvendo ações semelhantes, como o MAIN, e é salientado o papel fundamental da comunidade interna. Sobre a cooperação externa, os autores destacam que “esforços localizados reunidos em um amplo exame e revisão dos cabeçalhos de assuntos canadenses podem fornecer oportunidades para equilibrar essas necessidades” (FARNEL *et al.*, 2018, p.20).

Sobre o envolvimento da comunidade local, Farnel *et al.* (2018) descrevem uma primeira consulta a comunidade na fase de planejamento das ações. A consulta compreendeu um pequeno grupo de alunos e ex-alunos, tanto aborígenes quanto não aborígenes, em uma pesquisa informal online. Os participantes indicaram que consideravam que mudar os cabeçalhos de assunto em uso da LC era importante para a descolonização e a construção da reconciliação dentro da *University of Alberta*. Os autores destacam que as consultas a comunidade local “não são apenas importantes [para] entender qual terminologia é preferida, mas também como o uso de terminologia incorreta criou barreiras” (FARNEL *et al.*, 2018, p.20).

Em relação a equipe envolvida, o grupo de trabalho DDWG inclui o coordenador de metadados das bibliotecas da *University of Alberta*, o coordenador de catalogação, um bibliotecário, o coordenador de iniciativas indígenas, um

estagiário indígena (aluno do mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) e um bibliotecário universitário responsável pelos serviços bibliográficos.

Alguns dos resultados do grupo de trabalho apresentados por Farnel *et al.* (2018) incluem recomendações de ações para serem implementadas no contexto das UAL em relação aos cabeçalhos de assunto. Destacam-se: a colaboração com outros grupos e organizações do Canadá para desenvolver e incorporar cooperativamente cabeçalhos de assuntos revisados que representem de forma mais precisa, apropriada e respeitosa os indígenas povos e seus contextos; a liderança do trabalho com comunidades indígenas e parceiros para desenvolver cabeçalhos de assunto revisados que reflitam o contexto de Alberta; a contratação de uma pessoa para coordenar e conduzir consultas e divulgação do projeto; a aplicação retroativa dos cabeçalhos de assunto que forem revisados aos recursos apropriados da biblioteca, entre outras ações.

A iniciativa da *Iowa State University Library* narrada por Campbell *et al.* (2022) envolve a criação de um grupo de trabalho para criar e atribuir cabeçalhos de assunto para as nações indígenas com vínculos com o estado de Iowa, Estados Unidos. O projeto da iniciativa é parte das ações de diversidade, equidade e inclusão (DEI) desenvolvidas pela biblioteca a partir de 2019. Para implementar a iniciativa foi criado o *DEI Metadata Work Group* (DMWG). De acordo com Campbell *et al.* (2022) os objetivos do DMWG são: identificar termos inaceitáveis e os termos culturalmente mais apropriados; complementar os termos antigos com os novos estabelecidos; construir relacionamentos com as nações indígenas; e compartilhar informações obtidas com outras bibliotecas para contribuir com ações semelhantes.

Algumas motivações para a iniciativa foram expostas por Campbell *et al.* (2022). A primeira diz respeito a apoiar a missão do sistema de bibliotecas na direção da diversidade, equidade e inclusão nas suas coleções, programação e serviços. Outra motivação apontada foi o desejo da equipe em realizar um projeto de valor histórico e cultural local. Também é destacado a motivação de beneficiar os estudantes e profissionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação com as informações obtidas pelo projeto por ser uma prática da área relativamente nova.

De acordo com Campbell *et al.* (2022) o processo de trabalho do grupo para encontrar suas fontes terminológicas incluiu a identificação e o contato com as comunidades a serem representadas. Também foi mencionado um trabalho exploratório e de pesquisa para identificar contatos potenciais, os nomes pelo quais

são conhecidas as comunidades, seus termos alternativos e grafias, as informações geográficas das comunidades e os cabeçalhos da LC relacionados a cada comunidade. O grupo de trabalho se baseou principalmente em recursos disponíveis nos sites oficiais das comunidades indígenas para criar os cabeçalhos locais. A proposta de estrutura dos cabeçalhos inclui o nome preferido para a comunidade seguido do sufixo “*North American Indigenous peoples*”, como *Meskwaki (North American Indigenous peoples)*.

Após o DMWG possuir uma proposta dos cabeçalhos, o grupo elaborou uma carta de divulgação para enviar aos representantes dos povos indígenas. A carta continha a apresentação dos esforços da biblioteca para criar cabeçalhos de assunto que reflitam com precisão os nomes usados pelas comunidades indígenas, os termos propostos e a pergunta se este termo era uma descrição aceitável das pessoas da comunidade. Importante destacar que o DMWG delimitou o escopo de seu trabalho na representação das 22 comunidades indígenas com vínculo com Iowa.

A implementação da iniciativa também é descrita por Campbell *et al.* (2022). Após o DMWG receber um número significativo de respostas das cartas optou pela implementação dos cabeçalhos incorporando as recomendações sugeridas pelos grupos. Ao executar a atribuição dos cabeçalhos o grupo de trabalho optou por não eliminar o LCSH dos registros bibliográficos, mas sim realizar um processo automatizado de adicionar os novos termos como cabeçalhos suplementares. Com o intuito de ser transparente e divulgar a iniciativa, o DMWG disponibiliza a lista de cabeçalhos de assunto²³ definidos para as 22 comunidades indígenas de Iowa.

Em síntese, das oito iniciativas especializadas em representações de comunidades indígenas, seis são iniciativas de cabeçalhos de assunto e duas de tesouros. Em relação às unidades de informação, a maioria (5) foi desenvolvida em bibliotecas, sendo quatro por bibliotecas universitárias. Foram três iniciativas canadenses, duas estadunidenses, duas neozelandesas e uma australiana. Outra informação relevante é que a maioria das iniciativas, incluindo *AIATSIS Thesauri*, *Māori Subject Headings*, *Subject Headings related to Indigenous Peoples na Association for Manitoba Archives* e *Subject headings for Iowa Indigenous peoples*, foram acessíveis integralmente para consulta e uso.

²³ Os cabeçalhos de assunto para os povos indígenas de Iowa podem ser acessados em: <https://go.iastate.edu/JTJXQL>

É notável a preocupação com uma representação em sintonia com a visão de mundo da comunidade indígena. Inclusive, no *Mashantucket Pequot Thesaurus* e *Māori Subject Headings*, a estrutura dos sistemas incorporou as visões de mundo das comunidades. Essa preocupação também é perceptível pelas consultas realizadas às comunidades para servir de fonte terminológica, como as iniciativas do MAIN, *University of Alberta Libraries* e *Iowa State University Library*. As equipes das iniciativas formaram grupos de trabalho ou grupos de governança e, em sua maioria, incluem representantes ou profissionais ligados às comunidades indígenas. A representação de contextos locais também é característica semelhante entre as iniciativas.

5.3 QUEER

Foram identificadas cinco iniciativas de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouro especializado na representação *queer*. As iniciativas são demonstradas no quadro 4.

Quadro 4 - Iniciativas *queer*

Iniciativa	Tipo de sistema	Unidade de informação associada	Instituição vinculada	Local	Forma de identificação
Sexual Nomenclature: A Thesaurus (1976).	Tesouro	Biblioteca especializada	Kinsey Institute da Indiana University	Estados Unidos	Zhou (2003); Drucker (2017)
Gay studies thesaurus (1983, 1990)	Tesouro	-	-	Estados Unidos	Johnson (2010)
LGBT Life.	Tesouro	-	EBSCO Information Services	Estados Unidos	Johnson (2010)
Homosaurus (1997, 2013, 2016)	Tesouro	-	IHLIA LGBT Heritage e Digital Transgender Archive	Estados Unidos e Holanda	Hardesty e Nolan (2021)
Subject headings Project da Out on the Shelves (2018)	Cabeçalhos de assunto	Biblioteca independente	Out on the Shelves	Canadá	Bullard, Dierking e Grundner (2020).

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As cinco iniciativas identificadas são voltadas para a representação temática da comunidade LGBTQIA+ em diferentes contextos. A primeira iniciativa mapeada é

Sexual Nomenclature: a Thesaurus do *Kinsey Institute*, publicado em 1976 nos Estados Unidos e o mais recente é o sistema de cabeçalhos de assunto desenvolvido para a biblioteca LGBT2QIA+ *Out on the Shelves* no Canadá em 2018. As iniciativas do *Gay Studies Thesaurus* e *LGBT Life* mencionadas por Johnson (2010) não foram localizadas para acesso, pois a primeira foi publicada apenas em formato impresso e a segunda é de uso exclusivo da EBSCO *Information Services*.

Em decorrência da falta de acesso integral aos tesouros *Gay studies thesaurus* e *LGBT Life* e/ou publicação que relate sua elaboração não será possível a descrição desses sistemas. Desta forma, essa subseção buscará descrever e caracterizar as demais 3 iniciativas.

Para começar, a iniciativa do tesouro *Sexual Nomenclature* do *Kinsey Institute*²⁴, mencionada por Zhou (2003) e Drucker (2017), consistiu na elaboração de um sistema que permitisse a organização e indexação de sua coleção especializada em tópicos sexuais. A biblioteca do *Kinsey Institute* tem origem na coleção especializada sobre ciências sociais e comportamentos e atitudes sexuais do pesquisador Alfred Kinsey. O tesouro desenvolvido localmente foi concluído em 1976 e permite suprir as lacunas do LCSH e, ao mesmo tempo, funcionar como um sistema autônomo de acesso temático através de termos derivados e apropriados para a coleção (DRUCKER, 2017).

Segundo Zhou (2003), a iniciativa do tesouro *Sexual Nomenclature* do *Kinsey Institute* foi motivada pela necessidade de organizar o acervo existente e fornecer uma ferramenta de busca eficiente para os usuários, com o objetivo de alcançar um nível satisfatório de especificidade na recuperação das informações. Além disso, Drucker (2017) destaca que os bibliotecários tinham dúvidas se catalogar os materiais do *Kinsey Institute* para torná-los acessíveis por meio do sistema conservador da LC apagaria o conteúdo do próprio material.

De acordo com Zhou (2003), o tesouro *Sexual Nomenclature* do *Kinsey Institute* teve como fonte terminológica cabeçalhos de assunto desenvolvidos pela bibliotecária Elizabeth Egan desde 1961, além da própria literatura especializada da coleção. Zhou (2003) também destaca que muitos dos termos ou conceitos utilizados foram emprestados do LCSH. Já Drucker (2017) reconhece que como os termos são derivados da própria literatura do *Kinsey Institute*, foi possível que os

²⁴ Uma forma de acesso ao *Sexual Nomenclature* do *Kinsey Institute* não foi encontrada. Contudo, o [catálogo online](#) da biblioteca do instituto pode ser acessado.

bibliotecários identificassem tópicos sub-representados, deturpados ou ocultos em outros sistemas de assuntos.

Foram fornecidas poucas informações sobre a equipe envolvida na elaboração do *Nomenclatura Sexual* a partir do relato de Zhou (2003) e Drucker (2017), já que não foi possível acessar a edição impressa do tesouro e não há versão online disponível. De acordo com Zhou (2003), na década de 1970 Joan Brewer liderou grande parte do desenvolvimento da elaboração do tesouro, e Drucker (2017) também menciona a participação das catalogadoras JoAnn Brooks e Helen C. Hofer. Zhou (2003) também menciona a existência de um comitê na década de 1970 para discussão sobre a inclusão de novos descritores.

Sobre a estrutura do *Sexual Nomenclature*, Drucker (2017) revela que a edição de 1976 possuía um total de 2.000 descritores, com relacionamentos associativos, de equivalência e hierárquicos estabelecidos. Segundo Zhou (2003), os termos podem ser subdivididos a partir de quatro categorias fixas: sexo, idade, período histórico e localização geográfica, para permitir maior detalhamento e flexibilidade na indexação. Em relação às atualizações, Drucker (2017) afirma que a equipe atualizou os termos do *Sexual Nomenclature* em dezembro de 2015, mas ressalta que a lista completa dos termos mais recentes só é acessível internamente pelos catalogadores.

A segunda iniciativa identificada é a do *Homosaurus*²⁵, que surgiu como um tesouro em 1997 e atualmente também é um vocabulário internacional de dados vinculados de termos LGBTQ. A iniciativa foi identificada a partir de menção realizada por Hardesty e Nolan (2021) e uma breve descrição da iniciativa será realizada a partir dos dados disponíveis em seu site oficial. A missão declarada da iniciativa é oferecer suporte para melhorar o acesso temático a recursos LGBTQ dentro de instituições culturais, bem como funcionar como tesouro suplementar para sistemas amplos, como o LCSH. O *Homosaurus* foi autorizado para uso como fonte para cabeçalhos de assuntos em registros MARC.

O *Homosaurus* surgiu em 1997 como um tesouro em holandês e inglês para descrever as coleções LGBTQ da *IHLIA LGBT Heritage*. Essa primeira versão do vocabulário, chamada de versão 0, apresentava uma estrutura plana com poucos

²⁵ Uma lista com os termos do Homosaurus pode ser acessada em: <https://homosaurus.org/terms> e uma versão também foi criada com a utilização do software TemaTres: <https://www.vocabularyserver.com/homosaurus/index.php>

relacionamentos, com termos desconexos entre si. Em 2013, a versão 1 foi criada com uma estrutura hierárquica mais inclusiva, passando a ser utilizada por outras instituições LGBTQ em todo o mundo. Em 2015, o *Digital Transgender Archive* (DTA) começou a usá-lo e colaborou para criar uma versão online. Em 2016, uma segunda grande revisão foi realizada, resultando na versão 2 como um vocabulário de dados vinculados, que foi lançada em maio de 2019.

Não foi possível identificar a fonte terminológica utilizada pelo *Homosaurus* em suas diversas versões. Em relação à equipe, o site da iniciativa da versão 2 informa a existência de um conselho editorial focado em divulgar o projeto e fazer atualizações contínuas no vocabulário. O currículo disponível dos membros do conselho demonstra a participação de arquivistas, bibliotecários, pesquisadores e professores de áreas como Informática, Ciência da Informação e Estudos de Mulheres, Gênero e Sexualidade. Com relação ao envolvimento com a comunidade, a iniciativa disponibiliza um formulário online de contato e possui uma comunidade para interação por meio do *Google Group*.

A terceira iniciativa da subseção é o projeto de um sistema de cabeçalhos de assunto para a biblioteca LGBT2QIA+ *Out on the Shelves*²⁶ (OOTS) mapeado a partir da publicação de Bullard, Dierking e Grundner (2020). A OOTS existe desde 1983 como uma biblioteca independente e administrada por voluntários. Atualmente fica localizada no campus da *University of British Columbia* (UBC), mas sem filiação institucional. Segundo as autoras, a OOTS é a maior biblioteca LGBT2QIA+ no oeste do Canadá.

A motivação demonstrada por Bullard, Dierking e Grundner (2020) para a iniciativa foi a constatação de desvios, inconsistências e imprecisão no LCSH utilizado nos registros bibliográficos da OOTS para representar a comunidade LGBT2QIA+. As inconsistências afetam a capacidade de recuperação em uma busca por assunto e são um problema ético para a OOTS. As autoras consideram que as inadequações nos cabeçalhos de assunto usados são responsáveis por limitar a capacidade da biblioteca de fornecer acesso e representação para membros da comunidade.

A solução apresentada por Bullard, Dierking e Grundner (2020) para os problemas decorrentes do uso do LCSH foi a implementação de um projeto de

²⁶ Uma forma de acesso aos cabeçalhos de assunto da *Out on the Shelves* não foi encontrada. Contudo, o catálogo online da biblioteca pode ser acessado.

elaboração de cabeçalhos de assuntos locais para assuntos LGBT2QIA+ em 2018. A proposta também envolve a recatologação dos registros existentes. O projeto foi caracterizado pelas autoras por adotar a centralização intencional da comunidade, da coleção e da missão da OOTS em todas as decisões. As prioridades para o novo sistema de cabeçalhos de assunto incluem a recuperação, terminologia não ofensiva, inclusão e pluralidade e adaptabilidade.

O relato da iniciativa feito por Bullard, Dierking e Grundner (2020) não contemplou as fontes terminológicas consultadas. Contudo, foi mencionado o consentimento da comunidade, mas sem detalhamentos. Em relação a equipe foi mencionado apenas que foi desenvolvida por funcionários voluntários, incluindo as autoras que são vinculadas ao programa de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação da UBC. Não foram fornecidas mais informações sobre a estrutura decisória ou especialidade dos demais voluntários.

Em síntese, das cinco iniciativas especializadas na representação da comunidade LGBTQIA+, quatro são iniciativas de tesouros e uma é de cabeçalho de assunto. Todas as iniciativas foram desenvolvidas em inglês, com participação majoritária dos Estados Unidos. Também é importante destacar a dificuldade de acesso integral às iniciativas, pois apenas o *Homosaurus* é disponibilizado livremente, com possibilidade de consulta e uso.

As três iniciativas descritas com mais detalhes estão relacionadas à melhoria do acesso temático aos recursos LGBTQIA+ para contextos locais e buscam superar as limitações de outros SOC. O *Sexual Nomenclature* foi criado na década de 1970 com o objetivo de suprir as lacunas do LCSH e garantir um acesso temático eficiente à coleção do *Kinsey Institute*. Já o *Homosaurus* surgiu como um tesouro em 1997 para descrever uma coleção específica e atualmente é um vocabulário internacional de dados vinculados. O sistema de cabeçalhos de assunto da biblioteca OOTS busca promover o acesso temático inclusivo e acolhedor para pessoas LGBTQIA+ naquele ambiente. Também é possível perceber a preocupação das iniciativas com atualizações frequentes para acompanhar as mudanças sociais e culturais.

5.4 GRUPOS ÉTNICOS E RACIAIS

Foram identificadas cinco iniciativas de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouro para representação de raças, etnias ou

nacionalidades específicas. As iniciativas são demonstradas no quadro 5.

Quadro 5 – Iniciativas grupos étnicos e raciais

Iniciativa	Tipo de sistema	Unidade de informação associada	Instituição vinculada	Local	Forma de identificação
Thesaurus d'Études Africaines (1976).	Tesouro	-	Centre d'Études Africaines	França	Cunha (1987)
List of Arabic Subject Headings (1983)	Cabeçalhos de assunto	-	Kuwait Institute for Scientific Research	Kuwait	Khurshid (2002)
Arabic Subject Headings (1985)	Cabeçalhos de assunto	Biblioteca universitária	King Saud University	Arábia Saudita	Khurshid (2002)
Expanded Thesaurus (2001)	Tesouro	-	Abdul Hameed Shoman Foundation	Jordânia	Khurshid (2002)
Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin	Tesouro	-	-	China, Myanmar, Laos, Tailândia, Camboja e Vietnã.	Chansanam <i>et al.</i> (2021)

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O primeiro tesouro mapeado é o *Thesaurus d'Études Africaines*, publicado em 1976 na França para o tratamento da documentação africana em língua francesa, e o mais recente é o *Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin*. Através das menções realizadas por Khurshid (2002), foi possível perceber que foram desenvolvidas iniciativas para representação do mundo árabe entre a década de 1980 e o início dos anos 2000. Contudo, nem a iniciativa do *Thesaurus d'Études Africaines*, nem as iniciativas árabes foram localizadas para acesso integral, pois as primeiras parecem ter sido publicadas apenas em formato impresso e o acesso ao *Expanded Thesaurus* é feito apenas através de assinatura.

Foi encontrado apenas um breve informativo sobre o *Expanded Thesaurus*²⁷, que é um tesouro trilingue nos idiomas árabe, inglês e francês. A iniciativa é de três instituições árabes: a *Abdul Hameed Shoman Foundation*, o *Juma Almajid Center for Culture and Heritage* e a *Dubai Culture & Arts Authority*. O uso do tesouro requer uma assinatura anual.

²⁷ O informativo sobre o *Expanded Thesaurus* pode ser acessado em: <http://en.maknaz.org/Portals/Portal1/Upload/Block/Image/ENGLISH-Brochure.pdf>

Em decorrência da falta de acesso integral aos *Thesaurus d'Études Africaines* (1976), *List of Arabic Subject Headings* (1983), *Arabic Subject Headings* (1985) e *Expanded Thesaurus* (2001), bem como publicações que relatem sua elaboração, não será possível a descrição desses sistemas. Desta forma, essa subseção irá descrever e caracterizar apenas o *Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin*.

A publicação de Chansanam *et al.* (2021) descreve a iniciativa de elaboração do *Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin*²⁸. O objetivo do tesauro é representar os grupos étnicos dos seis países da bacia do rio Mekong, compreendendo o sul da China, Mianmar, Laos, Tailândia, Camboja e Vietnã. O contexto da iniciativa descrito por Chansanam *et al.* (2021) revela que a bacia é a fonte da multiplicidade de culturas e domicílio de mais de 95 grupos étnicos diferentes, cujos estilos de vida ainda seguem as crenças e raízes de suas antigas culturas. Também é destacado o papel importante da região no desenvolvimento socioeconômico do Sudeste Asiático.

A despeito da diversidade cultural da região, Chansanam *et al.* (2021) menciona as limitações de SOC tradicionais em representar a bacia do rio Mekong. A constatação de Chansanam *et al.* (2021) é que os dialetos, idiomas, crenças, trajes, rituais ou sistemas sociais da região sofrem de representação limitada no *Thesaurus* da UNESCO e *Getty Thesaurus*. Entende-se que essa é a motivação para a elaboração do *Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin*.

O processo de elaboração do tesauro foi descrito por Chansanam *et al.* (2021) como composto por quatro etapas: (1) análise, síntese e organização do conhecimento; (2) elaboração do tesauro; (3) desenvolvimento de uma plataforma de tesauro digital para os grupos étnicos na bacia do rio Mekong; e (4) avaliação da plataforma de tesauro digital para os grupos étnicos na bacia do rio Mekong.

A primeira fase coletou e compilou informações sobre os grupos étnicos a partir das fontes terminológicas estabelecidas. Chansanam *et al.* (2021) descreve a utilização de bases de dados, tesouros e vocabulários controlados, recursos de informação disponíveis na *Internet* e de pesquisas sobre a região. Depois houve a extração e triagem de termos e palavras-chave do *corpus* através da sua frequência de aparecimento. Por fim, ocorreu a classificação dos termos identificados nas 12

²⁸ O endereço eletrônico do *Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin* é <https://thesaurus.asiana.net/vocab/index.php>

classes temáticas estabelecidas para o tesouro.

A fase responsável pela elaboração do tesouro realizou correções, estabeleceu relacionamentos entre os termos e criou notas de escopo. Segundo Chansanam *et al.* (2021) nesta fase os termos passaram por avaliação de dois profissionais de Organização do Conhecimento e três especialistas em antropologia e sociologia com experiência nos grupos étnicos da região. Após acatar as sugestões dos consultores os termos estavam aptos para serem adicionados ao sistema de gerenciamento de tesouro. Com a descrição da fase 1 e 2 foi possível identificar as fontes terminológicas e a equipe envolvida na iniciativa.

Na terceira fase foi desenvolvida a plataforma digital do tesouro utilizando o *software* TemaTres. A última fase avaliou a plataforma quanto a tradução, a consistência, a indicação dos relacionamentos e a recuperação no TemaTres.

Sobre a estrutura do *Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin* é importante destacar que contempla duas línguas, o tailandês e o inglês. Na versão consultada em 11 de outubro de 2022 estavam disponíveis 4704 termos distribuídos entre as categorias de línguas, organização social, trajes, obras de arte e entretenimento, nome dos grupos étnicos, demografia, história, costumes e rituais, dinâmica social, sistema econômico, modo de vida e religião e crenças. A estrutura do tesouro suporta dados abertos vinculados e *web services* (API).

5.5 DIVERSOS

Uma única iniciativa de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouro não pode ser relacionada nas categorias anteriores e será apresentada nesta subseção. A iniciativa é demonstrada no quadro 6.

Quadro 6 – Iniciativas diversas

Iniciativa	Tipo de sistema	Unidade de informação associada	Instituição vinculada	Local	Forma de identificação
Injured Workers Consultants Thesaurus	Tesouro	Biblioteca independente	Injured Workers Consultants	Canadá	Soglasnova e Hanson (2015)

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A publicação de Soglasnova e Hanson (2015) apresenta um estudo de caso

sobre o IWC *Thesaurus*²⁹ elaborado para a biblioteca de uma clínica de assistência jurídica comunitária sem fins lucrativos em Toronto, Canadá. Desde 1969 a *Injured Workers Consultants Community Legal Clinic* (IWC) fornece assistência jurídica gratuita para trabalhadores de baixa renda com pedidos de indenização por lesões ou doenças relacionadas ao trabalho. A biblioteca da IWC disponibiliza aos trabalhadores uma coleção de recursos de informação sobre compensação, direito administrativo, saúde e segurança ocupacional.

Soglasnova e Hanson (2015) relatam que durante a organização, automação e catalogação da coleção da biblioteca não identificaram nenhum tesouro apropriado para o contexto. A partir disso as duas autoras iniciaram a elaboração de um tesouro específico para a instituição. De acordo com Soglasnova e Hanson (2015), a base para a elaboração do IWC *Thesaurus* foi uma lista alfabética de termos de assuntos criada e compartilhada por um bibliotecário da *Ontario Workplace Tribunals Library*. As autoras complementaram a lista com referências cruzadas, notas de escopo e termos de outras fontes.

Ainda sobre a terminologia adotada, Soglasnova e Hanson (2015) reforçam que são valores sociais centrais da iniciativa reconhecer e combater preconceitos e estereótipos socioculturais inerentes a muitos termos, que estigmatizam o trabalhador acidentado e/ou carregam significados históricos e conotativos. E explicam que na prática adotar essa postura equivale a desafiar a garantia literária como um princípio de seleção de termos, já que pode resultar em dar legitimidade indesejada a um termo pejorativo encontrado na literatura jurídica, por exemplo.

Svetlana Soglasnova e Mary Hanson fazem parte da equipe de elaboração do tesouro. Svetlana Soglasnova era estudante da *Faculty of Information* da *University of Toronto* e atuou como voluntária. Já Mary Hanson atuava como bibliotecária da IWC. Contudo, as autoras ressaltam a cultura de colaboração e tomada de decisão participativa da IWC. Assim, mencionam a participação da assistente social da instituição na sistematização dos termos na estrutura do tesouro. O estudo de caso também relata que a avaliação do tesouro contou com entrevistas com os funcionários do IWC e aplicação de questionários para subsidiar a escolha de termos preferidos e associações entre os termos.

De acordo com Soglasnova e Hanson (2015), o IWC *Thesaurus* tem

²⁹ O IWC *Thesaurus* está disponível em: https://injuredworkersonline.org/wp-content/uploads/2022/02/IWC_CurrentThesaurus.pdf

aproximadamente 1.500 termos e destacam a importância das notas de escopo, considerando o público-alvo diverso da instituição. Para as autoras muitas pessoas da comunidade atendida não estão familiarizadas com os termos trabalhistas, médicos e jurídicos. Ainda sobre a interação com a comunidade, Soglasnova e Hanson (2015) mencionam a inclusão de um formulário para recebimento de sugestão de assuntos.

Apesar da existência do formulário para ouvir a comunidade atendida, Soglasnova e Hanson (2015) informam que o mecanismo é pouco utilizado. As mudanças do *IWC Thesaurus* partem das revisões gerais periódicas realizadas pela equipe, da acomodação de novos termos encontrados na literatura e sugestões feitas informalmente por funcionários. O *IWC Thesaurus* está atualmente disponível e a versão acessada tem data de atualização de 24 de fevereiro de 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral descrever as iniciativas de elaboração e manutenção de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros à luz da justiça social e equidade, tendo como subsídio a literatura sobre a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento. Para atingir esse objetivo, foram propostos três objetivos específicos: mapear as discussões científicas sobre listas de cabeçalhos de assunto e tesouros na dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento, apresentar essas discussões e evidenciar as iniciativas direcionadas à justiça social e equidade a partir da literatura disponível. Com a pesquisa, foi possível observar a importância da inclusão dessas questões na elaboração de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros, assim como identificar as principais iniciativas de elaboração e manutenção desses instrumentos voltados para a justiça social e equidade.

A aplicação da estratégia de busca formulada para mapear discussões científicas no âmbito da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento sobre listas de cabeçalhos de assunto e tesouros resultou na recuperação de 3.697 documentos. Após a aplicação dos critérios de exclusão/inclusão, 98 documentos foram aceitos para o conjunto final de dados. Considera-se que a alta porcentagem de documentos rejeitados se relaciona à abrangência da estratégia de busca formulada em relação aos termos e idiomas, que foi pensada para ser inclusiva e diversificada. A maioria dos documentos era composta por artigos (95), sendo dois anais de congressos e um livro. *Cataloging & Classification Quarterly* e *Knowledge Organization* foram os dois principais periódicos onde os artigos foram publicados, alinhando-se com o escopo da pesquisa. O período de abrangência iniciou-se em 1971 e encerrou-se em 2022, com um crescimento de estudos sobre o tema nos últimos dez anos. A maioria das publicações foi em inglês (93), sendo três em português e duas em espanhol. A base de dados especializada LISTA apresentou o maior número de documentos relevantes.

Os resultados do mapeamento das discussões científicas no âmbito da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento sobre listas de cabeçalhos de assunto e tesouros revelaram que a grande maioria das publicações está em inglês. Isso sugere que a produção científica sobre o tema está concentrada em países de língua inglesa, o que pode influenciar na circulação e visibilidade das pesquisas sobre o tema. Uma possível justificativa é o fato de que as bases de

dados internacionais mais relevantes para a Organização do Conhecimento estão, em sua maioria, em inglês, o que pode ter influenciado na seleção de artigos para o mapeamento. No entanto, é importante ressaltar que a inclusão de artigos em diferentes idiomas é importante para a diversidade de perspectivas e para a representatividade de diferentes regiões geográficas e culturais. Além disso, a análise das filiações institucionais mostrou que os pesquisadores dos Estados Unidos foram os mais envolvidos nas publicações, seguido pelo Canadá, indicando um forte interesse desses países em relação ao tema. Contudo, essa predominância de pesquisadores de países de língua inglesa pode influenciar tanto na produção quanto na disseminação do conhecimento sobre a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento.

Sobre a autoria dos artigos, Hope Olson e Melissa Adler se destacaram como as mais produtivas, apesar de terem sido mapeadas 137 autorias distintas. Isso pode ser explicado pelo fato de que essas autoras possuem uma trajetória consolidada abordando listas de cabeçalhos de assunto e tesouros no campo da Organização do Conhecimento e são reconhecidas como referência no assunto. Além disso, sugere-se que os demais autores tenham explorado menos a dimensão sociocultural nos cabeçalhos de assunto e tesouros em suas pesquisas, e não tenham incorporado essa temática em sua trajetória acadêmica e profissional.

Os resultados do mapeamento sugerem um crescente interesse pelo tema e a importância da inclusão de grupos marginalizados na discussão científica sobre o tema. A variedade de abordagens mapeadas através das categorias temáticas do mapeamento reforçam a importância de estratégias amplas de busca para garantir a diversidade de perspectivas. No geral, o estudo conseguiu mapear as discussões científicas relacionadas à dimensão sociocultural de cabeçalhos de assunto e tesouros à luz da justiça social e equidade.

A partir do *corpus* mapeado, foram identificadas discussões no âmbito da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento que abordaram questões relacionadas à representação de diferentes grupos sociais nos cabeçalhos de assunto e tesouros. Foram levantadas críticas à estrutura e terminologia utilizada em cabeçalhos de assunto e tesouros tradicionais por refletirem um histórico privilégio a uma perspectiva masculina, euro-americana, heterossexual, branca e cristã nesses sistemas.

A literatura mapeada na categoria abordagens amplas e múltiplas apontou

que cabeçalhos de assunto tradicionais e tesouros são lentos para identificar e modificar termos desatualizados e preconceituosos, estigmatizam identidades LGBTQIA+, promovem convenções coloniais e heteronormativas e perpetuam violência e apagamento simbólico. Adaptações locais foram recomendadas como forma de incorporar os nomes usados pelas pessoas para se referirem a si mesmas e incluir termos representativos da cultura local e de grupos sociais minoritários, com uma linguagem próxima ao contexto do usuário, integradora e democrática.

As discussões sobre equidade, ética, igualdade e justiça social na Organização do Conhecimento evidenciaram que a catalogação carrega um poder que afeta o acesso e a nomeação dos recursos de informação, exigindo decisões eticamente fundamentadas e comprometidas com a equidade e justiça social. Algumas recomendações foram propostas para lidar com os desvios em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros, como a identificação, avaliação e modificação de termos tendenciosos e a utilização de sistemas alternativos criados com e por grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento apresenta-se como uma área importante para a reflexão e ação em prol da equidade, ética, igualdade e justiça social em seus processos e sistemas.

As discussões contidas na subseção gênero evidenciam que diferentes pesquisas empíricas apontaram para limitações na representação das mulheres em sistemas tradicionais de organização do conhecimento, incluindo sistemas especializados. As críticas incluem o uso do masculino como universal, a associação das mulheres a papéis estereotipados, a falta de especificidade nos sistemas e a invisibilidade das perspectivas feministas. As recomendações incluem lidar com os desvios dos SOC a partir de teorias e perspectivas feministas, a criação de novos termos para aprimorar a representatividade e a contextualização local, parcial e temporária dos sistemas. Considera-se que tais descobertas apontam para a necessidade de considerar a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento na representação de gênero, buscando abordagens mais inclusivas e equitativas.

Na subseção sobre os povos indígenas, a literatura mapeada sobre a representação dos povos indígenas nos cabeçalhos de assunto e tesouros revelou que os sistemas existentes não levam em conta as perspectivas dos povos indígenas, são coloniais, geram a marginalização e deturpação do conhecimento

indígena. Além de apresentarem falta de especificidade e inconsistência na aplicação da garantia literária. Foram identificadas críticas a representação de contextos particulares e o principal sistema analisado foi o LCSH. As recomendações incluem a colaboração com comunidades indígenas para incorporar seus conhecimentos e terminologias e a consulta aos povos indígenas para permitir sua autorrepresentação, resultando em sistemas desenvolvidos localmente e especializados. Para a promoção de uma representação mais justa e equitativa, considera-se fundamental que a Organização do Conhecimento leve em conta as perspectivas e conhecimentos indígenas no desenvolvimento de seus sistemas.

As discussões da subseção *queer* no contexto da Organização do Conhecimento destacaram a falta de conexão entre a linguagem utilizada em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros e a comunidade discursiva LGBTQIA+. As omissões e lentidão para alterar a terminologia desatualizada e tendenciosa foram demonstradas, especialmente na representação de pessoas transgênero, da expressão *drag/drag queen/drag king* e da assexualidade. Além disso, a complexidade na representação dessas identidades foi evidenciada, com visões divergentes entre os autores sobre a universalização ou especificação na descrição dessas identidades.

No entanto, foi identificado certo consenso sobre a falta de uma abordagem única para abordar os desvios históricos na representação da comunidade LGBTQIA+. Dessa forma, as recomendações encontradas defenderam uma abordagem contextual, socialmente e culturalmente determinada, com soluções locais, condicionais e situacionais. Também foi ressaltada a importância da autonomia de representação da comunidade, por meio de práticas que incluam a autocategorização e autorrepresentação. A documentação das mudanças na linguagem dos cabeçalhos de assunto e tesouros ao longo do tempo e a utilização de dados vinculados para mitigar os desvios nesses sistemas também foram indicadas como boas práticas. Em resumo, a subseção *queer* evidencia a necessidade de um comprometimento ético com a justiça social e a equidade na Organização do Conhecimento, a fim de garantir a representação adequada e inclusiva da comunidade LGBTQIA+.

A subseção grupos étnicos e raciais revelou uma série de desafios e problemas na representação de diferentes grupos étnicos, raciais e nacionalidades nos sistemas de cabeçalhos de assunto e tesouros. A literatura mapeada evidenciou

desvios, tendenciosidades e falta de especificidade, além de lentidão em promover mudanças para mitigar esses problemas. Além disso, foram identificadas evidências de que esses sistemas não são imparciais e neutros, sendo suscetíveis a influências regionais, políticas, institucionais e religiosas.

As principais recomendações da categoria grupos étnicos e raciais incluíram o peticionamento para elaboração e manutenção de termos apropriados, o desenvolvimento de sistemas especializados e localmente relevantes. É necessário, portanto, que sejam realizados esforços para tornar esses sistemas mais precisos, atualizados e sensíveis às nuances culturais e sociais, a fim de evitar desvios e garantir uma representação mais justa e precisa dos diferentes grupos étnicos, raciais e nacionalidades.

A partir das discussões estabelecidas na dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento sobre listas de cabeçalhos de assunto e tesouros para a subseção diversos, é possível concluir que esses sistemas apresentam limitações na representação de recursos para crianças, na inclusão da linguagem utilizada pelos pacientes, no estigma histórico de pessoas com deficiência e nos desvios em relação à imigração. Os principais problemas sinalizados incluem a falta de especificidade dos sistemas, o desacordo da linguagem utilizada e a falta de sistemas especializados para o público em questão, histórico de reprodução de discursos eugenistas e pressão política e desvios institucionais em relação a imigração.

As recomendações propostas nesta subseção corroboram com as apresentadas anteriormente e incluem a elaboração e manutenção de termos, o envolvimento da comunidade usuária, das pessoas representadas e dos especialistas, e o desenvolvimento de sistemas locais. Em suma, as discussões destacam a importância de considerar aspectos culturais, políticos e sociais na Organização do Conhecimento, a fim de garantir a representatividade e inclusão de diversos grupos na elaboração dos SOC.

Durante as apresentações das discussões, foi recorrente a análise crítica de termos específicos pelos autores em sistemas tradicionais de cabeçalhos de assunto e tesouros, bem como críticas à lentidão em promover mudanças nos termos. A presente pesquisa revisitou algumas dessas críticas para verificar a implementação das correções. No caso do termo *primitive*, a recomendação da ALA foi publicada em 1984, porém, mais de uma dezena de cabeçalhos de assunto que utilizam o

termo ainda persistem na Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil em março de 2023. Isso mostra uma inércia na atualização e na revisão dos termos utilizados.

Em relação aos termos *drag/drag queen/drag*, apontado por Berman (1993) e analisado no cenário brasileiro por Pinho e Guimarães em 2012, poucas mudanças foram identificadas após 11 anos. A Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional ainda não utiliza os termos como linguagem preferida, utilizando Personificadores femininos e Personificadoras masculinas como equivalentes. O sistema do Senado Federal apenas listou *Drag queens* como termo não preferido sob o termo Travesti. Já no sistema da Universidade de São Paulo, o termo não foi localizado. Em relação ao LCSH, apenas em fevereiro de 2021, a LC adicionou *Drag kings* e *Drag queens* como cabeçalhos autorizados, após 28 anos desde a sugestão de inclusão de Berman (1993). Isso mostra uma falta de atualização em relação a termos que se referem à comunidade LGBTQIA+.

O caso do termo *Illegal aliens* também evidencia a lentidão na revisão dos termos utilizados. A descoberta do cabeçalho por uma estudante em 2014 gerou uma proposta de substituição, mas somente em novembro de 2021, a LC anunciou mudanças relacionadas ao termo com a criação de dois novos cabeçalhos: *Illegal immigration* e *Noncitizens*. Isso mostra a necessidade de ações mais rápidas em relação a termos desatualizados e que possuem conotações negativas ou ofensivas.

Em resumo, as discussões teóricas sobre o uso de termos desatualizados e ofensivos na Organização do Conhecimento são importantes para conscientizar e alertar sobre a necessidade de revisão dos termos utilizados. No entanto, como demonstrado pelos casos apresentados, a implementação dessas mudanças muitas vezes é lenta, perpetuando os desvios nos sistemas. É importante que as instituições responsáveis pela elaboração e manutenção desses sistemas sejam proativas na atualização e revisão de seus termos para garantir que eles sejam precisos, atuais e inclusivos. Nesse sentido, defende-se a incorporação de mecanismos institucionalizados para solicitação e acompanhamento da revisão dos termos e medidas que tornem públicas as mudanças implementadas e dos motivos que as justificaram. Acredita-se que essa medida pode melhorar a transparência e a responsabilização das instituições, permitindo que a sociedade tenha conhecimento das mudanças que estão sendo feitas para a promoção da inclusão e da diversidade nos SOC.

As discussões sobre a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento destacaram a importância de refletir sobre as questões de representação de diferentes grupos sociais nos cabeçalhos de assunto e tesouros. O texto apresentado evidenciou limitações nos sistemas existentes, recomendando a colaboração com as comunidades para promover uma representação mais justa e equitativa. O conjunto de recomendações identificadas na literatura aponta o caminho de mudanças implementadas localmente como forma de incorporar os nomes usados pelas pessoas para se referirem a si mesmas e incluir termos representativos da cultura local e de grupos sociais minoritários, utilizando uma linguagem próxima ao contexto do usuário, integradora e democrática. Em suma, a pesquisa alcançou o objetivo de oferecer um panorama das discussões sobre a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento em relação às listas de cabeçalhos de assunto e tesouros.

A partir do mapeamento realizado nesta pesquisa e da análise do *corpus* para apresentar as discussões sobre a dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento em relação às listas de cabeçalhos de assunto e tesouros, foi possível identificar iniciativas de elaboração e manutenção desses sistemas direcionados à justiça social e equidade. No total, 27 iniciativas foram identificadas e classificadas de acordo com sua cobertura, sendo todas de caráter especializado. As iniciativas foram categorizadas em gênero, indígenas, *queer*, grupos étnicos e raciais e diversos, com 8, 8, 5, 5 e 1 iniciativas, respectivamente.

Foram identificadas oito iniciativas de tesouros especializados na representação socialmente justa e equitativa de gênero, voltados para a representação das mulheres, dos estudos de gênero e da perspectiva feminista em diferentes línguas e países. Contudo, apenas dois tesouros estão disponíveis para acesso online: o espanhol *Tesouro "Mujer"* e o brasileiro *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres*. Os demais estão disponíveis apenas na forma impressa. A iniciativa brasileira foi publicada em 1998 e não sofreu atualizações, tampouco incorpora a interseccionalidade, incluindo perspectivas de mulheres negras, por exemplo. A última atualização identificada do tesouro espanhol foi em 2013, mas descobriu-se que ele inspirou a elaboração do *Tesouro de Género*, com a última atualização em janeiro de 2023. Embora tenha sido possível descrever o *The Dutch Women's Thesaurus* a partir de uma publicação mapeada de autoria de Drenthe (1993), não foi possível encontrar uma versão atualizada e online do tesouro.

Embora todas as iniciativas identificadas representem um avanço e tenham o potencial de contribuir para a representação socialmente justa e equitativa de gênero, a falta de acesso integral aos tesouros dificultou a descrição das iniciativas. Conclui-se que, apesar das iniciativas representarem uma mudança na representação das mulheres, pode ser difícil utilizá-los e encontrar versões atualizadas de alguns desses tesouros online. Além disso, o acesso limitado a esses recursos destaca a necessidade de mais esforços para torná-los amplamente acessíveis.

Foram apresentadas oito iniciativas de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouros especializados na representação de comunidades indígenas de uma forma culturalmente sensível. As iniciativas mencionadas abrangem desde o AIATSIS Thesaurus na Austrália até mudanças no LCSH relacionadas aos povos indígenas para uso na *Association of Manitoba Archives* no Canadá. A maioria das iniciativas identificadas e apresentadas visa melhorar a representação e a recuperação de informações sobre povos indígenas em contextos locais e refletem uma perspectiva indígena a partir das boas práticas apresentadas, que demonstraram a colaboração das comunidades representadas, conferindo uma garantia indígena aos sistemas desenvolvidos. Deste modo, considera-se que a representação dos recursos indígenas com sistemas indígenas é uma prática condizente com a equidade e justiça social.

O *AIATSIS Thesaurus* é uma das iniciativas mais reconhecidas e é aceito pela *Library of Congress*, *National Library of Australia* e outras instituições culturais. O *Mashantucket Pequot Thesaurus* e a iniciativa da *Xwi7xwa Library* da *University of British Columbia* também são exemplos notáveis. No geral, essas iniciativas mostram que há uma consciência crescente da necessidade de representar o conhecimento e as perspectivas indígenas na catalogação de recursos. Elas também demonstram a importância de envolver as comunidades indígenas no desenvolvimento de cabeçalhos de assuntos e tesouros que representem sua cultura e língua.

Foram identificadas cinco iniciativas de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouros especializados na representação *queer*, sendo que duas não puderam ser acessadas para descrição. Destacam-se a iniciativa do tesouro *Sexual Nomenclature* do *Kinsey Institute*, publicado nos Estados Unidos em 1976, o *Homosaurus*, que surgiu como um tesouro em 1997 e atualmente é

também um vocabulário internacional de dados vinculados de termos LGBTQ, e o sistema de cabeçalhos de assunto desenvolvido para a biblioteca LGBT2QIA+ *Out on the Shelves* no Canadá, em 2018. É possível perceber que os sistemas foram criados para atender contextos locais e tornar as coleções especializadas mais acessíveis por meio de um vocabulário mais inclusivo e preciso para a comunidade LGBTQIA+. No entanto, algumas iniciativas carecem de informações sobre como o processo de elaboração incluiu a comunidade atendida.

Para a subseção sobre grupos étnicos e raciais, foram identificadas cinco iniciativas para a elaboração e manutenção de cabeçalhos de assuntos e tesouros para representar raças, etnias ou nacionalidades específicas. Entre elas, o *Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin* é o mais recente e foi concebido para representar os grupos étnicos dos seis países da bacia do rio Mekong, no Sudeste Asiático. Essa foi a iniciativa que ofereceu mais detalhes do processo de elaboração, que envolveu a participação de especialistas em antropologia e sociologia com experiência nos grupos étnicos da região, sendo uma recomendação apontada de forma consistente nas discussões mapeadas. Embora existam outras iniciativas para representar grupos étnicos, como o *Thesaurus d'Études Africaines* e a *List of Arabic Subject Headings*, o acesso aos sistemas é limitado, pois eles estão disponíveis apenas por meio de assinaturas ou impressos. Assim como as iniciativas da subseção gênero, a falta de acesso aos sistemas é uma barreira para sua utilização e descrição nesta pesquisa.

Uma iniciativa única de elaboração e manutenção de cabeçalhos de assunto e tesouro foi identificada na subseção diversos. O sistema apresentado descreve a elaboração do *IWC Thesaurus* para uma clínica de assistência jurídica comunitária sem fins lucrativos para trabalhadores de baixa renda em Toronto, Canadá. O tesouro foi desenvolvido localmente de acordo com as especificidades da instituição e a equipe de elaboração contou com a colaboração da comunidade atendida na seleção de termos preferidos e na sugestão de novos assuntos. O *IWC Thesaurus* é atualizado periodicamente e está disponível online. Deste modo, a iniciativa do *IWC Thesaurus* incorpora boa parte das recomendações mapeadas e está direcionada a promover a equidade e justiça social em sua comunidade.

Essa pesquisa mapeou e relatou com sucesso iniciativas de elaboração e manutenção de listas de assuntos e tesouros voltados para a justiça social e a

equidade. Entre as iniciativas, aquelas direcionadas para as comunidades indígenas se destacam pela sensibilidade cultural e pelo envolvimento dessas comunidades na elaboração dos sistemas. No entanto, embora essas iniciativas representem uma mudança positiva na representação das comunidades marginalizadas, o acesso limitado a alguns desses sistemas é uma barreira para ampliar o alcance das iniciativas. Ainda assim, é notável a consciência crescente da importância de representar diversas perspectivas e promover a justiça social e a equidade por meio de sistemas de organização do conhecimento.

A partir das discussões e iniciativas mapeadas, é possível afirmar que a reorientação do trabalho da Organização do Conhecimento na direção dos princípios da justiça social e equidade sugerida por Watson (2021) foi confirmada. É relevante a presença de referências à equidade e/ou justiça social em uma quantidade significativa de discussões e iniciativas³⁰.

Além disso, as recomendações identificadas na pesquisa destacaram a importância da inclusão e participação das pessoas e grupos representados na elaboração de listas de cabeçalho de assunto e tesouros³¹, o que se relaciona diretamente com a ideia de justiça social, conforme destacado anteriormente por Corrêa e Tognoli (2022). É importante destacar iniciativas bem-sucedidas, como os cabeçalhos de assunto criados localmente na *Association of Manitoba Archives* e na *Iowa State University*, o *Māori Subject Headings*, *Mashantucket Pequot Thesaurus*, *AIATSIS Thesauri* e *IWC Thesaurus*, que promovem a participação da comunidade e a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, é fundamental que as práticas de Organização do Conhecimento continuem a evoluir para uma maior equidade e justiça social, para que seja possível garantir a representatividade e inclusão de todos.

Deste modo, advoga-se que promover a justiça social e a equidade através da representação temática realizada por cabeçalhos de assunto e tesouro perpassa

³⁰ As menções diretas à justiça social e equidade ocorreram em: Dick e Burger (1995), Bair (2005), Olson e Schlegl (2001), Adler e Tennis (2013), Bardenheier, Wilkinson e Dale (2015), Adler (2016), Adler e Harper (2018), Farnel *et al.* (2018), Moulaison-Sandy e Bossaller (2017), Dudley (2017), Watson (2020), Kumasi *et al.* (2020), McAuliffe (2021), Phelps (2021), McCulloch (2020) e Campbell *et al.* (2022).

³¹ Recomendações para a inclusão de termos mais diversos e representativos e o aumento da participação das pessoas e grupos representados foram feitas por autores como Berman (1993), Hudon (1997), Strottman (2007), Samuelsson (2010), Metoyer e Littletree (2015), Bone e Loughheed (2018), Farnel *et al.* (2018), Gomes e Frota (2019), Bullard, Dierking e Grundner (2020), Buente *et al.* (2020), Martin (2021) e outros.

por centralizar as necessidades de informação e os comportamentos de busca de informação daqueles que nossos sistemas desprivilegiaram (ou privaram de representação) por tanto tempo. Essa defesa encontra respaldo na abordagem discutida anteriormente por Barité e Rauch (2020), com a proposição de classificações positivamente tendenciosas em favor de setores sociais minoritários e relegados.

A pesquisa apresentada oferece uma visão crítica e construtiva sobre as práticas de Organização do Conhecimento, destacando a importância da dimensão sociocultural na representação dos diversos grupos e comunidades. As recomendações e iniciativas identificadas indicam um movimento em direção a uma abordagem mais justa e equitativa na elaboração e manutenção de listas de cabeçalho de assunto e tesouros, com ênfase na participação e envolvimento da comunidade. Em suma, os resultados da pesquisa oferecem contribuições para avançar e reformular as práticas na Organização do Conhecimento para uma maior representatividade e inclusão nos sistemas.

No sentido de apontar possíveis limitações desta pesquisa, destaca-se que, durante a etapa de análise dos documentos recuperados no mapeamento com aplicação dos critérios de exclusão/inclusão, foram rejeitadas 21 publicações por não estarem acessíveis em texto completo. Os artigos não puderam ser acessados porque não estavam disponíveis em acesso aberto ou no Portal Capes. Por isso, acredita-se que discussões importantes para os temas abordados na pesquisa possam ter sido deixadas de lado. Além disso, a falta de acesso integral a várias das listas de cabeçalhos de assunto e tesouros identificados na pesquisa pode ser considerada outra limitação, pois restringiu a compreensão das características dessas iniciativas.

Como proposta para trabalhos futuros, considera-se a necessidade de ampliar as análises críticas da representação de grupos sociais minoritários em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros no contexto brasileiro, identificando lacunas e propondo estratégias para uma representação mais justa e equitativa. O único trabalho mapeado com esse objetivo foi o de Pinho e Guimarães (2012). No entanto, a ausência de outras pesquisas registradas nas bases de dados internacionais usadas sugere que a projeção dos estudos desenvolvidos no Brasil nessa área pode estar limitada. Também é pertinente realizar estudos comparativos entre diferentes iniciativas de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros no Brasil e em outros

países, a fim de identificar as melhores práticas e implementá-las nas listas de cabeçalhos de assunto e tesouros brasileiras. Especialmente, é importante fazer comparações para identificar como os desvios identificados no LCSH influenciam os sistemas brasileiros que se baseiam nele. Por fim, sugere-se investigar o impacto de iniciativas de elaboração e atualização de listas de cabeçalhos de assunto e tesouros direcionados à justiça social e à equidade no acesso à informação para diferentes grupos sociais.

Além disso, é relevante destacar a necessidade do desenvolvimento de iniciativas brasileiras que possam representar a diversidade do país, inclusive com a colaboração das comunidades historicamente marginalizadas para aprimorar a representação de seus termos e conceitos em listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Isso se torna ainda mais importante considerando que a única iniciativa brasileira identificada foi o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres, editado em 1998 e que não recebeu atualizações desde então.

REFERÊNCIAS

ABBAS, J. Creating Metadata for Children's Resources: Issues, Research, and Current Developments. **Library Trends**, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 303–317, 2005.

ADLER, M. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 43, n. 8, p. 630–640, 2016.

ADLER, M. Transcending Library Catalogs: A Comparative Study of Controlled Terms in Library of Congress Subject Headings and User-Generated Tags in LibraryThing for Transgender Books. **Journal of Web Librarianship**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 309–331, 2009.

ADLER, M.; HARPER, L. M. Race and Ethnicity in Classification Systems: Teaching Knowledge Organization from a Social Justice Perspective. **Library Trends**, [Champaign], v. 67, n. 1, p. 52–73, 2018.

ADLER, M.; HUBER, J. T.; NIX, A. T. Stigmatizing Disability: Library Classifications and the Marking and Marginalization of Books about People with Disabilities. **Library Quarterly**, [s. l.], v. 87, n. 2, p. 117–135, 2017.

ADLER, M.; TENNIS, J. T. Toward a Taxonomy of Harm in Knowledge Organization Systems. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 40, n. 4, p. 266–272, 2013.

ARBOIT, A. E. É possível uma organização e representação do conhecimento sem partidos? **Revista P2P e INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 110-129, 2017.

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping Studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 19–32, 2005.

BAIR, S. Toward a Code of Ethics for Cataloging. **Technical Services Quarterly**, [New York], v. 23, n. 1, p. 13–26, 2005.

BARDENHEIER, P.; WILKINSON, E. H.; DALE, H. Ki te Tika te Hanga, Ka Pakari te Kete: With the Right Structure We Weave a Strong Basket. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 53, n. 5/6, p. 496–519, 2015.

BARITÉ, M. Sistemas de Organización del Conocimiento: una tipología actualizada.

Informação & Informação, Londrina, v. 16, n. 2, p. 122-139, 2011.

BARITÉ, Mario *et al.* **Diccionario de organización del conocimiento**: clasificación, indización, terminología. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2015. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/9028>. Acesso em: 24 set. 2022.

BARITÉ, Mario; RAUCH, Mirtha. Cultural Warrant: old and new sights from Knowledge Organization. In: LYKKE, Marianne *et al.* (Eds.). **Knowledge Organization at the Interface**: proceedings of the Sixteenth International ISKO Conference. Baden-Baden: Ergon-Verlag, 2020. p. 32-40.

BATES, J.; ROWLEY, J. Social reproduction and exclusion in subject indexing: A comparison of public library OPACs and LibraryThing folksonomy. **Journal of Documentation**, [Bingley], v. 67, n. 3, p. 431–448, 2011.

BARITÉ, Mario; RAUCH, Mirtha. Cultural Warrant: old and new sights from Knowledge Organization. In: LYKKE, Marianne *et al.* (Eds.). **Knowledge Organization at the Interface**: proceedings of the Sixteenth International ISKO Conference. Baden-Baden: Ergon-Verlag, 2020. p. 32-40.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science & Technology**, [New York], v. 56, n. 9, p. 903–912, 2005.

BERMAN, S. Follies & Deficiencies: LC's Cataloging of Children's Materials. **School Library Journal**, [s. l.], v. 22, n. 8, p. 50, 1976.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies**: a tract on LC subject heads concerning people. Jefferson, NC: McFarland, 1993. 211 p.

BISCALCHIN, Ricard; MOREIRA, Walter. Construção de vocabulários multilíngues: perspectivas culturais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 4, p. 47–67, 2020.

BISWAS, P. Rooted in the Past: Use of “East Indians” in Library of Congress Subject Headings. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 56, n. 1, p. 1–18, 2018.

BOCCATO, V. R. C.; BISCALCHIN, R. As dimensões culturais no contexto da

construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, [Medellín], v. 37, n. 3, p. 237–250, 2014.

BONE, C.; LOUGHEED, B. Library of Congress Subject Headings Related to Indigenous Peoples: Changing LCSH for Use in a Canadian Archival Context. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 56, n. 1, p. 83–95, 2018.

BROUGHTON, V. *et al.* Knowledge organization. *In*: KAJBERG, L., LORRING, L. (eds.). **European curriculum reflections on education in library and information science**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. Disponível em: <https://www.repository.unipr.it/bitstream/1889/1704/1/EUCLID%20European%20LIS%20curriculum.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BROUGHTON, Vanda. The respective roles of intellectual creativity and automation in representing diversity: human and machine generated bias. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 46, n. 8, p. 596-606, 2019.

BUCKLAND, M. Naming. *In*: BUCKLAND, M. **Information and society**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2017. p. 89-109.

BUENTE, W. *et al.* Exploring the renaissance of wayfinding and voyaging through the lens of knowledge representation, organization and discovery systems. **Journal of Documentation**, [Bingley], v. 76, n. 6, p. 1279–1293, 2020.

BULLARD, J.; DIERKING, A.; GRUNDNER, A. Centring LGBT2QIA+ Subjects in Knowledge Organization Systems. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 47, n. 5, p. 393–403, 2020.

CAMPBELL, G. Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 27, n. 3, p. 122–131, 2000.

CAMPBELL, H. M. *et al.* Improving Subject Headings for Iowa Indigenous Peoples. **Library Resources & Technical Services**, [s. l.], v. 66, n. 1, p. 48–59, 2022.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa Científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CHANSANAM, W. *et al.* A Digital Thesaurus of Ethnic Groups in the Mekong River Basin. **Informatics**, [s. l.], v. 8, n.3, 2021.

CHRISTENSEN, B. Minoritization vs. Universalization: Lesbianism and Male Homosexuality in LCSH and LCC. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 35, n. 4, p. 229–238, 2008.

CLACK, D. H. The adequacy of library of congress subject headings for black literature resources. **Library Resources & Technical Services**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 137–144, 1978.

CLACK, D. H.; HARRIS, J. L. M. Treatment of people and peoples in subject analysis. **Library Resources & Technical Services**, [Chicago], v. 23, n. 4, p. 374–390, 1979.

COLQUHOUN, Heather L. *et al.* Scoping Reviews: time for clarity in definition, methods, and reporting. **Journal of Clinical Epidemiology**, [s. l.], v. 67, n. 12, p. 1291–1294, 2014.

CORRÊA, Lucas Andrade Sá; TOGNOLI, Natália Bolfarini. A justiça social na organização do conhecimento. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; LAIPET, Rita do Carmo Ferreira (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

CUNHA, I. M. R. F. Documentação africanista: linguagem e ideologia. **Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, 1987.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 20, n. 4, p. 211–222, 1993.

DESROCHERS, N. Bilingual Conundrums: A Study of the Use of Subject Headings Pertaining to Québec as a Distinct Society. **Canadian Journal of Information & Library Sciences**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 1–23, 2013.

DIAO, J.; CAO, H. Chronology in Cataloging Chinese Archaeological Reports: An Investigation of Cultural Bias in the Library of Congress Classification. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 54, n. 4, p. 244–262, 2016.

DÍAZ-JATUF, Julio. Indizar la disidencia afectivo-sexual en bibliotecas. buenas prácticas en el tratamiento de la información para la comunidad GLTTIBQ (gay,

lésbicas, transexual, travesti, intersexual, bisexual, queer). In: **Encuentro Nacional de Catalogadores**, 8., 2021, Buenos Aires. Disponível em: https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/encuentroVIII/1LUNES/9_JATUFTEXT_O.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

DICK, A. L.; BURGER, M. Transforming subject access: Some critical issues for South African information professionals. **South African Journal of Library & Information Science**, [s. l.], v. 63, n. 2, p. 65, 1995.

DOYLE, A. M.; LAWSON, K.; DUPONT, S. Indigenization of Knowledge Organization at the Xwi7xwa Library. **Journal of Library & Information Studies**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 107–134, 2015.

DRABINSKI, E. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. **Library Quarterly**, [s. l.], v. 83, n. 2, p. 94–111, 2013.

DRENTHE, Gusta. The Dutch women's thesaurus: A tool for cooperation between women's collections in the Netherlands and Belgium. **Women's Studies International Forum**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 437-444, 1993.

DRUCKER, D. J. How Subjects Matter: The Kinsey Institute's Sexual Nomenclature: A Thesaurus (1976). **Information & Culture**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 207–228, 2017.

DUARTE, M. E.; BELARDE-LEWIS, M. Imagining: Creating Spaces for Indigenous Ontologies. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 53, n. 5/6, p. 677–702, 2015.

DUDLEY, Michael Q. A library matter of genocide: the Library of Congress and the historiography of the Native American holocaust. **International Indigenous Policy Journal**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2017.

EDGE, S. J. A Subject “Queer”-y: A Literature Review on Subject Access to LGBTIQ Materials. **Serials Librarian**, [s. l.], v. 75, n. 1–4, p. 81–90, 2018.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. G. Las “primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica”. **Scire**, Saragoça, v. 1, n. 1, p. 149-157, enero/jun., 1995.

EVANGELISTA, I. V.; BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. Uma análise do discurso da dimensão cultural da ISKO. **Informação & Sociedade: Estudos**, João

Pessoa, v. 28, n. 2, 2018.

FARNEL, Sharon *et al.* Rethinking Representation. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, v. 2, n. 3, p. 9-25, 2018.

FISCHER, K. S. Critical Views of LCSH, 1990-2001: The Third Bibliographic Essay. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 41, n. 1, p. 63–109, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOX, M. J. “Priorities of Arrangement” or a “Hierarchy of Oppressions?": Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 43, n. 5, p. 373–383, 2016.

FURNER, J. Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. In: RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E. (Eds.). **Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age**: proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018. p. 468-474.

FOX, M. J. “Priorities of Arrangement” or a “Hierarchy of Oppressions?": Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 43, n. 5, p. 373–383, 2016.

GERHARD, K. H.; SU, M. C.; RUBENS, C. C. An empirical examination of subject headings for Women’s Studies core materials. **College & Research Libraries**, [Chicago], v. 59, n. 2, p. 130, 1998.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHADDAR, J.; CAIDI, N. Indigenous Knowledge in a post-apology era: steps toward healing and bridge building. **Bulletin of the Association for Information Science & Technology**, [Leesburg], v. 40, n. 5, p. 41–45, 2014.

GILLEY, J. Women’s Studies Information-Seeking: A State of the Union Address. **NWSA Journal**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 220–229, 2007.

GITSETAN, Darrin. Subjects of concern: selected examples illustrating problems

affecting information retrieval on Iran and related subjects using LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 20, n. 3, p. 43-55, 1995.

GOMES, P.; FROTA, M. G da C. Knowledge Organization from a Social Perspective: Thesauri and the Commitment to Cultural Diversity. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 46, n. 8, p. 639–646, 2019.

GOSART, U. Indigenous librarianship: Theory, practices, and means of social action. **IFLA Journal**, [London], v. 47, n. 3, p. 293–304, 2021.

HAJIBAYOVA, L.; BUENTE, W. Representation of indigenous cultures: considering the Hawaiian hula. **Journal of Documentation**, [Bingley], v. 73, n. 6, p. 1137–1148, 2017.

HANDIS, M. W. Greek Subject and Name Authorities, and the Library of Congress. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 58, n. 2, p. 107–126, 2020.

HANKINS, R. Uncovering Black Feminist Writers 1963-90. **Reference & User Services Quarterly**, [Chicago], v. 48, n. 3, p. 270–286, 2009.

HARDESTY, J. L.; NOLAN, A. Mitigating Bias in Metadata: A Use Case Using Homosaurus Linked Data. **Information Technology & Libraries**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 1–14, 2021.

HANKINS, R. Uncovering Black Feminist Writers 1963-90. **Reference & User Services Quarterly**, [Chicago], v. 48, n. 3, p. 270–286, 2009.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authority files**. Washington: The Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: <https://www.clir.org/wp-content/uploads/sites/6/pub91.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

HOLLOWAY, S. W. LCSH in the Southern Levant. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 56, n. 7, p. 571–591, 2018.

HOWARD, S. A.; KNOWLTON, S. A. Browsing through Bias: The Library of Congress Classification and Subject Headings for African American Studies and LGBTQIA Studies. **Library Trends**, [Champaign], v. 67, n. 1, p. 74–88, 2018.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 24, n. 2, p. 84–91, 1997.

IFLA. **Acesso e oportunidade para todos**: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. Repositório - FEBAB, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>. Acesso em: 3 de março de 2023.

JACOBS, C. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. **Indexer**, [London], v. 25, n. 3, p. 161–166, 2007.

JOHNSON, M. Transgender Subject Access: History and Current Practice. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 48, n. 8, p. 661–683, 2010.

KAM, D. V. Subject headings for aboriginals: the power of naming. **Art Documentation: Bulletin of the Art Libraries Society of North America**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 18–22, 2007.

KHURSHID, Z. Arabic Script Materials: Cataloging Issues and Problems. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 34, n. 4, p. 67, 2002.

KNOWLTON, S. A. Three Decades Since Prejudices and Antipathies: A Study of Changes in the Library of Congress Subject Headings. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 40, n. 2, p. 123–145, 2005.

KOFORD, A. How Disability Studies Scholars Interact with Subject Headings. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 52, n. 4, p. 388–411, 2014.

KUMASI, Kafi D. et al. A Preliminary Study Interrogating the Cataloging and Classification Schemes of a K-12 Book Discovery Platform through a Critical Race Theory Lens. **Open Information Science**, v. 4, n. 1, p. 106-121, 2020.

LACEY, E. Aliens in the Library: The Classification of Migration. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 45, n. 5, p. 358–379, 2018.

LEE, D. Indigenous Knowledge Organization: a study of concepts, terminology, structure and (mostly) indigenous voices. **Partnership: The Canadian Journal of Library & Information Practice & Research**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1–33, 2011.

LEE, T.; DUPONT, S.; BULLARD, J. Comparing the Cataloguing of Indigenous scholarships: first steps and findings. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 48, n. 4, p. 298–306, 2021.

LILLEY, S. C. Ka Pō, Ka Ao, Ka Awatea: The Interface between Epistemology and Māori Subject Headings. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 53, n. 5/6, p. 479–495, 2015.

LO, G. “Aliens” vs. Catalogers: bias in the Library of Congress Subject Heading. **Legal Reference Services Quarterly**, [Binghamton], v. 38, n. 4, p. 170–196, 2019.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; RAMÍREZ, I. de T. Gender Terminology and Indexing Systems: The Case of Woman’s Body, Image and Visualization. **Libri: International Journal of Libraries & Information Services**, [Berlin], v. 57, n. 1, p. 34–44, 2007.

MAI, J.-E. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 40, n. 4, p. 242–253, 2013.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

MARTIN, J. M. Records, Responsibility, and Power: an overview of cataloging ethics. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 59, n. 2/3, p. 281–304, 2021.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; BUDD, J. M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. **Journal of Documentation**, [Bingley], v. 73, n. 4, p. 700–715, 2017.

MAZZOCCHI, F. Knowledge Organization System (KOS): an introductory critical account. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 45, n. 1, p. 54–78, 2018.

MCAULIFFE, B. Queer Identities, Queer Content and Library Classification: Is “Queering the Catalogue” the Answer? **Journal of the Australian Library & Information Association**, [s. l.], v. 70, n. 2, p. 213–219, 2021.

MCCULLOCH, A. Recognising Critical Librarianship. **inCite**, [s. l.], v. 41, n. 1/2, p. 24, 2020.

MCDONALD, Claire. Call Us by Our Name (s): Shifting Representations of the Transgender Community in Classificatory Practice. In: **Knowledge Organization at the Interface**. Ergon-Verlag, 2020. p. 284-292.

MCKENNON, E. Importing Hegemony: Library Information Systems and U.S. Hegemony in Canada and Latin America. **Radical History Review**, [Durham], n. 95, p. 45–69, 2006.

MCTAVISH, J. R.; NEAL, D. R.; WATHEN, C. N. Is what you see what you get? Medical Subject Headings and their organizing work in the violence against women research literature. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 38, n. 5, p. 381–397, 2011.

MEHRA, Bharat; RIOUX, Kevin S.; ALBRIGHT, Kendra S. Social justice in library and information science. In: MCDONALD, John D.; LEVINE-CLARK, Michael (Eds.). **Encyclopedia of library and information sciences**. 4th ed. Boca Raton: CRC Press, 2018. p. 4218-4234.

MENESES TELLO, Felipe. La carga ideológica en los instrumentos para la organización bibliográfica. **Revista General de Información y Documentación**, [Madrid], v. 23, n. 1, p. 97-131, 2013.

METOYER, C. A.; LITTLETREE, S. Knowledge Organization from an Indigenous Perspective: The Mashantucket Pequot Thesaurus of American Indian Terminology Project. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 53, n. 5/6, p. 640–657, 2015.

MONTEBELO, Renan *et al.* SRAT (Systematic Review Automatic Tool) - uma ferramenta computacional de apoio à revisão sistemática. In: **ESELAW - Experimental Software Engineering Latin American Workshop**, v. 1, p. 13-22, 2007.

MOREIRA, Walter. **Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos**. 2018. 164 f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190878>. Acesso em: 08 fev 2023.

MOULAISON-SANDY, H.; BOSSALLER, J. Providing Cognitively Just Subject Access to Indigenous Knowledge through Knowledge Organization Systems. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 55, n. 3, p. 129–152, 2017.

MUNN, Zachary *et al.* Systematic Review or Scoping Review? guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Medical Research Methodology**, [s. l.], v. 18, n. 1, 2018.

MURPHY, D. Knowledge Organization Systems and Information Ethics for Visual Resources. **Visual Resources Association Bulletin**, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 1–13, 2020.

MUSTAFA EL HADI, W. Cultural Frames of Ethics, a challenge for information and Knowledge Organization. **Zagadnienia Informatyki Naukowej**, [Varsóvia], v. 114, n. 2, p. 23–39, 2019.

NAUMIS, C. Subject Indexing Trends in Libraries of the National Autonomous University of Mexico (UNAM). **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 51, n. 5, p. 491–509, 2013.

NAUN, Chew Chiat. Objectivity and Subject Access in the Print Library. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 43, n. 2, p. 83–95, 2006.

NYITRAY, K. J.; REIJERKERK, D. Searching for Paumanok: a study of Library of Congress Authorities and Classifications for Indigenous Long Island, New York. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 59, n. 5, p. 409–441, 2021.

OLSON, H. A. Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 29, n. 1/2, p. 53–71, 2000.

OLSON, H. A. How We Construct Subjects: a feminist Analysis. **Library Trends**, [Champaign], v. 56, n. 2, p. 509–541, 2007.

OLSON, H. A. Patriarchal Structures of Subject Access and Subversive Techniques for Change. **Canadian Journal of Information & Library Sciences**, [Ontario], v. 26, n. 2/3, p. 1, 2001.

OLSON, H. A.; SCHLEGL, R. Standardization, Objectivity, and User Focus: A Meta-Analysis of Subject Access Critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 32, n. 2, p. 61, 2001.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Springer, 2002.

OLSRUD, L.; TELLMAN, J. C. Difficulties of subject access for information about minority groups. **Acquisitions Librarian**, [s. l.], n. 9–10, p. 47–60, 1993.

PARÉ, Guy *et al.* Synthesizing Information Systems Knowledge: a typology of literature reviews. **Information & Management**, [Amsterdã], v. 52, n. 2, p. 183–199, 2015.

PHELPS, S. F. Assessing a Consortium for a Multidisciplinary Subject. **Collection Management**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 35–56, 2021.

PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. Male Homosexuality in Brazilian Indexing Languages: Some Ethical Questions. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 39, n. 5, p. 363–369, 2012.

PINHO, F. A.; MILANI, S. O. Organização do Conhecimento Crítica: reflexões sobre representação e homossexualidade. *In*: AMORIN, I; SALES, R. **Ensaio em Organização do Conhecimento**. Florianópolis: UDESC, 2021, p. 187-210.

PROENÇA JÚNIOR, D.; SILVA, D. R. Contexto e processo do mapeamento sistemático da literatura no trajeto da pós-graduação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 233-240, 2016.

RAGALLER, I.; RAFFERTY, P. Biases in the classification of Welsh art material: Dispersion, dilettantism and depreciation. **Aslib Proceedings**, [s. l.], v. 64, n. 3, p. 262–273, 2012.

REPORT of the SAC Ad-Hoc Subcommittee on concepts denoted by the term "Primitive". **Technical Services Quarterly**, [New York], v. 2, n. 1-2, p. 121-153, 1985.

ROGERS, M. N. Are we on equal terms yet? Subject headings concerning women in LCSH, 1975-1991. **Library Resources & Technical Services**, [Chicago], v. 37, n. 2, p. 181–196, 1993.

RUMRILL, Phillip D.; FITZGERALD, Shawn M.; MERCHANT, William R. Using Scoping Literature Reviews as a Means of Understanding and Interpreting Existing Literature. **Work**, v. 35, n. 3, p. 399-404, 2010.

SAMUELSSON, J. Knowledge Organization for feminism and feminist research: a discourse oriented study of systematic outlines, logical structure, semantics and the process of indexing. **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 37, n. 1, p. 3–28, 2010.

SHUBERT, S. B. Critical views of LCSH--ten years later: a bibliographic essay. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 15, n. 2, p. 37–98, 1992.

SMITH, C. A. Consumer language, patient language, and thesauri: a review of the literature. **Journal of the Medical Library Association**, [s. l.], v. 99, n. 2, p. 135–144, 2011.

SOGLASNOVA, L.; HANSON, M. Socially Responsive Design and Evaluation of a Workers' Compensation Thesaurus for a Community Organization with Selective Application of Cognitive Work Analysis: A Case Study. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 53, n. 8, p. 905–926, 2015.

STROTTMAN, T. A. Some of Our Fifty are Missing: Library of Congress Subject Headings for Southwestern Cultures and History. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 45, n. 2, p. 41, 2007.

TODARO, A. J.; MARÍA MARTINEZ, A. La mujer en una lista de encabezamientos de materia en español. **Investigación Bibliotecológica**, [Ciudad de México], v. 20, n. 41, p. 195–206, 2006.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. Os desafios para a formação e o desenvolvimento profissional na Organização do Conhecimento à luz da agenda 2030. In: SILVA, Carlos Guardado da; REVEZ, Jorge; CORUJO, Luís (Eds.). **Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: desenvolvimento sustentável e saúde: atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2021.

VAUGHAN, Crystal. The language of cataloguing: deconstructing and decolonizing systems of organization in libraries. **Dalhousie Journal of Interdisciplinary Management**, [Nova Escócia], v. 14, p. 3-15, 2018.

VITAL, L. P.; HERNANDEZ, B. F.; SANTOS, A. D. Análise de conteúdo da produção científica da organização do conhecimento em sua dimensão política e social no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 1-27, 2019.

WALSH, G. "Can We Get There from Here?" Negotiating the Washouts, Cave-Ins, Dead Ends, and Other Hazards on the Road to Research on Africa. **Reference Librarian**, [s. l.], v. 42, n. 87/88, p. 5–96, 2004.

WATSON, B. M. "There was Sex but no Sexuality*:" Critical Cataloging and the Classification of Asexuality in LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 58, n. 6, p. 547–565, 2020.

WATSON, B. M. Advancing Equitable Cataloging. *In: NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE ORGANIZATION*, 8., 2021. **Proceedings [...]**. Washington: University of Washington, 2021. Disponível em: <https://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/15887>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ZENG, M.L. Knowledge Organization Systems (KOS). **Knowledge Organization**, [Frankfurt], v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008.

ZHOU, L. Characteristics of Material Organization and Classification in the Kinsey Institute Library. **Cataloging & Classification Quarterly**, [Philadelphia], v. 35, n. 3/4, p. 335, 2003.

APÊNDICE A – STRING DE BUSCA NA BASE DE DADOS SCOPUS

TITLE-ABS-KEY ({subject access} OR {subject analysis} OR {subject headings} OR {subject catalog} OR "indexing language*" OR {documentary language} OR {knowledge organization} OR {information organization} OR {knowledge representation} OR {subject representation} OR {knowledge organization systems} OR thesaur* OR {vocabulary control} OR {controlled vocabulary} OR {analise de assunto} OR "cabeçalho* de assunto" OR {catalogação de assunto} OR "language* de indexação" OR "language* documentaria*" OR {organização do conhecimento} OR {organização da informação} OR {representação da informação} OR {representação do conhecimento} OR {representação de assunto} OR {representação tematica} OR {sistemas de organização do conhecimento} OR tesouro* OR {tratamento temático da informação} OR "vocabulario* controlado*" OR {acceso tematico} OR {analysis de temas} OR {encabezamientos de materia} OR {catalogacion por materias} OR {catalogo por materias} OR "lenguaje* de indizacion" OR "lenguaje* documentario*" OR {organizacion del conocimiento} OR {organizacion bibliografica} OR {organizacion de la informacion} OR {representacion de la informacion} OR {representacion del conocimiento} OR {representacion tematica} OR {sistemas de organizacion del conocimiento} OR {control de vocabulario} OR {descriptores tematicos} OR "lenguaje* controlado*" OR {terminos tematicos}) AND (TITLE-ABS-KEY (identit* OR homosexuali* OR {social dimension} OR {cultural dimension} OR ethic* OR {cultural diversity} OR {social justice} OR children OR bias* OR prejudice OR glbt OR queer OR bisexual OR transgen* OR {trans people} OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR {cultural competency} OR {cultural warrant} OR poverty OR poor OR {native people} OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR {dimensão social} OR {dimensão politica e social} OR {dimensão cultural} OR sociocultura* OR etic* OR "diversidad* cultural" OR {justiça social} OR criança* OR desvio* OR discrimina* OR preconceito* OR marginaliza* OR exclus* OR lgbt OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR *sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR racial OR acessibili* OR deficiencia* OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR {garantia cultural} OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR {povos originarios} OR aborig* OR {dimension social} OR {dimension cultural} OR {dimension politica y social} OR {justicia social} OR niño* OR sesgo* OR perjuicio OR margina* OR gltt OR lgtb OR {personas trans} OR lesbiana OR raza OR accesibilidad* OR discapacidad* OR mujer* OR {pueblos originarios})) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOC") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "ARTS") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "MULT") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "Undefined"))

Executada em 31/03/22

APÊNDICE B – STRING DE BUSCA NA BASE DE DADOS WOS

“subject access” OR “subject analysis” OR “subject headings” OR “subject catalog” OR “indexing language” OR “documentary language” OR “knowledge organization” OR “information organization” OR “knowledge representation” OR “subject representation” OR “knowledge organization systems” OR thesaur* OR “vocabulary control” OR “controlled vocabulary” OR “analise de assunto” OR “cabeçalho* de assunto” OR “catalogação de assunto” OR “language* de indexação” OR “language* documentaria*” OR “organização do conhecimento” OR “organização da informação” OR “representação da informação” OR “representação do conhecimento” OR “representação de assunto” OR “representação tematica” OR “sistemas de organização do conhecimento” OR tesouro OR “tratamento temático da informação” OR “vocabulario* controlado*” OR “acceso tematico” OR “analisis de temas” OR “encabezamientos de materia” OR “catalogacion por materias” OR “catalogo por materias” OR “lenguaje* de indizacion” OR “lenguaje documentario” OR “organizacion del conocimiento” OR “organizacion bibliografica” OR “organizacion de la informacion” OR “representacion de la informacion” OR “representacion del conocimiento” OR “representacion tematica” OR “sistemas de organizacion del conocimiento” OR “control de vocabulario” OR “descriptores tematicos” OR “lenguaje controlado” OR “terminos tematicos” (Tópico) OR “subject access” OR “subject analysis” OR “subject headings” OR “subject catalog” OR “indexing language” OR “documentary language” OR “knowledge organization” OR “information organization” OR “knowledge representation” OR “subject representation” OR “knowledge organization systems” OR thesaur* OR “vocabulary control” OR “controlled vocabulary” OR “analise de assunto” OR “cabeçalho* de assunto” OR “catalogação de assunto” OR “language* de indexação” OR “language* documentaria*” OR “organização do conhecimento” OR “organização da informação” OR “representação da informação” OR “representação do conhecimento” OR “representação de assunto” OR “representação tematica” OR “sistemas de organização do conhecimento” OR tesouro OR “tratamento temático da informação” OR “vocabulario* controlado*” OR “acceso tematico” OR “analisis de temas” OR “encabezamientos de materia” OR “catalogacion por materias” OR “catalogo por materias” OR “lenguaje* de indizacion” OR “lenguaje documentario” OR “organizacion del conocimiento” OR “organizacion bibliografica” OR “organizacion de la informacion” OR “representacion de la informacion” OR “representacion del conocimiento” OR “representacion tematica” OR “sistemas de organizacion del conocimiento” OR “control de vocabulario” OR “descriptores tematicos” OR “lenguaje controlado” OR “terminos tematicos” (Título) AND identit* OR homosexuali* OR “social dimension” OR “cultural dimension” OR ethic* OR “cultural diversity” OR “social justice” OR children OR bias* OR prejudice OR GLBT OR queer OR bisexual OR transgen* OR “trans people” OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR “cultural competency” OR “cultural warrant” OR poverty OR poor OR “native people” OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR “dimensão social” OR “dimensão politica e social” OR “dimensão cultural” OR sociocultural* OR etic* OR “diversidad* cultural” OR “justiça social” OR criança OR desvio OR discrimina* OR preconceito OR marginaliza* OR exclus* OR LGBT OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR racial OR acessibili* OR deficiencia OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR “garantia cultural” OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR “povos originarios”

OR aborig* OR "dimension social" OR "dimension cultural" OR "dimension politica y social" OR "justicia social" OR niño OR sesgo OR perjuicio OR margina* OR GLTT OR LGTB OR "personas trans" OR lesbiana OR raza OR accesibilidad OR discapacidad OR mujer OR "pueblos originarios" (Tópico) or identit* OR homosexuali* OR "social dimension" OR "cultural dimension" OR ethic* OR "cultural diversity" OR "social justice" OR children OR bias* OR prejudice OR GLBT OR queer OR bisexual OR transgen* OR "trans people" OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR "cultural competency" OR "cultural warrant" OR poverty OR poor OR "native people" OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR "dimensão social" OR "dimensão politica e social" OR "dimensão cultural" OR sociocultural* OR etic* OR "diversidad* cultural" OR "justiça social" OR criança OR desvio OR discrimina* OR preconceito OR marginaliza* OR exclus* OR LGBT OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR racial OR acessibili* OR deficiencia OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR "garantia cultural" OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR "povos originarios" OR aborig* OR "dimension social" OR "dimension cultural" OR "dimension politica y social" OR "justicia social" OR niño OR sesgo OR perjuicio OR margina* OR GLTT OR LGTB OR "personas trans" OR lesbiana OR raza OR accesibilidad OR discapacidad OR mujer OR "pueblos originarios" (Título)

Executada em 04/04/22

APÊNDICE C – STRING DE BUSCA NA BASE DE DADOS LISTA

((TI identit* OR homosexuali* OR “social dimension” OR “cultural dimension” OR ethic* OR “cultural diversity” OR “social justice” OR children OR bias* OR prejudice OR GLBT OR queer OR bisexual OR transgen* OR “trans people” OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR “cultural competency” OR “cultural warrant” OR poverty OR poor OR “native people” OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR “dimensão social” OR “dimensão política e social” OR “dimensão cultural” OR sociocultural* OR etic* OR “diversidad* cultural” OR “justiça social” OR criança OR desvio OR discrimina* OR preconceito OR marginaliza* OR exclus* OR LGBT OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR racial OR acessibili* OR deficiencia OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR “garantia cultural” OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR “povos originarios” OR aborig* OR “dimension social” OR “dimension cultural” OR “dimension politica y social” OR “justicia social” OR nino OR sesgo OR perjuicio OR margina* OR GLTT OR LGTB OR “personas trans” OR lesbiana OR raza OR accesibilidad OR discapacidad OR mujer* OR “pueblos originarios” OR SU identit* OR homosexuali* OR “social dimension” OR “cultural dimension” OR ethic* OR “cultural diversity” OR “social justice” OR children OR bias* OR prejudice OR GLBT OR queer OR bisexual OR transgen* OR “trans people” OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR “cultural competency” OR “cultural warrant” OR poverty OR poor OR “native people” OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR “dimensão social” OR “dimensão política e social” OR “dimensão cultural” OR sociocultural* OR etic* OR “diversidad* cultural” OR “justiça social” OR criança OR desvio OR discrimina* OR preconceito OR marginaliza* OR exclus* OR LGBT OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR racial OR acessibili* OR deficiencia OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR “garantia cultural” OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR “povos originarios” OR aborig* OR “dimension social” OR “dimension cultural” OR “dimension politica y social” OR “justicia social” OR nino OR sesgo OR perjuicio OR margina* OR GLTT OR LGTB OR “personas trans” OR lesbiana OR raza OR accesibilidad OR discapacidad OR mujer* OR “pueblos originarios” OR AB identit* OR homosexuali* OR “social dimension” OR “cultural dimension” OR ethic* OR “cultural diversity” OR “social justice” OR children OR bias* OR prejudice OR GLBT OR queer OR bisexual OR transgen* OR “trans people” OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR “cultural competency” OR “cultural warrant” OR poverty OR poor OR “native people” OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR “dimensão social” OR “dimensão política e social” OR “dimensão cultural” OR sociocultural* OR etic* OR “diversidad* cultural” OR “justiça social” OR criança OR desvio OR discrimina* OR preconceito OR marginaliza* OR exclus* OR LGBT OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR

racial OR acessibili* OR deficiencia OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR "garantia cultural" OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR "povos originarios" OR aborig* OR "dimension social" OR "dimension cultural" OR "dimension politica y social" OR "justicia social" OR nino OR sesgo OR perjuicio OR margina* OR GLTT OR LGTB OR "personas trans" OR lesbiana OR raza OR accesibilidad OR discapacidad OR mujer* OR "pueblos originarios" OR KW identit* OR homosexuali* OR "social dimension" OR "cultural dimension" OR ethic* OR "cultural diversity" OR "social justice" OR children OR bias* OR prejudice OR GLBT OR queer OR bisexual OR transgen* OR "trans people" OR gay OR lesbian OR gender OR ethni* OR race OR disabilit* OR women OR "cultural competency" OR "cultural warrant" OR poverty OR poor OR "native people" OR religi* OR identidad* OR ideolog* OR homossexualidade OR "dimensão social" OR "dimensão politica e social" OR "dimensão cultural" OR sociocultural* OR etic* OR "diversidad* cultural" OR "justiça social" OR criança OR desvio OR discrimina* OR preconceito OR marginaliza* OR exclus* OR LGBT OR lesbica OR bissexual OR transexua* OR genero OR sexuali* OR minori* OR etni* OR racism* OR raça OR racial OR acessibili* OR deficiencia OR inclus* OR femini* OR mulher* OR multicultural* OR "garantia cultural" OR descoloniza* OR decoloni* OR pobre* OR indigen* OR indio OR "povos originarios" OR aborig* OR "dimension social" OR "dimension cultural" OR "dimension politica y social" OR "justicia social" OR nino OR sesgo OR perjuicio OR margina* OR GLTT OR LGTB OR "personas trans" OR lesbiana OR raza OR accesibilidad OR discapacidad OR mujer* OR "pueblos originarios") AND (S1 AND S2)

Executada em 31/03/2022

APÊNDICE D – STRING DE BUSCA NA BASE DE DADOS ISTA

TI (“subject access” OR “subject analysis” OR “subject headings” OR “subject catalog” OR “indexing language” OR “documentary language” OR “knowledge organization” OR “information organization” OR “knowledge representation” OR “subject representation” OR “knowledge organization systems” OR thesaur* OR “vocabulary control” OR “controlled vocabulary” OR “analise de assunto” OR “cabecalho* de assunto” OR “catalogacao de assunto” OR “language* de indexacao” OR “language* documentaria*” OR “organizacao do conhecimento” OR “organizacao da informacao” OR “representacao da informacao” OR “representacao do conhecimento” OR “representacao de assunto” OR “representacao tematica” OR “sistemas de organizacao do conhecimento” OR tesouro OR “tratamento tematico da informacao” OR “vocabulario* controlado*” OR “acceso tematico” OR “analisis de temas” OR “encabezamientos de materia” OR “catalogacion por materias” OR “catalogo por materias” OR “lenguaje* de indizacion” OR “lenguaje documentario” OR “organizacion del conocimiento” OR “organizacion bibliografica” OR “organizacion de la informacion” OR “representacion de la informacion” OR “representacion del conocimiento” OR “representacion tematica” OR “sistemas de organizacion del conocimiento” OR “control de vocabulario” OR “descriptores tematicos” OR “lenguaje controlado” OR “terminos tematicos”) OR SU (“subject access” OR “subject analysis” OR “subject headings” OR “subject catalog” OR “indexing language” OR “documentary language” OR “knowledge organization” OR “information organization” OR “knowledge representation” OR “subject representation” OR “knowledge organization systems” OR thesaur* OR “vocabulary control” OR “controlled vocabulary” OR “analise de assunto” OR “cabecalho* de assunto” OR “catalogacao de assunto” OR “language* de indexacao” OR “language* documentaria*” OR “organizacao do conhecimento” OR “organizacao da informacao” OR “representacao da informacao” OR “representacao do conhecimento” OR “representacao de assunto” OR “representacao tematica” OR “sistemas de organizacao do conhecimento” OR tesouro OR “tratamento tematico da informacao” OR “vocabulario* controlado*” OR “acceso tematico” OR “analisis de temas” OR “encabezamientos de materia” OR “catalogacion por materias” OR “catalogo por materias” OR “lenguaje* de indizacion” OR “lenguaje documentario” OR “organizacion del conocimiento” OR “organizacion bibliografica” OR “organizacion de la informacion” OR “representacion de la informacion” OR “representacion del conocimiento” OR “representacion tematica” OR “sistemas de organizacion del conocimiento” OR “control de vocabulario” OR “descriptores tematicos” OR “lenguaje controlado” OR “terminos tematicos”) OR AB (“subject access” OR “subject analysis” OR “subject headings” OR “subject catalog” OR “indexing language” OR “documentary language” OR “knowledge organization” OR “information organization” OR “knowledge representation” OR “subject representation” OR “knowledge organization systems” OR thesaur* OR “vocabulary control” OR “controlled vocabulary” OR “analise de assunto” OR “cabecalho* de assunto” OR “catalogacao de assunto” OR “language* de indexacao” OR “language* documentaria*” OR “organizacao do conhecimento” OR “organizacao da informacao” OR “representacao da informacao” OR “representacao do conhecimento” OR “representacao de assunto” OR “representacao tematica” OR “sistemas de organizacao do conhecimento” OR tesouro OR “tratamento tematico da informacao” OR “vocabulario* controlado*” OR “acceso tematico” OR “analisis de temas” OR “encabezamientos de materia” OR “catalogacion por materias” OR “catalogo por

materias" OR "lenguaje* de indizacion" OR "lenguaje documentario" OR "organizacion del conocimiento" OR "organizacion bibliografica" OR "organizacion de la informacion" OR "representacion de la informacion" OR "representacion del conocimiento" OR "representacion tematica" OR "sistemas de organizacion del conocimiento" OR "control de vocabulario" OR "descriptorios tematicos" OR "lenguaje controlado" OR "terminos tematicos") OR KW ("subject access" OR "subject analysis" OR "subject headings" OR "subject catalog" OR "indexing language" OR "documentary language" OR "knowledge organization" OR "information organization" OR "knowledge representation" OR "subject representation" OR "knowledge organization systems" OR thesaur* OR "vocabulary control" OR "controlled vocabulary" OR "analise de assunto" OR "cabecalho* de assunto" OR "catalogacao de assunto" OR "language* de indexacao" OR "language* documentaria*" OR "organizacao do conhecimento" OR "organizacao da informacao" OR "representacao da informacao" OR "representacao do conhecimento" OR "representacao de assunto" OR "representacao tematica" OR "sistemas de organizacao do conhecimento" OR tesouro OR "tratamento tematico da informacao" OR "vocabulario* controlado*" OR "acceso tematico" OR "analisis de temas" OR "encabezamientos de materia" OR "catalogacion por materias" OR "catalogo por materias" OR "lenguaje* de indizacion" OR "lenguaje documentario" OR "organizacion del conocimiento" OR "organizacion bibliografica" OR "organizacion de la informacion" OR "representacion de la informacion" OR "representacion del conocimiento" OR "representacion tematica" OR "sistemas de organizacion del conocimiento" OR "control de vocabulario" OR "descriptorios tematicos" OR "lenguaje controlado" OR "terminos tematicos")